UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

FRANCISMARA GOMES DE SOUSA

ENTRE NARRATIVAS E MEMÓRIAS: VIVENTES NAS RUAS E A NEGAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO (2005-2023).

JOÃO PESSOA

2023

FRANCISMARA GOMES DE SOUSA

ENTRE NARRATIVAS E MEMÓRIAS: VIVENTES NAS RUAS E A NEGAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO (2005-2023).

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas para o exame de qualificação orientado pela prof. Dra. Maria Elizete Guimarães Carvalho.

JOÃO PESSOA
2023

Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S725e Sousa, Francismara Gomes de.
Entre narrativas e memórias : viventes nas ruas e a negação do direito à educação (2005-2023) / Francismara Gomes de Sousa. - João Pessoa, 2023.
165 f.

Orientação: Maria Elizete Guimarães Carvalho.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Direitos humanos. 2. População em situação de rua. 3. Narrativas - Memória. 4. Direito à educação. I. Carvalho, Maria Elizete Guimarães. II. Título.

UFPB/BC CDU 342.7(043)

Elaborado por GRACILENE BARBOSA FIGUEIREDO - CRB-15/794

FRANCISMARA GOMES DE SOUSA

ENTRE NARRATIVAS E MEMÓRIAS: VIVENTES NAS RUAS E A NEGAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO (2005-2023).

Dissertação de Mestrado em Educação em Direitos Humanos, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba, Linha de pesquisa: Educação em Direitos Humanos e Políticas Públicas.

Aprovada em: 30/ 10/2023

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Elizete Guimarães Carvalho PPGDH/UFPB (Presidente)

Profa. Dra. Roseane Maria de Amorim/UFPB (Membro interno)

Profª Drª Aliny D. P. de M. Pranto
SIAPE 3146694
DPEC - CE - UFRN

Profa. Dra. Aliny Dayany Pereira de Medeiros Pranto/ UFRN (Membro externo)

Profa. Dra. Geralda Macedo/UFPB (Membro interno)

Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão/UEPB (Membro externo)

Dedico este trabalho aos meus pais, Severina Francisca da Silva Sousa e Francisco Gomes de Sousa (*in memoriam*), aos quais agradeço a oportunidade de encontrar-lhes neste plano terreno e ser agraciada com a força e a dedicação de ambos, para muito além de mãe e pai, mas de companheiros do enfrentamento deste mundo que tanto nos faz colocar à prova de nossa própria força.

AGRADECIMENTOS

Nestas linhas trago a gratidão por ter a oportunidade de frequentar a universidade pública, sonho que parecia distante e hoje concretiza-se e transforma o meu cotidiano. Às mulheres, companheiras da saúde mental, da rua, do SUS, às feministas, o meu fraterno abraço! Citar a importância de todas não cabe nas linhas de um trabalho acadêmico.

Aos que sobrevivem nas ruas, agradeço por terem me ensinado a olhar para os lados e me permitir experienciar a dialogicidade da urbe, que muito contribuem para a minha jornada. Espero que este trabalho possa colaborar de alguma forma na construção de novos olhares para a População em Situação de Rua na perspectiva de promoção de seus direitos e que estas escritas atravessem os muros da academia e chegarem às calçadas.

Agradeço à minha orientadora, Maria Elizete, por sua paciência, amorosidade e por toda a calma com que conduziu esta orientação nestes dias que, para mim, foram de tamanha intensidade.

Às professoras que compõem a banca, agradeço a disponibilidade para contribuir no meu caminhar. É extremamente significativo ter mulheres fazendo parte de um momento tão importante em minha vida.

Ao professor Alexandre Magno, que com sua afetividade apresentou-me às perspectivas Freireanas e me aproximou das obras deste grande mestre da educação brasileira e à companheira Kadja, por me apresentar o grupo OPAI que me oportunizou a experiência de grandes aprendizados e amorosidades.

Ao PPGDH e a todas e todos os docentes que contribuem nesta minha andarilhagem.

À minha irmã, Ane, e ao meu sobrinho, Yago, meu afetuoso agradecimento!

"Gente espelho da vida, doce mistério"
(Caetano Veloso)

“O mundo não é um laboratório de anatomia, nem os homens são cadáveres que devam ser estudados passivamente.”

(Paulo Freire)

RESUMO

As reminiscências da urbe sobre os impactos dos processos de negação do direito humano à educação, à luz das narrativas das Pessoas em Situação de Rua (PSR), costuram os fios de memórias que se apresentam no percorrer desse estudo. Diante disso, objetiva-se analisar os impactos de segregações para com estas existências inexistentes perante os dados oficiais brasileiros, considerando sentidos e significados da educação de jovens e adultos para estes(as) (sobre)viventes das ruas da cidade de João Pessoa-PB. No que concerne ao caminho metodológico, a História Oral (HO) norteia o percurso das narrativas e a produção de reflexões que apontam caminhos para compreender a importância da construção de perspectivas educacionais emancipatórias com e para a rua. Nessa trajetória, além de fontes orais (depoimentos e memórias), utilizou-se de fontes escritas (bibliográficas e documentais) e iconográficas. A partir de uma perspectiva Freireana e com as contribuições de Benjamin (2013), Le Goff (1990), Portelli (2016) são discorridas questões e inquietações expostas na presente pesquisa, implicando também na busca de propor alternativas de Educação em Direitos Humanos para este grupo populacional historicamente marginalizado, com destaque para os processos de resistência das guerrilhas urbanas, cerceadas por exclusões e silenciamentos. O estudo apontou para a relevância da problematização e compreensão do compreender o habitar, o existir e o resistir nos espaços da cidade.

Palavras-chave: direitos humanos; população em situação de rua; narrativas; direito à educação; memória.

ABSTRACT

The reminiscences of the city about the denial of the right to education, in the light of the narratives of homeless people (HP), weave the threads of memories that unfold in the course of this study. Therefore, the objective is to analyze the impacts of segregations for these non-existent existences in light of official Brazilian data, considering the meanings and significance of education for young and adult individuals living on the streets of João Pessoa, PB. Regarding the methodological approach, Oral History (OH) guides the path of narratives and the production of reflections that point us toward understanding the importance of building emancipatory educational perspectives with and for the street. Along this journey, in addition to oral sources (testimonies and memories), written sources (bibliographic and documentary) and iconographic sources were used. From a Freirean perspective and with the contributions of Benjamin (2013), Le Goff (1990), and Portelli (2016), issues and concerns are discussed, which be presented in this research, also implying the search for alternative Human Rights Education for this historically marginalized population group, with a focus on the resistance processes of urban guerrillas, constrained by exclusions and silencing. The study points us to the relevance of problematizing and understanding inhabiting, existing, and resisting in urban spaces.

Keywords: human rights; homeless population; narratives; right to education; memory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Atividade na rua: “Se essa rua fosse minha?” 115
Figura 2 - Atividade na rua: “Quem é você?” 116
Figura 3 – Atividade de leitura circulante na rua. 117
Figura 4 – Atividade de leitura circulante na rua 117
Figura 5 - Atividades realizadas na rua com a utilização do papelão como matéria-prima. 118
Figura 6 - Atividades realizadas na rua com a utilização do papelão como matéria-prima. 119
Figura 7 - Ressignificando o papelão através das escritas. 119
Figura 8 - Papelão e ressignificações. 120
Figura 9 - Papelão e ressignificações. 120
Figura 10 - Rua nossa de cada dia, aniversário na rua. 121
Figura 11 – A rua e as afetividades possíveis. 122
Figura 12 - Companheiros. 122

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Informações sobre os entrevistados para a realização desta pesquisa. 84
Tabela 2 – Publicações contendo a sistematização do estado da arte. 156

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAD	Cadastro Único para Programas Sociais
CDR	Consultório de Rua
CIAMP-Rua	Comitê de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional da População em Situação de Rua
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CNDH	Conselho Nacional de Direitos Humanos
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNR	Consultório na rua
CNS	Conselho Nacional de Saúde
EDH	Educação em Direitos Humanos
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MNCR	Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis
MNPR	Movimento Nacional da População em Situação de Rua
MTST	Movimento dos Trabalhadores sem Teto
ONU	Organização das Nações Unidas
PAIF	Programa de Atendimento Integral à Família
PEE	Plano Estadual de Educação
PNEDH	Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
PNPSR	Política Nacional da População em Situação de Rua
PPP	Projeto Político Pedagógico
PSE	Proteção Social Especial
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSR	População em Situação de Rua
PT	Partido dos Trabalhadores
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1 ENTRE NARRATIVAS E MEMÓRIAS: VIVENTES NAS RUAS E A NEGAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO (2005-2023). 14

1.1 Notas Introdutórias 15

1.2 Os ninguéns 22

1.3 Nada de nós, sem nós: estado da arte 28

1.4 Caminhos Metodológicos 32

2 TRAJETÓRIA DE LUTAS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL E EM JOÃO PESSOA 39

2.1 Pequena memória para um tempo sem memória: trajetória, lutas e resistência 39

2.2 Viventes nas ruas em João Pessoa – PB 59

3 QUEM INVENTOU A FOME SÃO OS QUE COMEM 61

3.1 Pobreza e desfiliação social 61

3.2 E se essa rua fosse minha? Éticas e táticas do viver nas ruas 70

4 CONTUDO, É PRECISO QUE CREIAMOS NOS HOMENS OPRIMIDOS: DAS NARRATIVAS E MEMÓRIAS DA RUA 82

4.1 Educação: é do mesmo que todo mundo fala quando diz essa palavra? 84

4.2 Quando eu soltar a minha voz, por favor, entenda! Analisando os discursos 94

Ato 1: Gente espelho da vida, doce mistério: das histórias de vida. 95

Ato 2: Mistério do planeta, "eu não passo de um malandro, de um moleque do Brasil, que peço e dou esmolas": dos viveres nas ruas à conceituação do termo População em Situação de Rua para os nossos colaboradores. 99

Ato 3: Sempre fui sonhador, é isso que me mantém vivo: vivências do período escolar 103

Ato 4: - A Refavela revela o salto que o preto pobre tenta dar: percepções sobre estar em situação de rua e frequência escolar e as afetações simbólicas da negação do direito humano à educação. 105

Ato 5: Vamos amigo, lute! Vamos amigo, ajude! Senão, a gente acaba perdendo o que já conquistou: dos impactos da baixa escolaridade 109

Ato 6: A gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte, a gente não quer só comida, a gente quer saída para qualquer parte: Direitos Humanos? Direitos de quem? Para quem? 111

4.3 Eles combinaram de nos matar, nós combinamos de não morrer: afetividades iconográficas da rua. 114
4.4 Esta conga é um grito de revolta contra as injustiças sociais: propostas para uma Educação em Direitos Humanos emancipatória 123
5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES: TODOS ESSES QUE AÍ, ESTÃO ATRAVANCANDO O MEU CAMINHO, ELES PASSARÃO, EU PASSARINHO! 133
REFERÊNCIAS 138
ANEXO I 148
ANEXO II 155
APÊNDICE I 156
APÊNDICE II 159
APÊNDICE III 162
APÊNDICE IV 164
APÊNDICE V 165
APÊNDICE VI 166

1 ENTRE NARRATIVAS E MEMÓRIAS: VIVENTES NAS RUAS E A NEGAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO (2005-2023).

> “Os cientistas dizem que somos feitos de átomos, mas um passarinho me contou que somos feitos de histórias"
>
> (Eduardo Galeano)

Sempre observei as ciganas. Na infância, elas me enchiam os olhos por trazer todo um mistério, oferecendo-se para ler as mãos de quem passava. Era São Paulo e aqueles arranhas céus me traziam um misto de medo e fascínio. Era a rua, a passagem dos trabalhadores, dos estudantes, dos arranha-céus, o ganha-pão dos ambulantes, a periferia, o tráfico, os córregos. Era o perigo: “não vá para a rua, cuidado com o homem do saco!" Cenários de experiências da infância, dos pés sujos de terra, da rua... Ah, a rua... Das tribos que circulavam no bairro, da feira livre e dos gritos.

Agora era João Pessoa: o ar era puro e nem de longe parecia aquela lembrança nublada que ronda minhas memórias. O trajeto da escola, a pé, contando os passos para chegar na escola com meu pai, sob o sol do meio-dia, local que ele tantas vezes fora impedido de entrar por sua condição de pobreza, sem opção de escolha: “trabalhe para comer!” E assim, rua e escola sempre foram meus refúgios de uma infância que, por vezes, seu fio de reminiscências me escapa.

Não é confortável lembrar da fome e da desesperança de não conseguir estudar, a dor do estômago vazio nos anula e entristece. A vergonha do sapato rasgado e dos remendos na roupa nos impele ao silêncio. Os esforços do meu pai para que eu não desistisse eram imensos: driblar nossa fome e ter dinheiro para a condução da filha que crescia, dormindo no chão da sala sobre os livros, e toda noite era assim, os sonhos chegavam e neles a vontade de felicidade.

Mas não teve outro jeito, mais uma vez o “trabalhe para comer” rondava nossa família e desta vez era comigo. Não tive oportunidade de escolha, a labuta diária foi meu destino, e a universidade, aquela das oportunidades de mudança, teria que ser deixada para trás. Anos depois, o esperançar renova-se. Chego à universidade e me deparo com a percepção crescente da minha vocação para o “ser mais” na minha inconcretude enquanto ser humano, que a academia fazia com que eu enxergasse, durante as experiências nem tão fáceis de uma trabalhadora e estudante no contexto excludente de nosso país.

“Desculpa, minha casa está suja!”, foi a sentença que me fez repensar sobre as diversas formas de habitar o urbano. Era um ponto de ônibus e a mulher que ali vivia, desculpava-se pelo fato de a calçada estar suja. Uma calçada era a referência de lar, de vínculo, de afetividade.

Naquele momento rompi com as concepções acerca do viver convencional. Ali, no contato diário com o universo das ruas enquanto trabalhadora do SUS, no programa Consultório na Rua, trazia-me o despertar para a práxis que saísse das lógicas tradicionais e que pudessem, de alguma forma, modificar realidades tão dizimadas por segregações e pisoteamento de sonhos. Observava, então, com mais respeito a trajetória daqueles que tem o céu como teto, sem romantizações, mas com as inquietações de quem procurava entender aquele universo das ruas.

Ouvir histórias, entender os sentidos que a rua tinha para alguns, me fazia entender qual era o meu lugar naquele processo de trocas diárias, de realização de atividades ao ar livre, muitas delas ligadas à leitura e escrita, me fizeram (e fazem) pensar o quanto produzir cuidado em saúde poderia ser atravessado por práticas reflexivas sobre o cotidiano negado de direitos e exigência de enquadramento nos "deveres" das instituições, públicas ou não. E, assim, pude observar que essa também é uma prática educativa.

Além disso, as rupturas no decorrer da vida fazem com que muitas pessoas em situação de rua se vejam obrigadas a deixar a escola, e surgiam reflexões como "O que poderia ter significado na trajetória de vida destas pessoas o acesso e permanência no ambiente escolar? É possível pensar em práticas educativas que permeiem as especificidades da rua? As escolas estão prontas para receber este público? Não basta ter escola, os muros devem ser atravessados." A partir daí, uma mistura de sentimentos e inquietações me revisitaram, pois eu também fui uma aluna que passei por imensas dificuldades para fechar este ciclo, claro que em meu lugar de privilégio, pois apesar de jovem periférica, não tinha o contexto da rua como empecilho à minha existência.

Diante desse caminhar nas ruas, o desejo de compreensão deste universo me faz cotidianamente me debruçar acerca das questões que envolvem o sobreviver urbano desde a graduação, quando me envolvi com a temática não só enquanto pesquisadora, mas enquanto militante e nos espaços onde atuo, buscando por garantir direitos severamente negados, ressoando a voz de quem muitas vezes silencia diante de tantas iniquidades em suas trajetórias. Luta não é mero substantivo. Luta é verbo, é resistência! O resgate da minha história, fundida ao contexto das ruas nestas memórias aqui citadas, fazem-me seguir na busca por narrar a rua, a rua sem direitos, a rua da busca por respeito, mas desta vez com o auxílio das vozes de quem tem local de fala, de quem vive a rua neste circuito de (des)afetos diários. Portanto, respeitosamente, peço licença ao povo da rua (encantados ou não).

1.1 Notas Introdutórias

> “Os poderosos podem matar uma, duas ou três rosas, mas jamais conseguirão deter a primavera inteira”
>
> (Pablo Neruda)

Diante dos inúmeros retrocessos nos últimos anos, a População em Situação de Rua (PSR) cresceu no país de forma exponencial com uma reconfiguração na caracterização dos sujeitos que nas vias urbanas fazem seu trajeto de vida. Uma massa de trabalhadores foi empurrada para fora de seus lares e crianças voltaram aos semáforos. Essa é mais uma faceta perversa da exclusão de um sistema neoliberal que se alimenta da pobreza e da fragilidade de certos sujeitos. As falhas de percepção destas complexidades por parte das políticas públicas acabam por não dar conta da construção de vias de acesso à garantia de direitos para este grupo de vivências diversas, fazendo com que as limitações de sobrevivência destes sejam ainda maiores.

Apesar destes processos segregadores perpetrados contra os sobreviventes da urbe, há um movimento contínuo de lutas por parte dos movimentos organizados que visa amplificar as vozes daqueles que são erroneamente considerados candidatos a serem reinseridos, como se não fizessem parte do escopo populacional. Afinal, adotar a lógica de que a população vivente fora de domicílios convencionais é algo à parte só reforça a dinâmica excludente daqueles que não sabemos quem, nem quantos são, e o poder público não faz o menor esforço em contabilizar de fato tais existências. Por mais que estejam nestas bordas, à margem do espaço urbano, considerados, em alguns casos, desfiliados, eles estão ao nosso lado e articulando diariamente táticas e estratégias de sobrevivência.

Quanto aos desfiliados, de acordo com Castel (1997, p. 24):

> Ele não trabalha, apesar de poder trabalhar, no sentido de estar apto ao trabalho. Ao mesmo tempo, ele está cortado de todo apoio relacional. É o errante, o estrangeiro que não pode ser reconhecido por ninguém e se encontra rejeitado, de fato, por toda parte. Consequentemente sobre ele recaem medidas repressivas cruéis, do rechaçamento à exposição à morte, em casos extremos.

Neste estudo busca-se discutir contrariamente às lógicas demonizantes de olhar o universo das ruas, sem tratar este grupo com as romantizações de suas formas de viver, mas refletir sobre aspectos relevantes, que revisitam a dicotomia de ser invisível, mesmo quando suas existências trazem incômodo à sociedade, compreendendo principalmente seu trajeto histórico e suas memórias na construção de identidades. O direito à cidade, enquanto (re)afirmação de identidades e produção de vida, aponta para a via de acessibilidade e pertencimento não apenas aos espaços, mas a tudo que ele proporciona. Neste aspecto, a perspectiva do acesso à educação abarca tal garantia.

Neste estudo, são abordadas as questões em relação à negação do direito humano à educação sob a ótica das pessoas que vivem nas ruas da cidade de João Pessoa. As narrativas dessas pessoas nos convidam a refletir sobre os impactos da baixa escolaridade nestas trajetórias, além de suas percepções de como o ambiente escolar estaria preparado para receber pessoas que, mesmo vivendo nas ruas, expressam o desejo de retorno à educação formal.

Objetiva-se analisar tais impactos e propor a integração da Educação em Direitos Humanos (EDH) junto às pessoas em situação de rua como um instrumento para promover práticas reflexivas e que as aproximem da realidade dos direitos que lhes são historicamente negados. Assim, para esta composição das narrativas e memórias urbanas, foram utilizadas fontes escritas, tais como documentos, leis e bibliografias, além de fontes orais e iconográficas que potencializam a produção do trabalho com História Oral (HO), reforçando a importância destas nesta construção.

A minha aproximação com as pessoas em situação de rua enquanto trabalhadora no SUS, lidando com populações vulneráveis e o déficit de iniciativas que visem incluir esse grupo no circuito educacional, constitui-se como justificativa de escolha da temática, a qual requer uma ampliação de suas discussões, afinal, as políticas públicas devem estar preparadas para lidar com a diversidade de existências e de trajetórias de vida, sem negar acesso e garantia de permanência no espaço educativo.

No que diz respeito às lacunas educacionais para esse grupo, é válido considerar o programa Educação de Jovens e Adultos (EJA) como ponte para do (re)encontro com a escolarização, valorização de experiências e perspectivas direcionadas à inserção no circuito dos direitos que devem ser ofertados pela cidade. Para Lefebvre (2010), este direito à urbe implica e manifesta-se superiormente aos demais direitos, sem excluir a sociedade de tudo que o urbano pode ofertar.

O direito à cidade, enquanto fomentador de outros direitos, não é exercido pelo grupo que nela habita e neste processo de negação de direitos essenciais, como a segurança, igualdade, a proteção ante às situações desumanas e degradantes e o déficit no acesso às políticas de educação, saúde, alimentação, são também formas de violência, sejam elas simbólicas ou nos inúmeros atos brutais contra suas existências (Nonato; Raiol, 2016).

A garantia do acesso e permanência aos espaços escolares destinados ao EJA é trazida na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), reafirmando o estímulo ao acesso e permanência no ambiente escolar e, conforme as especificidades dos alunos, ofertando “oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho” (Brasil, 2005, p. 19).

O I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, com resultados apresentados no documento "Rua Aprendendo a Contar", traz dados referentes à formação escolar do público amostrado em que 63,5% não concluiu o primeiro grau, 17,1% não sabia ler e escrever e 8,3% apenas assina o próprio nome. A maioria, 95%, não estudava, e 2,1% estava no ensino formal, reafirmando a característica de pessoas com pouco acesso ao sistema escolar formal, existindo, ainda, pessoas com nível superior, 0,7% dos entrevistados, vivendo nas ruas brasileiras (Brasil, 2009).

Analisando os documentos da "Política Nacional de Inclusão Social para a População em Situação de Rua" e da "Política Nacional para a População de Rua" (Brasil, 2008; 2009) e suas diretrizes basilares que oficialmente colocam enquanto possibilidade para as pessoas que vivem nos espaços públicos o acesso às políticas educacionais, verifica-se a não efetividade de ações e a escassez no que concerne as discussões sobre educação para os grupos que vivem nas ruas brasileiras.

Destaca-se aqui a importância de processos formativos sobre educação em direitos humanos, voltados para a minimização dos estereótipos que levam ao preconceito e à estigmatização daqueles que vivem nos espaços públicos, para que políticas atinjam, em sua concretude, as mais diversas camadas populacionais indo ao encontro do que aponta as orientações das portarias.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) pauta a educação enquanto direito e via indispensável para o acesso aos demais direitos. "A educação ganha, portanto, mais importância quando direcionada ao pleno desenvolvimento humano e suas potencialidades, valorizando o respeito aos grupos socialmente excluídos" (Brasil, 2009, p. 12).

O Plano Estadual de Educação (PEE) da Paraíba sustenta a fomentação da formação continuada de professores para o atendimento especializado das pessoas em situação de rua. Além de difundir as práticas de Educação em Direitos Humanos (EDH) que pautem o respeito às diferenças, na perspectiva da superação de práticas pedagógicas discriminatórias em ambiente escolar (Paraíba, 2015).

Cabe ao presente estudo compreender as significâncias da escolarização para as pessoas em situação de rua, através de suas narrativas, além de propor alternativas para a práxis de EDH que no PNEDH, destaca, dentre outras premissas, a importância do fortalecimento e reafirmação da promoção, proteção e defesa de direitos humanos, destacando seu papel estratégico de grande importância para a manutenção do Estado Democrático de Direito. (Brasil, 2009).

As práticas voltadas ao campo de atuação na EDH, abrem possibilidades de (re)conhecimento enquanto sujeitos que, na invisibilidade de suas existências, seguem no desconhecimento de seus direitos. Portanto, ofertar ampliação do olhar via práticas emancipatórias reflexivas acerca de suas próprias condições podem impactar positivamente através da ampliação de possibilidades de reintegração social e garantia de direitos, nestas trajetórias atravessadas por inúmeras segregações.

Neste estudo, adota-se o marco temporal que vai de 2005 a 2023 para demarcar a historicidade de lutas da PSR no Brasil, descortinando as memórias urbanas que serão aqui expostas. Neste sentido, as informações significativas advindas de um lugar único, apontam um valor histórico sobre o passado de fontes vivas que nos inserem em um processo impregnado de subjetividade, permitindo assim, a fonte oral fazer parte do processo de deslocamento de camadas da memória (Thompson, 1998).

Sendo assim, neste trajeto investigativo, tais históricos e memórias representam um importante processo, não apenas de rememoração, como também para o amplificar de suas vozes, e serão elementos fundamentais na perspectiva de um entendimento destas complexidades imersas nestas formas de viver. Portanto, narrar as situações vividas permite ao ser humano um lugar de pertencimento, atrelando sentido ao seu lugar no mundo, tornando-o sujeito da história, criando nestas relações entre passado e presente, expectativa para o futuro (Souza, 2017). A educação, enquanto produtora de sentidos, significados e direito social básico, se apresenta nessa tessitura das rupturas da rua para alguns sujeitos, e enquanto projeto longínquo para outros, com a viabilização de sonhos e localização no mundo, apesar das prioridades por sobrevivência que ecoam nas encruzilhadas urbanas brasileiras. Desta forma, pensar junto, para e com os oprimidos, pode representar mudanças nestas lacunas educacionais. Portanto, estas narrativas e memórias da rua serão condutoras das perspectivas acerca da negação do direito à educação para este grupo populacional, especificamente sob a ótica dos que vivem nas ruas da cidade de João Pessoa, Paraíba.

Ficam aqui expostas as inquietações que permeiam este trabalho, apesar dos esforços para os avanços nas políticas para os grupos da rua, o campo educacional atravessa sem grandes mudanças, com escassas experiências nacionalmente e sem interesse por parte do Estado por mudanças promissoras.

Afinal, a quem interessa que pessoas que estão nas bordas marginais de um sistema que privilegia alguns e exclui aqueles que lutam “por esse pão pra comer, por esse chão pra dormir”[1]

[1] Trecho da letra da música “Deus lhe pague”, interpretada por Chico Buarque de Hollanda.

estejam inseridos num sistema que os coloca numa perspectiva de retirar-lhes as vendas e enxergar as opressões que tanto lhe afetam? Que grupos estariam interessados em ver pessoas analisando criticamente seus cotidianos e imersos nos espaços de discussão e ter representatividade própria? Que impactos estas segregações trouxeram no trajeto de vida das pessoas que vivem nas ruas? Além das demais políticas públicas, seria a educação a via de acesso para que o grupo em questão pudesse ter outras perspectivas em seus trajetos de vida?

Assumir a liberdade por parte dos oprimidos, pode representar uma ruptura com as estruturas de dominação nas quais sujeitos estão imersos. Portanto, este "parto doloroso" é o renascimento de um sujeito novo, que se reconfigura não somente em formas idealistas, mas concretas, onde estes devem reconhecer a força motriz das ações emancipatórias (Freire, 2020).

A necessidade de compreender o mundo a sua volta, a importância de perquirir tudo aquilo que fica oculto na sociedade, é o que faz as pessoas em situação de rua viverem num mundo tão distante do restante da sociedade. A educação colabora para desenvolver um olhar crítico, incitando o diálogo e uma perfeita leitura da realidade social, política e econômica, permitindo o sentimento de pertencimento à sociedade, de maneira a exercer adequadamente sua cidadania. "A educação não é uma solução, mas acontece como uma intervenção, agindo de forma hábil, flexível e dinâmica" (Petrus; Romans; Trillia, 2003, p. 201).

Cabe aqui irmos à contramão das questões estigmatizantes deste grupo, afastando muitas vezes a possibilidade de pensar neste para além das inferências depreciativas que ao longo da história se fazem presentes nestas existências tão impactadas por macroestruturas de dominação que agem perversamente. Para esta reflexão estabeleço (re)conexões entre os termos autodesvalia, trazido por Freire (2020), e estigma, refletido por Goffman (2004), ambos apontam para as características de descrédito, incapacidades e introjeções negativas, de características atribuídas aos grupos afetados, entrando estes em processos desvalia de suas capacidades.

Nesta política de manutenção estética da cidade para atendimento aos interesses da especulação imobiliária, seus sobreviventes, seguem sujeitos ao enquadramento das normativas sociais impostas por instituições, sejam estas públicas ou filantrópicas, atuando enquanto mantenedoras dos poderes de coerção estatal e ferindo o direito à cidade e em decorrência, impactar no acesso aos equipamentos dos territórios, a exemplo das escolas. Todos esses dispositivos, segundo Agamben (2005), além de terem função estratégica, sempre estão inscritos em relações de poder.

Diante da inexistência de ações efetivas de tais políticas, faz-se necessário (re)pensar nessa travessia do conhecimento e construirmos, de fato, pontes que dirijam a caminhos

inclusivos e que representem potencial de mudanças para aqueles que lidam diariamente com as ausências. Além disso, promover práticas solidárias com aqueles oprimidos que, para Freire (2020, p. 49), "É ir para além de prestar-lhes apenas assistência, aquelas que, muitas vezes, continuam a mantê-los nas ataduras de dependência".

A leitura das questões cotidianas nos permite acessar "a experiência real, o imaginário, a memória, os sonhos, os sentimentos, as necessidades e os afetos" (Galheigo, 2020, p.08). Oportunizam, ainda, conhecer dos sujeitos e coletivos, seus modos de vida, como pensam e agem. Além disso, é um processo de saberes e experiências que revelam as tessituras da vida e que apontam vários caminhos, evidenciando as diferenças, os preconceitos, as vias de discriminação e de injustiça. Apontam, também, os caminhos delicados e afetuosos, possibilitando assim, processos de reinvenção de si e do mundo.

Portanto, nestes enlaces territoriais, onde a vida se desenrola, podemos considerar que algum tipo de processo educativo já acontece, nas formas como os sujeitos lidam com o cotidiano, nas trocas de experiências e nas relações que estabelecem com o mundo, para de alguma forma manutenção da vida. Tais construções, permitirão ainda ampliar o processo de avaliação dos territórios das ruas e compreender acerca das possibilidades existentes e como poderá se dar a construção de políticas que atendam

Neste sentido, os discursos vindos destas singularidades, entram no constructo de realidades que para Foucault (2014, p. 46):

> Nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito a propósito de tudo, isso me dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si.

As reproduções de um discurso, são reverberações de vivências e de processos que atravessam o cotidiano dos sujeitos em experiências imersas em singularidades. Estes, advindos de outrem, podem impactar nas formas de existir no mundo, sendo estas ordens discursivas também expressas no que não é verbalizado, afinal, o silenciamento diante de algumas situações também pode nos apontar elementos sobre como os sujeitos se colocam perante a vida. É neste arranjo de enunciados, portanto, que se anunciam, se denunciam o mundo, não só em processos de mobilização e inserção neste, mas na (re)produção de modos de viver, de assumir posicionamentos que ferem muitas vezes direitos quando estes discursos são colocados enquanto fomentadores do ódio.

Para os grupos que vivem nas ruas, por exemplo, os discursos reproduzidos, advindos de uma sociedade segregadora, geram impactos em suas formas de viver, onde estes introjetam

as características negativas que lhes são atribuídas, além de gerarem comportamentos opressivos nos agentes dos dispositivos de controle, coagindo e exterminando pessoas nos espaços da cidade buscando sua sobrevivência.

"Já chegou o sargento
Da capitania
Vamos tocar cavalaria
Ele quer documento
É a ordem do dia
Vamos tocar cavalaria
(...)
Pela medalha de São Bento
E o capacete do meu guia
Pra combater o fardamento
Vamos tocar cavalaria
(...)
Não adianta o armamento
Pra quem tem medo e covardia
A mão na terra e o pé no vento
Vamos tocar cavalaria
(...)
O militar que tome tento
Porque vai ter pancadaria
Se extrapolar no tratamento
Vamos tocar cavalaria"

(Paulo César Pinheiro)

As violências por parte do Estado também se manifestam na repressão policial que se lança cotidianamente contra esses corpos considerados desviantes por suas existências que se afastaram das normas da sociedade formal. Assim, perpetua-se a barbárie, banaliza-se o mal e operam-se forças de extermínio de grupos vulneráveis em um país marcado por práticas higienistas em detrimento da busca por soluções para problemáticas que aumentam em níveis significativos anualmente.

1.2 Os ninguéns

"Os ninguéns
As pulgas sonham com comprar um cão,
e os ninguéns com deixar a pobreza
que em algum dia mágico a sorte chova de repente,
que chova a boa sorte a cântaros;
mas a boa sorte não chove ontem, nem hoje, nem amanhã,
nem nunca, nem uma chuvinha cai do céu da boa sorte,

> por mais que os ninguéns a chamem
> e mesmo que a mão esquerda coce,
> ou se levantem com o pé direito,
> ou comecem o ano mudando de vassoura.
> Os ninguéns: os filhos de ninguém, os donos de nada.
> Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos,
> morrendo a vida,
> fodidos e mal pagos: Que não são, embora sejam.
> Que não falam idiomas, falam dialetos.
> Que não praticam religiões, praticam superstições.
> Que não fazem arte, fazem artesanato.
> Que não são seres humanos, são recursos humanos.
> Que não têm cultura, têm folclore. Que não têm cara, têm braços.
> Que não têm nome, têm número.
> Que não aparecem na história universal,
> aparecem nas páginas policiais da imprensa local.
> Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata."
>
> (Eduardo Galeano)

Os corpos urbanos, nesta dicotomia do sobreviver diário, ao longo da história tiveram suas identidades descritas de inúmeras formas, como apontam Cunda e Silva (2019) e estas não são elencadas ao acaso, na aleatoriedade e sim, se evidenciam sob a ótica do "não-lugar" na cidade, sob a coesão de inúmeros poderes que nela atuam neste critério de caracterização: psicológicos, filantrópicos, policiais, médicos, etc.

Sendo assim, processos identitários se dão sob um jogo de forças e fazendo uma alusão ao que traz Foucault (1997, p.132) acerca da docilização de corpos: "É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado". Portanto, estas vidas, coagidas aos enquadramentos da sociedade normativa, fogem à regra da docilidade, dos regramentos, por isso, suas existências são abatidas pelo rolo compressor de grupos que prezam por normas higienistas.

Caracterizar uma população, considerando suas especificidades, pode facilitar no processo de construção de políticas que reforcem suas identidades, atuando principalmente em processos emancipatórios. Todavia, é preciso reconhecer que a atual construção para os grupos viventes nas ruas carece de reformulações que abarquem suas singularidades. O Decreto nº 7.053/2009 traz como seguinte caracterização:

> Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, em como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (Brasil, 2009, p. 1).

Costa (2005, p. 3) aponta a diversidade das ruas nas seguintes ponderações:

> Insere-se a população em situação de rua. Grupo populacional heterogêneo, composto por pessoas com diferentes realidades, mas que têm em comum a condição de pobreza absoluta e a falta de pertencimento à sociedade formal. São homens, mulheres, jovens, famílias inteiras, grupos, que têm em sua trajetória a referência de ter realizado alguma atividade laboral, que foi importante na constituição de suas identidades sociais. Com o tempo, algum infortúnio atingiu suas vidas, seja a perda do emprego, seja o rompimento de algum laço afetivo, fazendo com que aos poucos fossem perdendo a perspectiva de projeto de vida, passando a utilizar o espaço da rua como sobrevivência e moradia.

Para Silva e Cunda (2019, p. 14):

> Em deflexão à imagem da "pessoa em situação de rua" – forjada pelas insignes do nômade, do desgraçado, do mendigo, do vagabundo, do rueiro, do negro, do marginal, da louca, da vadia, do maloqueiro, do andarilho, do morador de rua – queremos também enunciar o personagem que habita cotidianamente as bordas da cidade, afirmando um projeto de vida com estratégias, com os vínculos possíveis, afirmando laços perenes em meio a efemeridade da cidade. São os não-ditos da rua: solidário, fraterno, trabalhador, empreendedor, professor, escritor, gregário, amigo, amante, protetor, militante, cidadão, e todos os silenciamentos como etc.

As definições que se propõem a discutir sobre os grupos que sobrevivem no meio urbano, têm em comum o destaque da heterogeneidade das pessoas que permanecem nas bordas da sociedade formal, reafirmando a importância de refletir sobre a urbe em sua pluralidade de vivências, a fim de orientar as políticas para a rua. Um dos pontos que devem ser considerados nessas delimitações teóricas é o acompanhamento das transformações sociais ao longo da história, as quais também reconfiguraram as formas de habitar as vias públicas. Nessas delimitações, devem também ser consideradas as vias do trabalho informal enquanto forma de permanência nos espaços públicos e, nestes, estabelecer uma relação de moradia.

Enquadram-se na população em situação de rua, pessoas cuja pluralidade de vivências e históricos de vida permanecem nas vias urbanas, estabelecendo relações de moradia, trabalho e afetividade em meio às (im)possibilidades dispostas no território, considerando o direito à cidade como aquele que pauta o acesso dessas pessoas às ofertas da urbe e compreendendo a interseccionalidade como complexidade que interfere nas formas de experienciar o sobreviver nas ruas.

A arte, por sua vez, nos apresenta as mais diversas formas de existir sob a crueldade da pobreza e o abandono do Estado, trazendo reflexões destes "corpos desviantes" no cenário urbano:

> Nada na boca e no coração
> Seus amigos são um cachimbo e um cão
> Casa de papelão[2]
> (...)
> Daria um filme: uma negra e uma criança nos braços solitária na floresta de concreto e aço. Veja, olha outra vez o rosto na multidão. A multidão é um monstro, sem rosto e coração. Ei, São Paulo, terra de arranha-céu, a garoa rasga a carne, é a Torre de Babel. Família brasileira, dois contra o mundo, mãe solteira de um promissor vagabundo. Luz, câmera e ação, gravando a cena vai! Um bastardo, mais um filho pardo, sem pai[3]

Diante de uma descrição contida na Política Nacional, sobre quem são as pessoas que vivem nas ruas, sustentada em conformidade à oposição aos moldes de vida convencionais, vale salientar que há um constante reordenamento das características dos que habitam as ruas, também sendo influenciadores neste processo, a adoção de certos modelos econômicos.

Nesta dinamicidade de uma "travessia das cordas bambas" existem inúmeras formas de viver a rua e experienciar o espaço público, que para este grupo acaba como centro de suas relações privadas e relações que se estabelecem não só atreladas à sobrevivência, mas também como os braços deste corpo abrem-se aos que lhes procuram. Vale considerar, que dentro deste universo múltiplo, coexistem interseccionalidades que exacerbam as questões de vulnerabilidade: mulheres, pessoas do grupo LGBTQIAP+, pretos, egressos do sistema prisional, dentre outros grupos, compõem a heterogeneidade do espaço urbano.

A ancoragem da política para as populações viventes nas ruas na tríade família-casa-trabalho sustenta então a lógica que busca a normatização dos sujeitos orientadas por preceitos cristãos e burgueses, representando como única preocupação para o poder público a não convencionalidade e as rupturas com padronizações dos modos de ser e existir deste grupo, invisibilizando as causas e culpabilizando os sujeitos por sua situação. (Silva; Costa, 2015).

Em consonância ao que aponta Belloc (2021) estes "homens sem história", são presos aos rompantes de uma sociedade que desconsidera e invalida suas experiências: "Um pungente risco de não ser, sempre que o violento e aplastante olhar de um discurso hegemônico invada e colonize a própria experiência" (Belloc, 2021, p. 15). Portanto, descartar o trajeto destas pessoas até as ruas é conferir sustentabilidade às falhas na construção destes projetos e, em consequência disto, um aglomerado urbano se forma diariamente nas ruas brasileiras.

Partindo dos estudos de Jabur, Conceição e Sousa (2022) que analisam tais percepções fragmentadas e estereotipadas impactam no processo de construção de políticas amplas, já que uma visão unitária fragiliza processos vinculatórios, estrangulando as noções de cuidado deste

[2] Trecho da letra da música Casa de papelão, interpretada por Criolo.
[3] Trecho da letra da música "Negro drama", interpretada por Racionais MCs.

grupo, onde sujeitos são colocadas em posições estáticas, na perspectiva vertical oferta x recebimento.

Silva *et al.* (2018) ressaltam acerca da diversidade nas ruas e dos inúmeros históricos de vida nelas existentes e que, portanto, a complexidade e dinamicidade dela, envolvem processos identitários e de constituição político-cultural, residindo neste contexto julgamentos morais advindos de determinações sociais, produzindo assim um processo de invisibilidade dos sujeitos, sendo então, equivocada a homogeneização destas múltiplas formas de viver.

Em relatório, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH, 2021), atesta a criticidade e traz importantes apontamentos acerca do crescimento populacional nas ruas brasileiras em 300% nos últimos 8 anos (anteriores a data de publicação do documento), sendo de caráter urgente se pensar no reordenamento das políticas ainda existentes, considerando as novas formas de ocupar a rua, que atualmente assumem dimensões complexas, reverberadas, principalmente, por conta da atual conjuntura nacional, onde o desemprego é uma das principais causas destas pessoas adentrarem a tal situação.

Considerando não haver contagem oficial dos viventes nas ruas do país, iremos tomar como base os estudos de Natalino (2020; 2022) do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) que estima uma população de 221.869 pessoas em 2020, considerando o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, somando-se à estruturação de registros mensais de atendimento socioassistencial (RMAs) de municípios e a contabilização destes, as pessoas em situação de rua e de abordagem social na rua. Portanto, são dados ainda na sensibilidade de sua concretude, considerando a quantidade de sujeitos que não acessam as políticas públicas por conta da falta de documentações.

Estudo preliminar de estimativa do IPEA (2022) aponta que o número de pessoas vivendo nas ruas do país em 2022 será de 281.472, sendo 38% maior que o valor estimado em 2019, e 211% superior ao estimado em 2012. Tais dados refletem o legado acerca das questões relativas às pessoas que vivem nas ruas que, na melhor das hipóteses, são tratadas como cidadãs de segunda classe, podendo a contagem destas pessoas servir de estratégia para a construção de políticas públicas no país no intuito de beneficiá-las.

> Imagina como não é, pra um guri, sozinho, sem manual de sobrevivência, solto na rua entre a esquina com a alameda. Cercado pelo outdoor da propaganda, o importado do farol e o crack, que os meninos usam ali mesmo, sentado na porta da igreja. Muita tragédia junta, dá tese de doutorado pra uma academia inteira, pena que ele é o objeto de estudo, e de estudo não passou nem da primeira [4]

[4] Trecho extraído da dissertação de mestrado de Godinho, 2015, atribuído à fala de Ibu Junior Martins Piradju.

O anúncio do abandono das pessoas em situação de rua, lançadas a própria sorte nas vias urbanas brasileiras, emerge na narrativa acima como uma denúncia problematizadora também dos dispositivos (neste caso, a academia) que frequentemente utilizam os sujeitos como objetos passivos dos estudos, sem que essa produção tenha significado concreto na vida desses grupos. Reconhece-se a necessidade de que a pesquisa retorne à sociedade, fomentando também a construção de políticas que dialoguem com e para esses grupos vulneráveis, dando-lhes visibilidade.

Para a Organização das Nações Unidas (ONU) (2015), este fenômeno afeta os mais diversos grupos, caracterizando-se como uma experiência singular para pessoas mais vulneráveis em uma sociedade onde os impactos da negação de dignidade e da incapacidade de ações governamentais no sentido de ações efetivas a respeito das existentes desigualdades econômicas, trazem consequências para vida deste grupo social, propondo um conjunto de ações por parte dos Estados numa campanha mundial para a erradicação da situação de rua até o ano de 2030.

Cabe aqui problematizar a propositura citada, já que para um sistema capitalista e explorador de existências é interessante a preservação de grupos subalternos para a manutenção das raízes, já fincadas, da dominação, além de provocar o rompimento das estruturas de classe deste grupo de desfiliados sociais. As afetações da pobreza, portanto, atingem a dignidade destas pessoas, e é no combustível da desesperança que a máquina do capital se fortalece.

A estrutura de classes atua como operante da perpetuação da ordem social vigente, comandada por grupos dominantes, sendo seu núcleo majoritariamente combativo às classes subalternas. Os grupos oprimidos compõem, então, aqueles com capacidades combativas diante às iniquidades, com explosões catárticas, mas resignados ao que lhes são postos, diante de suas incapacidades de organização e enfrentamento aos donos do poder (Ribeiro, 2015).

Para Freire (2020), o grande gesto de generosidade se encontra na luta para que a súplica dos humildes aos poderosos seja cada vez menor e que a solidariedade aos oprimidos, esfarrapados do mundo, seja ato genuíno na perspectiva da libertação e não das falsas caridades aos que, segundo o autor, são os “demitidos pela vida”.

Aqui, portanto, também devemos considerar aqueles que não constam nos números oficiais, mas que incomodam ao destoar das paisagens urbanas, aqueles que, em meio ao caos das selvas de concreto, adotam táticas de resistência. Os sem documento, sem teto, com histórias que não estão nas narrativas oficiais, mas que habitam o corpo encantado da rua.[5]

[5] Alusão à obra de Luiz Antônio Simas, de mesmo nome.

1.3 Nada de nós, sem nós: estado da arte

"No retrato que me faço-
traço a traço –
às vezes me pinto nuvem,
às vezes me pinto árvore...
às vezes me pinto coisas
de que nem há mais lembrança...
ou coisas que não existem
mas que um dia existirão...
e, desta lida, em que busco
- pouco a pouco –
minha eterna semelhança,
no final, que restará?
Um desenho de criança...
Corrigido por um louco!"

(Mário Quintana)

A invisibilidade, no que diz respeito as discussões acerca das populações que vivem nos espaços públicos, apontam lacunas nas produções acadêmicas, reverberando no déficit de construção de políticas públicas voltadas para este segmento. Observa-se uma grande preocupação com as investigações no campo da saúde e as afetações clínicas e psicossociais, os percursos socioassistenciais na manutenção e garantia de direitos, além dos modos de existir e viver nos espaços públicos, com destaque às estratégias de sobrevivência diária. Há, de fato, um consenso no que se diz respeito aos aspectos referentes à importância dos estudos sobre as pessoas que vivem nos espaços públicos, na perspectiva de compreensão das singularidades deste grupo.

Vale salientar que estas temáticas são de grande importância, mas o que se manifesta aqui é a necessidade de pensarmos para além e de que forma o campo científico pode colaborar para a não manutenção do *status quo* e como este retorno social dos estudos podem atravessar os muros da academia e chegarem às calçadas e, no caso dos estudos relativos ao direito à educação, como estes podem se dar em sua concretude nas políticas públicas.

Para a elaboração deste tópico, foram utilizadas as palavras-chave: "população em situação de rua", "direito à educação" e "direitos humanos" como critérios de inclusão na busca por trabalhos que se relacionassem à temática abordada em artigos indexados nas bases de dados e bibliotecas virtuais: Catálogo de Teses & Dissertações – CAPES, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), LILACS, SciELO e SciELO Saúde pública, sendo selecionados um total de dezessete trabalhos que se aproximam ao que busca investigar a presente pesquisa, sendo destacados e discutidos brevemente a seguir.

As mais recentes experiências do campo educacional junto à População em Situação de Rua no Brasil apontam um caminhar ainda tímido, que requer nossos esforços e incentivos dos espaços formativos para pensar em uma educação para e com a rua. Neste aspecto, os estudos referentes à inserção das pessoas com vivências nos espaços públicos, corroboram no sentido de reiterarem a importância de mais pesquisas que colaborem em construções não apenas de arcabouços teóricos, mas de perspectivas que possam ser colocadas em prática.

A ampliação do direito humano à educação deve ser pensada sob a ótica da libertação dos sujeitos e que, inseridos em uma complexa realidade, possam compreendê-la e vislumbrar transformações em seus cotidianos. Vale salientar que a inserção no ambiente escolar desvela caminhos e abre processos de construção coletiva de uma cultura da diversidade e minimização de desigualdades. Apesar de Lima (2017) discorrer que as necessidades prioritárias para estes sujeitos são outras, tais inferências não são justificáveis para não se pensar em práticas educacionais para aqueles que habitam os espaços públicos, pensando em suas especificidades e anseios.

As produções acadêmicas também podem impactar no processo de formação das pessoas, atuando na perspectiva do compromisso ético e de pensar práticas que possam abarcar os mais diversos grupos, principalmente aqueles que não são amplamente contemplados nos debates. Neste percurso, ações reflexivas poderão nos apontar destinos que serão essenciais para pensar nesta práxis resistente da rua e na importância para os que ali estão em situações limitantes de si e das opressões do mundo:

> Somente os seres que podem refletir sobre sua própria limitação são capazesde libertar-se desde, porém, que sua reflexão não se perca numa vaguidade descomprometida, mas se dê no exercício da ação transformadora da realidade condicionante. Desta forma, *consciência de* e *ação sobre* a realidade são inseparáveis constituintes do ato transformador pelo qual homens e mulheres se fazem seres de relação (Freire, 1981, p. 53)

Assim, é preciso que estas ações transformadoras se deem na perspectiva para além de apenas discursiva e que as práticas emancipatórias possam produzir inquietações nos sujeitos oprimidos acerca de sua condição de subalternidade. Para isto, é preciso um diálogo horizontalizado, respeitoso e atuante no processo de tomada de consciência. Neste sentido, foram priorizadas as experiências brasileiras a fim de seguir o percurso investigativo e construtor de perspectivas sobre a importância de pautar o direito à educação para a População em Situação de Rua.

A tabela 02, que segue no apêndice I, apresenta a sistematização de trabalhos (artigos, monografias, dissertações e teses) que colaboraram para a discussão da temática “negação do

direito humano à educação", trazendo também os destaques de cada estudo selecionado. O texto que sistematiza o estado da arte está disponibilizado no apêndice II desta pesquisa. A adesão das pessoas em situação de rua se dá através da educação de jovens e adultos, e são as inspirações que norteiam a pesquisa, buscando pensar nestes sentidos e significados desta educação para a urbe.

Portanto, diante da análise dos estudos selecionados e que se encontram sistematizados na tabela supracitada, busca-se preencher a lacuna existente na temática da educação para as pessoas em situação de rua, principalmente na perspectiva do enfrentamento às práticas opressoras que se mantém fincadas em nossa sociedade e atuam como forças perversas sobre estas existências marginais (e aqui tomo enquanto margem, borda) intensificando a relevância desta pesquisa. Os estudos que inspiraram essa produção e as experiências brasileiras na educação para pessoas que vivem em situação de rua e frequentam a escola, são abordados a seguir.

Algumas experiências em meio escolar para pessoas com trajetória de vida nas ruas, são descritas nos estudos encontrados, sendo estes espaços de ampliação de produção de vida e partilha de saberes, onde as apostas são nestes inéditos viáveis do meio urbano, se dão sob perspectivas emancipatórias e um desafio aos que resistem na contramão dos engessamentos pelos quais perpassam algumas práticas educativas. Sendo assim, as experiências citadas a seguir, apresentam, sobretudo, modos de resistência e de educação enquanto prática de liberdade.

Estas leituras foram contributivas não só no delineamento da pesquisa, como também na perspectiva de compreensão dos processos educativos que acontecem no país. Além disso, a percepção destes autores acerca da importância do direito humano à educação, apontam que caminhos podem ser seguidos desde que pensemos a partir de perspectivas contra hegemônicas e que os projetos pedagógicos se debrucem de fato a pensar sobre as singularidades das pessoas que vivem nas ruas e desejam adentrar no espaço escolar.

O estudo: "A escola de quem não tem escola: os desafios da escolarização para jovens em situação de rua" de Godinho (2015), busca a compreensão de sentidos deste processo para alunos da escola municipal de Porto Alegre (EPA), uma das pioneiras na inserção deste grupo, atendendo a Educação de Jovens e Adultos (EJA), além destes, outros, (referir-se a Freire) "esfarrapados do mundo", como moradores de abrigos, pessoas privadas de liberdade e de comunidades distantes, compõem o grupo de educandos (as) do local.

Estas juventudes, que representam a pobreza em sua forma mais genuína, narram suas experiências vislumbrando os aprendizados adquiridos como forma de garantia de emprego e

de (re)conhecimento da história local. Neste espaço de sociabilidades, a pesquisadora afirma ter se deparado com: “abismos sociais” (Godinho, 2015, p. 58). Além disso, afirma que os processos excludentes corroboram e estão interligados ao processo de abandono escolar por parte destas pessoas.

Outra experiência em destaque traz, mais uma vez, uma pesquisa realizada junto ao núcleo educativo EPA (Escola de Porto Alegre) e referência nas experiências educativas para pessoas em situação de rua. Intitulada: “O acolhimento da População em Situação de rua: a experiência do núcleo de trabalho educativo da EPA” , de Santos (2018), o estudo aponta este grupo como público potencial do EJA, destacando as poucas experiências no campo educacional para estes que são bruscamente excluídos da educação formal e severamente impactados por negação de direitos fundamentais, situando na pesquisa, os estudantes que frequentam a unidade e como o trabalho do núcleo educativo atua na perspectiva de permanência na escola e na construção de projetos de vida com práticas baseadas nas premissas da dialogicidade.

As experiências da Escola Meninos e Meninas do parque, localizada em Brasília, são trazidas via experiências imagéticas e históricos de vida no estudo de Souza (2019) na perspectiva de compreensão da dinâmica da Educação de Jovens e Adultos em situação de rua. Em sua revisão de literatura, a autora aponta a lacuna relacionada ao déficit de produções na área da educação e que estas podem contribuir na construção de políticas que não devem ser menosprezadas. Além disso, afirma que conhecer as particularidades das pessoas em situação de rua, é essencial para ampliação do olhar para estas realidades, constatando ainda poucos trabalhos com enfoque na modalidade EJA: “apesar do aumento, ainda é tímida a produção de trabalhos com pessoas em situação de rua jovem e adulta na área de educação” (Souza, 2019, p. 49).

Contextualizando as vozes da rua, Souza, Vieira (2022) no artigo: pobreza e resiliência de educandos do EJA em situação de rua no Distrito Federal, problematizam a diversidade presente neste espaço, apontando as narrativas como possibilidade reflexivas destes sujeitos que relatam sobre suas situações vulneráveis e os impactos das desigualdades persistentes. Concluem acerca da importância da realização de estudos voltados para a educação de jovens e adultos que vivem nos espaços públicos e as políticas educacionais devem considerar tais realidades.

Destaca-se nos trabalhos pesquisados e apresentados, a importância de novos estudos e diante da perspectiva do preenchimento desta lacuna, a presente pesquisa pretende adentrar na compreensão e sentidos da escolarização e dos impactos da negação do direito à educação para

pessoas que, em suas trajetórias de vida, estão nos espaços públicos e através de suas narrativas, pensar com estes, sob a ótica da dialogicidade e da busca por novos caminhos de emancipação e construção de projetos significativos de vida.

1.4 Caminhos Metodológicos

"Vi ontem um bicho
na imundícia do pátio
catando comida entre os detritos.
quando achava alguma coisa,
não examinava nem cheirava:
engolia com voracidade.
o bicho não era um gato,
não era um rato.
o bicho, meu deus,
era um homem."

(Manuel Bandeira)

Nos caminhos que seguem a investigação, antes de adentrarmos nas encruzilhadas urbanas e serem iniciadas as escutas das narrativas das ruas, foi realizado um mapeamento dos locais de permanência dos colaboradores da pesquisa através dos diálogos acerca dos cadastros nos serviços disponíveis para este grupo (Consultório na Rua e Centro POP[6]), que diante de sua transitoriedade, os sujeitos nem sempre são encontrados na mesma localidade. Estas informações, trazidas principalmente de pessoas em situação de rua, indicaram suas áreas de permanência e, para além de tais aspectos, os dados trazidos nestes itinerários, nos apontaram dados relevantes sobre o perfil das pessoas que vivem em situação de rua na cidade de João Pessoas, Paraíba. Vale salientar que várias tentativas de contato foram feitas com a secretaria responsável pelo CENTRO POP a fim de realizar a pesquisa de forma mais próxima ao equipamento, porém sem êxito, o que nos aponta o descredito e a deslegitimação para com a pesquisa acadêmica.

A pesquisa qualitativa, a que concerne o presente trabalho, considera que questões subjetivas não podem ser traduzidas em números, não necessitando a mesma lançar mão de técnicas e de determinadas estatísticas, estabelecendo o pesquisador as relações de contato com o ambiente e o objeto de estudo, considerando que não deva existir qualquer manipulação

[6] O Consultório na Rua (CnR) trata-se de um serviço de saúde da Atenção Básica, com equipe itinerante que trabalha na perspectiva de cuidados em saúde das pessoas que estão nas ruas de forma permanente e/ou transitória. O Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro POP) é um serviço de referência para esta população, apoiando-a para a obtenção de documentos, alimentação, banho e encaminhamentos para os serviços existentes, sejam eles socioassistenciais ou da saúde.

intencionalmente por parte deste (Prodanov; Freitas, 2013).

O trabalho em campo segue com um acompanhamento da equipe itinerante de saúde para a (re)aproximação da ex-trabalhadora que agora retorna às ruas enquanto pesquisadora. E neste reestabelecimento de contato com algumas histórias, a manutenção do compromisso com o respeito aos seus trajetos de vida e escolhas, sem qualquer juízo de valor ou constrangimento.

> Os grupos devem ser esclarecidos sobre aquilo que pretendemos investigar e as possíveis repercussões favoráveis advindas do processo investigativo. É preciso termos em mente que a busca de informações que pretendemos obter, está inserida num jogo cooperativo, onde cada momento é uma conquista baseada no diálogo que foge à obrigatoriedade. (Minayo, 2001, p. 55).

O desenrolar das escutas ao ar livre deve garantir que tais aproximações representem um espaço de segurança ao diálogo, esta abertura deve estar correspondida a uma via de mão dupla de trocas empáticas e com os narradores das memórias da rua. Minayo (2011) aponta para o aspecto da familiaridade com a temática pesquisada e que esta pode apontar resultados óbvios, sendo primordial para ir a campo. Portanto, é preciso atentar-se para que este processo não seja conduzido por proposições superficiais: “Ir a campo munido de teoria e hipóteses, mas aberto para questioná-las. É preciso imergir na realidade empírica na busca de informações previstas ou não previstas no roteiro inicial” (Minayo, 2011, p. 3).

Outra questão importante, que devemos considerar, é a da escuta como recurso afetivo que se afasta dos julgamentos, na busca de compreender os aspectos que perpassam a vida das pessoas (Costa, 1997). Então, ao pensar neste trajeto, devemos ter um olhar voltado para as tramas destes fios de histórias e memórias que compõem tais contextos.

A investigação das questões suscitadas neste trabalho foi trilhada com a metodologia da História Oral (HO) lançando mão de fontes orais (depoimentos), escritas (bibliográficas e documentais) e iconográficas. Caracteriza-se como história oral, processos advindos de entrevistas gravadas, transcritas e documentadas, culminando com a publicização segundo critérios predeterminados estabelecidos em projeto (Meihy, 2000). A HO envolve elementos gerados em trocas informais e dialógicas, onde questionamentos não se dão de forma unilateral, baseados em constructo de relações que dizem respeito aos impactos e significados de certos eventos nos cotidianos dos sujeitos (Portelli, 2016).

As contribuições da História Oral nos processos de compreensão da vida urbana emergem na possibilidade dos sujeitos verbalizarem acerca de suas experiências, rememorarem fatos agregados em narrativas levantadas para a costura das histórias e a problematização das questões suscitadas. Através das gravações das entrevistas, construção de diário de campo, além de leitura prévia das perguntas contidas em questionário, gravando-os. Os diálogos aconteceram

em serviços de saúde mental, a exemplo do CAPS[7], além das vias urbanas, respeitando o desejo dos participantes em permanecer em locais que proporcionassem maiores fatores de proteção, obedecendo aos princípios do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) no qual esta pesquisa está submetida.

Para a escolha dos colaboradores, foram observados os perfis que se encaixavam nos critérios de inclusão, ser maior de 18 anos e estar permanecendo nas ruas entre os anos de 2005 e 2023, e exclusão, utilizar dos espaços públicos apenas como forma de trabalho. Ao final das observações, a escolha de cinco pessoas que receberam a identificação de personagens que contribuíram positivamente para as populações vulneráveis no Brasil. O encontro com estes personagens foi facilitado pela rede de relações proporcionadas ao longo destes anos atuando no SUS, propiciando o acesso não apenas aos serviços da rede, mas as pessoas que neles são atendidas.

A utilização da entrevista semiestruturada enquanto facilitadora do processo dialógico foi lida para os participantes, proporcionando maior compreensão das questões levantadas. Portanto, tais singularidades foram observadas no decorrer das atividades de campo, adotando linguagem clara, lançando mão da estratégia de aplicação do questionário inicial para coleta de dados sociodemográficos e facilitador do processo de vinculação, lendo-os e realizando as gravações destes. Vale salientar que foi observada qualquer tipo de conduta que influenciasse nas respostas.

Destaca-se que, no presente estudo, os aspectos de exclusão consideraram apenas aquelas pessoas que permanecem integralmente nestes espaços e não os que utilizam como forma de trabalho e retornam para algum tipo de residência (casas de acolhimento, residência própria, de familiares, etc.). Tal critério foi pensado na perspectiva de entender o contexto onde há uma diferenciação de quem “está na rua” e de “quem é da rua”.

Para Alberti (2008) acontecimentos onde ainda existam sujeitos vivos e em condições de trazer elementos acerca de fatos que precisam ser investigados como forma de recuperação do passado, podem fazer parte do escopo fenomenológico da história oral, sendo a escolha dos participantes do estudo, guiadas pelo objetivo da pesquisa. Portanto, este não deve nortear-se por critérios predominantemente quantitativos, mas preocupar-se em selecionar sujeitos que possam fornecer elementos a partir de um lugar onde sua experiência possa nos fornecer

[7] Centro de Atenção Psicossocial para Álcool e Outras Drogas é um serviço onde um grande número de pessoas em situação de rua são atendidas para tratar problemáticas decorrentes do uso de substâncias psicoativas.(Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011).

depoimentos significativos.

Neste trabalho artesanal dos entremeios da oralidade, as narrativas colaboram no processo de aproximação com o real contexto das ruas através das memórias de seus habitantes. Assim, para Lopes, Carvalho e Matos (2011), narrar o cotidiano oportuniza um processo (re)inventivo capaz de potencializar, transformar e licenciar-se ao esquecimento e, neste processo de partilhas, dá-se um movimento producente de novas memórias. "É um processo de edição da própria história, com recortes e relevos criados pelo narrador" (Lopes; Carvalho; Matos, 2011, p. 69).

No desenrolar do trabalho em campo, os registros em forma de diário nos atentam para que situações possam ser rememoradas, trazendo fluidez à construção da pesquisa. Além disso, podemos considerar tais manuscritos como uma forma de incorporar elementos importantes que vão esvaindo-se e que podem ser retomados em qualquer momento do processo. "O diário permite a impressão de notas (como na música) já ouvidas ou conhecidas, mas que serão montadas de outra forma produzindo certa 'composição' (como as conclusões de uma pesquisa)" (Medrado; Spink; Méllo, 2014, p. 278).

Ainda para os autores citados, as anotações em forma de diário de campo, podem não estar incorporadas como principal veículo estratégico da pesquisa, mas podem adentrar ao mesmo, instrumentalizando-o, fundindo palavras e ações, abrindo assim, um leque de possibilidades à medida que vão sendo revistos e reavaliados, produzindo novas composições e possibilidades de entendimento.

As entrevistas semiestruturadas seguem um roteiro, sem que haja rigidez neste processo de respostas a uma sequência estabelecida e sim, seguindo o fluxo de ideias, onde alguns pontos previamente conhecidos ao pesquisador, são tratados na entrevista. Além disso, é uma técnica vantajosa, tendo em vista a possibilidade de ser realizada com os mais diversos segmentos populacionais. Para a utilização desta técnica, é preciso ter habilidade e sensibilidade, garantindo o sigilo e a confiabilidade dos dados e da identidade do entrevistado, exigindo, ainda, um olhar atencioso à todas as manifestações, sejam elas orais ou gestuais (Zanella, 2013).

Para a elaboração do questionário e entrevistas, fez-se necessário, um conhecimento de características específicas da amostra respondente, observando particularidades que podem ser influenciadoras no processo de respostas, como, por exemplo, se as pessoas são letradas ou não. Além disso, as instruções do preenchimento (no caso dos questionários) devem ser de forma clara, sem causar nenhum tipo de incompreensão por parte dos entrevistados (Maia, 2020).

A Análise do Discurso (AD), segundo Orlandi (2003), propõe reflexões acerca dos discursos, não se tratando apenas de informação e sua transmissão e sim, uma complexidade de

produção de sentidos que perpassam a constituição dos sujeitos. Ainda de acordo com Orlandi (2003), outro aspecto relevante neste processo é a memória discursiva, definida como aquilo que se traz anteriormente ao discurso, de forma independente, o interdiscurso.

> A Análise de Discurso (AD) oferece instrumentos teóricos e metodológicos que permitem ao analista incorporar as condições históricas e ideológicas em que o discurso foi produzido e, assim, experimentar gestos interpretativos e construções de sentido. Dito de outro modo, é possível ir além do conteúdo literal de um texto/discurso, percebendo como ele produz e veicula sentidos, evitando reduzi-lo a algo evidente, naturalizado, hermético (Cília; Costa, 2015, p. 233).

O não dito, para Orlandi (2003), aparece como indicativo de diversos significados e inerente ao dizer, há um não dizer que pode compor um recuo necessário. Sendo este grupo vulnerável e muitas vezes silenciado por inúmeros fatores, este é um aspecto observado no processo de análise do discurso. Além disso, a conclusão das análises e sua interpretação nunca serão processos acabados, abrindo um leque para novas indagações. O olhar para determinadas realidades, pode apontar várias direções, portanto, as conclusões acerca de um objeto nunca serão pautadas como conclusivas (Minayo, 2011).

São estes então os recursos para as análises destes discursos trazidos de um lugar único daqueles que habitam as ruas através das vozes de seus viventes, sendo possível compreender para além das questões abordadas, muitas vezes invisibilizadas nos mais diversos campos e os elementos trazidos nestas construções serão essenciais neste processo. Os desvelamentos destas vozes, então, foram realizados mediante tais análises e de suas significações que, para Severino (2007), trabalha na perspectiva de interpretação das mais diversas formas de discursos, objetivando interpretar para além das palavras enunciadas, pois “trata-se de um mergulho no microssocial, olhado com uma lente de aumento” (Severino, 2007, p. 119).

A partir deste caminhar metodológico, pretende-se compreender e responder às inquietações desta pesquisa e contribuir para os estudos sobre os grupos que vivem nas ruas, de forma que os interlocutores e interlocutoras da pesquisa sejam mais que meros coadjuvantes no processo de nos apresentar à rua sob a perspectiva de quem nela vive, cria laços adapta-se, sobrevive, emerge, imerge.

É sobre vida, sobre liberdade, sobre silenciamento, é sobre o tempo que corre, a vida que amassa, que rasga. É sobre deitar-se no frio, sentir a dor da fome calar a alma. É sobre ser invisível, sofrer abusos e omissões. É sobre gritar ou ter que ganhar no grito. É sobre pés descalços, sobre destoar do esteticamente imposto. É sobre rir de tristeza e chorar de alegria e tem sido sobre não romantizar a miséria, não olhar para trás e nem para a frente. É sobre o agora que urge, sobre o corre pra comer, o corre pra garantir o chão pra dormir. É sobre partilhar

afetuosamente, brigar, arrancar pedaço no dente, lembrar e esquecer, chorar e cair silenciosamente aos prantos. É sobre enxugar as lágrimas e dizer que está tudo bem, mesmo quando o peito rasga para gritar. É sobre não ser liberta enquanto estes também não forem libertos. “A minha liberdade não acaba quando a do outro começa; pelo contrário, termina quando a do outro termina. Essa é a compreensão social da liberdade que não nega também a dimensão individual dessa liberdade” (Freire, 2020, p. 181).

As seções que compõem a historicidade e as memórias da urbe, se sucedem as minhas narrativas e memórias da rua, apresentando minhas afetações pessoais em relação à negação ao direito à educação, além de como se deu minha aproximação com o urbano e as vias que inspiraram as investigações sobre a rua. Em seguida, temos notas introdutórias que abordam aspectos relacionados à proximidade com as questões das especificidades do espaço urbano, seguindo na subseção “os ninguéns” com as reflexões acerca das caracterizações atreladas aos grupos viventes nas ruas e às projeções acerca do quantitativo da População em Situação de Rua no Brasil. Nessas primeiras palavras, é trazido um panorama das políticas educacionais para as pessoas em situação de rua no “estado da arte” com os estudos mais recentes acerca de experiências educativas junto a este grupo, além das perspectivas da negação do direito à educação.

Seguindo nestas encruzilhadas, de lutas e resistências, a segunda seção narra a trajetória de lutas deste grupo, trazendo as contribuições dos movimentos organizados, a exemplo do Movimento Nacional para a População em Situação de Rua (MNPR) para as conquistas e efetivação das políticas no país, com destaque para os retrocessos dos últimos anos que impactaram perversamente os sobreviventes da “selva de concreto e aço”[8].

O caminho percorrido na terceira sessão, analisa as questões da pobreza e os processos de desfiliação social, onde quem inventou a fome são os que comem. Outros aspectos trazidos são as táticas adotadas para a sobrevivência diária e os acordos de convivência neste processo da “ética da rua” e posturas adotadas nos espaços públicos.

As narrativas e memória das ruas se fazem presentes na quarta seção deste estudo, onde serão discutidas as questões relacionadas à educação enquanto direito social básico, fazendo contraponto entre os aportes teóricos relacionados à temática e às perspectivas dos viventes das ruas de João Pessoa, Paraíba, no tópico com a pergunta norteadora “Educação: é do mesmo que todo mundo fala quando diz essa palavra?”. Posteriormente, a análise destes discursos foram realizadas e trazidas como contribuições para o trabalho.

[8] Trecho da letra da música “Negro Drama”, interpretada por Racionais MC’s.

A subseção “Eles combinaram de nos matar, nós combinamos de não morrer”, traz um registro iconográfico afetivo das representações da rua sob o meu olhar em um período anterior à pesquisa. Por fim, nesta andarilhagem, tomando as contribuições do povo da rua enquanto produção de perspectivas de pensar com e para com estes, foram trazidas sugestões para as práticas de Educação em Direitos Humanos sob uma ótica Freireana, libertadora e com o compromisso de os sujeitos serem reeducados pela revolução (Freire, 2020).

A pesquisa está fundamentada teoricamente (e não menos ideologicamente) por uma perspectiva Freireana, interpondo conexões com as obras deixadas pelo autor, principalmente a Pedagogia do Oprimido (Freire, 2020); Diretos Humanos e Educação libertadora (Freire, 2020); Pedagogia da autonomia (Freire, 2009); Educação e mudança (Freire, 2022) além das contribuições de autores que trabalham as teorias da memória e com a metodologia da História Oral (HO) com destaque para Pollak (1989), Benjamin (2013), Le Goff (1990), Portelli (2016) e com as contribuições de Arroyo (2009; 2018) no sentido das discussões sobre Educação de Jovens e Adultos com os quais tem suas teorias em consonância com questões mais aprofundadas no capítulo IV. Documentos oficiais e portarias foram contributivos no sentido de pensar sobre e para a rua. Além disso, o encontro com as reflexões trazidas nas narrativas urbanas não assume caráter menos importante neste processo de construção.

Encerrando nossas contribuições até o momento, chegamos em algumas considerações: “todos esses que aí estão, atravancando meu caminho, eles passarão... Eu passarinho!”[9] onde foram trazidos aspectos que contribuíram neste trajeto de produção das seções aqui descritas. Aqui também cabe um pouco de música e poesia, combustível destes dias onde o ar sufoca e a vida aperta. “Viver é um rasgar-se e remendar-se”[10].

[9] Poeminho do Contra, Mário Quintana.
[10] Trecho extraído da obra “Grande Sertão: Veredas”, de Guimarães Rosa.

2 TRAJETÓRIA DE LUTAS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL E EM JOÃO PESSOA

"Gente quer comer
Gente quer ser feliz
Gente quer respirar ar pelo nariz
Não, meu nego, não traia nunca essa força não
Essa força que mora em seu coração
Gente lavando roupa
Amassando pão
Gente pobre arrancando
A vida com a mão
No coração da mata
Gente quer prosseguir
Quer durar, quer crescer
Gente quer luzir
Rodrigo, Roberto, Caetano
Moreno, Francisco
Gilberto, João
Gente é pra brilhar
Não pra morrer de fome"

(Caetano Veloso)

Nesta seção, será apresentada a discussão acerca do trajeto dos movimentos sociais organizados, em especial o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) desde a sua concepção, assim como o trajeto de lutas para a criação de uma política nacional voltada para este segmento e as guerrilhas para inserção de pessoas com trajetória de rua nos espaços de discussão e o fomento de estratégias e representatividade.

Estes fios de reminiscências de resistência da rua seguem costurando as histórias ao ar livre, seguindo uma linha do tempo indicada no presente estudo (2005-2023). Ademais, outras questões que compõem a continuidade das memórias da urbe, trazendo a luta das mulheres que representaram o MNPR e o processo de retrocesso das políticas brasileiras a partir do golpe sofrido pela presidenta Dilma Rousseff, até a trágica gestão do governo Bolsonaro, que representou um aumento significativo de pessoas em situação de rua em todo o país. Vale salientar, que períodos anteriores ao marco temporal do estudo foram citados, devido à importância destes nos processos de compreensão dos movimentos de base na rua, além das rememorações que atuam na perspectiva do educar para o nunca mais.

2.1 Pequena memória para um tempo sem memória: trajetória, lutas e resistência

"Memória de um tempo
onde lutar por seu direito
É um defeito que mata
São tantas lutas inglórias

São histórias que a história
Qualquer dia contará

De obscuros personagens
As passagens, as coragens
São sementes espalhadas nesse chão

De Juvenais e de Raimundos
Tantos Júlios de Santana
Dessa crença num enorme coração

Dos humilhados e ofendidos
Explorados e oprimidos
Que tentaram encontrar a solução

São cruzes sem nomes
Sem corpos
Sem datas

Memória de um tempo onde lutar por seu direito
É um defeito que mata

E tantos são os homens por debaixo das manchetes
São braços esquecidos que fizeram os heróis
São forças, são suores que levantam as vedetes
Do teatro de revistas, que é o país de todos nós

São vozes que negaram liberdade concedida
Pois ela é bem mais sangue
Ela é bem mais vida
São vidas que alimentam nosso fogo da esperança
O grito da batalha
Quem espera, nunca alcança

Ê ê, quando o Sol nascer
É que eu quero ver quem se lembrará
Ê ê, quando amanhecer
É que eu quero ver quem recordará. Ê eu, não posso esquecer
Essa legião que se entregou por um novo dia
Ê eu quero é cantar essa mão tão calejada
Que nos deu tanta alegria
E vamos à luta"

(Gonzaguinha)[11]

As memórias deste solo de resistências e lutas por mudanças para os grupos que vivem nas ruas brasileiras são trazidas a seguir, em uma linha do tempo que descreve uma trajetória

[11] Letra da música "Pequena memória para um tempo sem memória", interpretada por Gonzaguinha.

que mobilizou diversos setores da sociedade no país, representando avanços nas políticas socioassistenciais. A preservação das reminiscências dos oprimidos se mantém como uma ferramenta de elaboração do passado e de compreensão da importância de não silenciar existências no presente, garantindo dignidade.

O esperançar que ecoou nas ruas impulsionou um novo momento para as pessoas em situação de rua, dando visibilidade a pautas importantes. Isso culminou com a implementação de uma política nacional com diretrizes que carecem ser revisitadas, não apenas pelo aumento deste grupo nas vias urbanas, mas também todas as transformações sociais dos últimos anos, reconfigurando as formas de viver nestes espaços.

Com o período de redemocratização do país, as caminhadas de luta do povo da rua reiteram a potência dos movimentos populares na contribuição para uma sociedade justa e na inserção de grupos menos favorecidos nos espaços de discussão sobre suas próprias pautas, partindo da até então, recente Constituição, com vistas a minimizar as iniquidades e efeitos devastadores das desigualdades sociais "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade" (Brasil, 1988, cap. 1, Art. 5) e "são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição" (Brasil, 1988, cap. 2, Art. 6).

Assim, com direitos sociais adquiridos pós-Constituição, desvelou-se a possibilidade do enfrentamento às iniquidades tão latentes em nosso país. Este caráter mobilizador, se contrapondo às práticas de caráter assistencialista, oportunizou a retomada do esperançar. Contudo, é preciso atestar que não basta a existência destes em aparatos jurídicos, mas fazer parte do contexto de vida das pessoas, proporcionando-lhes o que é de dever do Estado: a oferta de dignidade.

A andarilhagem inicia-se, então, na década de 90, com as primeiras discussões sobre os grupos viventes nas ruas, através do I Fórum Nacional de Estudos sobre a População de Rua, no ano de 1993, objetivando a aproximação com os grupos viventes nas ruas, além de identificar seu perfil e instituições atuantes com esta população. Inúmeras iniciativas se deram neste período, com parcerias firmadas por entidades não governamentais, sendo pioneiras neste processo as cidades de Belo Horizonte e de São Paulo, além dos grupos atuantes junto à população em situação de rua, juntaram-se a estes os movimentos sociais articulados pela luta dos direitos dos catadores de materiais recicláveis (Machado, 2020).

Os movimentos que antecederam a efetivação das políticas para os grupos que vivem nos espaços públicos foram amplificadores e reverberadores das vozes silenciadas, de vidas marcadas por opressões, sendo estes uma forma de esperançar diante das iniquidades, assim como nos traz Freire (2020, p. 73), "para isto, contudo, é preciso que creiamos nos homens oprimidos. Que os vejamos como capazes de pensar certo também".

Como forma de efetivação de direitos à população brasileira, garantindo atendimento às necessidades básicas, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) regulamentada através da Lei n° 8.742, de 7 de dezembro de 1993, dispõe sobre a organização da assistência social, efetivando a execução de fato dos artigos 203 e 204 [12] da Constituição Federal, reafirmando-os (Brasil, 1993).

Um marco na luta pelos grupos marginalizados neste caminho de mobilização e construção de sujeitos políticos, "O grito dos excluídos" é um movimento fortalecedor das lutas que o grande sistema insiste em deslegitimar, levando inúmeras pastorais do povo da rua a se debruçarem na luta pelos direitos das Pessoas em Situação de Rua desde o ano de 1995.

Senna e Reis (2022) reiteram a força dos movimentos sociais organizados, instituições religiosas, filantrópicas e ONGs na auto-organização deste grupo populacional, desenvolvendo assim, ações concretas de reivindicações e proposituras de políticas específicas. Ainda em 1995, ocorre o I Seminário Nacional Sobre a População de Rua, em São Paulo, com apoio de entidades filantrópicas, reunindo os mais diversos atores, como gestores e estudiosos sobre os grupos que viviam nas ruas, representando os passos iniciais da política que anos mais tarde se efetivaria.

É no chão das ruas que as massas se manifestam e, para que os movimentos organizados se fortaleçam, se faz necessária a construção de uma cultura para Educação em Direitos Humanos pautada em perspectivas libertadoras onde sujeitos consigam refletir acerca dos processos de segregação pelos quais são afetados. É necessário que as classes oprimidas se sintam fortalecidas para lutar por seus direitos, pois estes são processos não são estáticos e sim se (re)configuram de acordo com cada época na sociedade.

Cabonari (2021), em seus estudos, afirma que o processo de educar em Direitos Humanos exige um olhar lançado para a leitura dos contextos em que grupos vulnerabilizados estão inseridos. Em consonância, elementos dos cotidianos dos sujeitos devem estar neste constructo de experiências e que estes não estejam a serviço de pensar apenas sob a ótica de modos de vida fechados, enviesados e ajustadores de práticas.

Ainda trazendo concepções sobre participação cidadã:

[12] A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social (Brasil, 2012).

> É lastreada num conceito amplo de cidadania, que não se restringe ao direito ao voto, mas ao direito à vida do ser humano como um todo. Por detrás dele há outro conceito, de cultura cidadã, fundado em valores éticos universais, impessoais. A Participação Cidadã funda-se também numa concepção democrática radical que objetiva fortalecer a sociedade civil no sentido de construir ou apontar caminhos para uma nova realidade social sem desigualdades, exclusões de qualquer natureza. Busca-se a igualdade, mas reconhece-se a diversidade cultural. Há um novo projeto emancipatório e civilizatório por detrás dessa concepção que tem como horizonte a construção de uma sociedade democrática e sem injustiças sociais (Gonh, 2013, p. 241).

A auto-organização das pessoas em situação de rua na perspectiva de inserção nos espaços de discussão e fomento as políticas públicas, com a criação e fortalecimento dos movimentos organizados, se dá como instrumento de manutenção de conquistas e luta por avanços no que diz respeito ao reordenamento e monitoramento destas. Isso ocorre no Brasil, a partir da inserção de representantes de movimentos de pessoas em situação de rua no Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, a partir do ano de 2023.

Portanto, a caminhada dos coletivos pode ser potencializada mediante práticas voltadas para a Educação em Direitos Humanos que se proponham a enfatizar a importância da formação da autonomia, da responsabilidade social e do reconhecimento das diferenças, abrindo caminhos para importantes mudanças na realidade de grupos marginalizados e colocados sob a ordem da subalternidade e da exclusão.

Inúmeros conflitos sociais foram marcadores na luta dos catadores no Brasil, contando estes com uma grande articulação nacional para a consolidação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) no ano de 2001 durante o I Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis e I Marcha Nacional da População da Rua, em Brasília, onde um documento de grande relevância, “A carta de Brasília”, foi formulado a partir deste evento contendo proposituras do MNCR apontando um olhar direcionado também para as necessidades dos grupos que viviam nas ruas do país (Pereira, 2011). Destacando dentre as proposituras:

> Em vista da cidadania dos Moradores(as) de Rua, reconhecimento, por parte dos governos, em todos os níveis e instâncias, da existência da População de Rua, incluindo-a no Censo do IBGE e garantindo em lei a criação de políticas específicas de atendimento às pessoas que vivem e trabalham nas ruas, rompendo com todos os tipos de discriminação (MNCR, 2010, p.10).

Neste percorrer de lutas, a atuação militante com a parceria entre catadores e grupos em situação de rua foi essencial para dar visibilidade a ambos os movimentos que ainda caminhavam timidamente, de pés descalços no chão deste país. Deste modo, ambos emergem

como protagonistas de lutas neste importante processo histórico de busca de construção de políticas e efetivação de direitos, sendo primordial pensar na importância dos movimentos organizados, afinal:

> Um galo sozinho não tece uma manhã: ele precisará sempre de outros galos. De um que apanhe esse grito que ele e o lance a outro; de um outro galo que apanhe o grito que um galo antes e o lance a outro; e de outros galos que com muitos galos se cruzem os fios de sol de seus gritos de galo, para que a manhã, desde uma tela tênue se vá tecendo, entre todos os galos. E se encorpando em tela, entre todos se erguendo tenda, onde entrem todos, se entretendendo para todos, no toldo (a manhã) que plena livre de armação. A manhã, toldo de um tecido tão aéreo que tecido, se eleva por si: luz balão (Melo Neto, 1966, p. 345).

Uma manhã não é tecida na singularidade, mas na potência do coletivo, nas trocas de experiências e na criticidade do que é colocado aos sujeitos enquanto imutável. O trajeto se trilha na crença do potencial humano, na sua capacidade de (re)invenção e na força transformadora das ações pautadas na pluralidade humana.

Nestas conexões de vivências, a luta contra a estigmatização e criminalização das pessoas que vivem nos espaços públicos é essencial para denunciar as ausências do Estado para com este grupo e inseri-lo neste campo de discussões, também atravessa a militância de movimentos que dialogam com outras pautas, afinal a tessitura da vida se dá no entrelaço que se cria no fazer partilhado.

O Festival Lixo e Cidadania inaugura, no ano de 2002, a simbologia marcante dos movimentos organizados daqueles que fazem das ruas suas zonas autônomas de sobrevivência, consolidando, assim, as proposituras contidas na "carta de Brasília" e, como afirma Machado (2020), o Partido dos Trabalhadores (PT) foi de grande importância na pactuação e no comprometimento de sua agenda governamental com as pautas da População em Situação de Rua assumindo centralidade inédita de ações.

No ano de 2003, houve a inauguração da casa Cor da Rua [13], e Luís Inácio Lula da Silva, o então presidente, firma um encontro anual, no período de celebrações natalinas, com integrantes do MNCR e com aqueles que sobreviviam nas ruas. Além disso, neste novo contexto, houve o estabelecimento de um compromisso com as camadas menos privilegiadas, até então esquecidas, na assunção do reconhecimento e ampliação dos direitos sociais, interlocução com movimentos sociais e combate à fome e à pobreza, além da criação de um Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis. É importante

13 A Casa Cor da Rua é um espaço de divulgação da arte-reciclagem, buscando contribuir com o potencial criativo e produtivo da população adulta de rua e jovens em situação de risco social (Ferro, 2012).

frisar que o encontro com tais setores sociais se deram como compromisso até o fim do seu mandato, no ano de 2010 (Senna; Reis, 2022).

> Esse processo de mobilização da sociedade civil pela vida e dignidade das pessoas em situação de rua e por políticas públicas de inclusão confluiu com a sensibilidade mostrada pelo presidente Lula diante da problemática. Sensibilidade essa expressada, por exemplo, em suas visitas anuais, desde 2003, aos catadores de materiais recicláveis e à população em situação de rua por ocasião do Natal. Essa confluência de 3 elementos possibilitou que a problemática em questão se tornasse parte da agenda do governo federal (Ferro, 2012, p. 12).

Ao nos depararmos com aspectos relacionados aos que resistem cotidianamente nas ruas, devemos ampliar o olhar vislumbrando para estes, não somente sistemas de moradias convencionais, abrigamento seguro, como se estas fossem as únicas problemáticas deste grupo diverso. A fome é um importante e impactante marcador que reitera o alargamento do abismo entre classes sociais e que atualmente impacta a população impiedosamente, assim como nos trazia Carolina de Jesus (2007, p. 45), "a tontura da fome é pior do que a do álcool. A tontura do álcool nos impele a cantar. Mas a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estômago"

Neste sentido, durante o governo supracitado, os programas de transferência de renda tinham como objetivo o alcance de famílias abaixo da linha de pobreza, onde a fome é adotada como um dos critérios de inserção, ou seja, os sujeitos que não garantiam até então sua subsistência, deveriam ser beneficiários da assistência pública (Azevedo; Burlandy, 2010).

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) é criado no ano de 2004, objetivando a construção de uma política voltada à promoção de inclusão social, segurança alimentar e renda mínima. Ainda no campo assistencial, a Resolução n° 145, de 15 de outubro de 2004, aprova a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e atribui a responsabilidade da Proteção Social Especial (PSE) na perspectiva de equidade, atuar com sujeitos com maiores graus de riscos sociais, dentre eles os viventes nas ruas:

> No caso da proteção social especial, à população em situação de rua serão priorizados os serviços que possibilitem a organização de um novo projeto de vida, visando criar condições para adquirirem referências na sociedade brasileira, enquanto sujeitos de direito (Brasil, 2004, p. 37).

Apesar dos avanços nas políticas socioassistenciais, há um sucateamento destes espaços, com a diminuição dos recursos financeiros que garantem o funcionamento dos serviços nos últimos anos, representando um retrocesso que impacta a trajetória de vida de uma população que necessita acessar diariamente esses equipamentos. Com estruturas sucateadas, relações de trabalho precarizadas, aumento da demanda por assistência, intervenção político-partidária nas

gestões, tem sido marca negativa para o desenvolvimento de ações que mobilizem a propositura de projetos de vida, ficando as normativas legais em um campo de concretude distante e com efetividade prejudicada.

Diante da fragilização destas redes de suporte, os grupos que vivem nas ruas seguem contando com outras vias de auxílio. Trazendo para a realidade da cidade pessoense, em que há uma rede com várias lacunas, principalmente no que diz respeito à disposição de serviços, há um estabelecimento de relações com outros atores, como, por exemplo, instituições filantrópicas que garantem a sobrevivência e reduzem o sofrimento destas pessoas, mas não garantem a construção de vias de emancipação e mudança de vida, apenas amortecem a negligência do Estado que prolonga a permanência na zona de vulnerabilidade.

O Programa de Atendimento Integral à Família (PAIF), também datado de 2004, fomentou o apoio às famílias em situação de hipossuficiência, dentre elas inseriam-se aquelas com integrantes em situação de rua cujas violações de direitos atravessam suas vidas cotidianamente, compreendendo que tais situações impõem aos sujeitos, muitas vezes, táticas de sobrevivência desagregadoras, portanto, a situação de estar de forma transitória ou não nos espaços públicos, mesmo enquanto complexidade multifacetada, na qual a pobreza não é sua única causa, se insere neste escopo político, já que o empobrecimento "é uma matriz recorrente em estudos e reflexões sobre as causas de tais fenômenos" (Brasil, 2012, p. 45).

À medida que grupos minoritários ganham visibilidade, os discursos de ódio proferidos contra estes vão permeando de forma mais arraigada suas existências, reforçando o desejo por sua eliminação e a perpetuação de políticas higienistas e repressoras. A rejeição nunca foi inexistente, ela apenas passa por períodos de adormecimento e reacende, ganhando holofotes e megafones, muitas vezes com discursos legitimados por aqueles que deveriam defender o direito de viver das pessoas em situações de vulnerabilidade.

Na madrugada de 19 de agosto de 2004, a crueldade em forma de execução cessou a vida de sete pessoas em situação de rua, além de seis que ficaram gravemente feridas. Esta foi a simbologia para o início de mais uma luta que se iniciaria no ano posterior com a criação do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR). Em alusão a este massacre ocorrido na Praça da Sé e por todos os percalços de descasos com o caso, institui-se nesta data o Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua. (MNPR, 2010).

O MNPR então, engaja-se em reivindicações, travando insistentemente embates contra a barbárie do Estado e dos preconceitos da sociedade civil em um processo constante de sensibilização e de reafirmação da importância de políticas públicas, para este segmento

amplamente atacado e para a penalização de mortes por conta de ações truculentas de policiais, que segue na omissão e sendo justificados de maneira desumana (Lima, 2018).

A violência não está apenas nos atos citados, ela atravessa o viver na rua cotidianamente, via dispositivos que visam enquadrar vivências singulares controladas por uma sistemática perversa que não consegue dar conta da problemática que é viver nas vias públicas, consequências, para além de tudo, de um projeto neoliberal. É preciso sair da lógica silenciadora e adentrar a realidade concreta destes sujeitos.

Com os avanços das políticas do campo assistencial, esta primeira década dos anos 2000 é marcada por discussões acerca do reordenamento dos serviços, criação de programas destinados às pessoas em situação de rua e estudos acerca de novas formas de abordagem e vinculação aos grupos crescentes nos espaços públicos. Todavia, é preciso pensar nas mudanças que acompanhem também as modificações comportamentais e estruturais da sociedade, certamente as populações que vivem nos espaços públicos não fogem a estes contornos, e eis que chegamos à demarcação histórica desta população no presente estudo. Vale salientar que rememorar este trajeto nos leva a pensar na história do tempo presente e nas marcas deixadas por estas memórias.

Esperançando, as caminhadas do povo da rua não cessam. Elas atravessam um cenário cerceado por entraves, mas sem que isso signifique o retroceder de seus passos. O IV Festival Lixo e Cidadania, no ano de 2005, marcou o lançamento oficial do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), formado por pessoas com trajetória de rua, inclusive sobreviventes da chacina e articulados por diferentes atores.

Destaca-se, ainda, a realização do I Encontro Nacional Sobre a População em Situação de Rua, que buscou traçar estratégias e construções articuladas e direcionadas para uma análise da realidade e das especificidades destas pessoas para a execução de um censo demográfico, para traçar o perfil socioeconômico, iniciativa inédita por meio do MDS que confluiu, ainda, com o esboço da Política Nacional da População em Situação de Rua (PNPSR), além de elementos fundamentadores do texto da Lei n.º 11258/2005, que altera a Lei n° 8742/1993, dispondo sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento às pessoas que vivem em situação de rua.(Lima, 2018; Lemões, 2019).

Criado em 2006, o Grupo de Trabalho Interministerial para definir a Política Nacional da População em situação de Rua (PNPSR), com proposituras de abordagens interdisciplinares e compromisso com as organizações participantes que, pela primeira vez, reuniam-se nacionalmente com um presidente da república, apresentando suas demandas (Brasil, 2009).

O ano de 2008 é marcado por mais conquistas das lutas populares da rua, onde os primeiros representantes do MNPR são eleitos para o Conselho Nacional de Assistência Social (CONAS) e para o Conselho Nacional de Saúde (CNS) este último, no segmento usuário, demarcando a inserção nestes espaços com representatividade própria (MNPR, 2010; Senna; Reis, 2022).

Ao mesmo passo que os avanços das normativas legais se dão no campo político, e as mudanças acontecem, observa-se que as conquistas para a População em Situação de Rua caminham a passos lentos e medidas emergenciais são aprovadas para frear os impactos na vida destas pessoas, onde as políticas públicas são colocadas sob a ordem de medidas de governo, não de Estado, formando um evento cíclico que envolve o projeto político de quem permanece no poder. Assim, a problemática da vida urbana no que se refere aos serviços de assistência em meio ao sucateamento segue carente de ações que efetivem direitos.

Ainda no ano citado anteriormente, há a inclusão deste grupo no CAD (Cadastro Único para Programas Sociais) regulamentado pela Portaria GM/MDS n.º 376, sendo este também instrumento de planejamento das ações das políticas públicas no país (Brasil, 2011). Como destaca Carvalho (2012), segue a Portaria n.º 431/2008 do MDS, que dispõe sobre a expansão e alteração do cofinanciamento dos serviços de acolhimento institucional da Proteção Social Especial (PSE) no âmbito do Sistema único de Assistência Social (SUAS).

Para Carvalho (2012), houve avanços essenciais neste período, havendo um olhar ampliado para as questões das populações mais vulneráveis, objetivando a garantia de direitos fundamentais. No entanto, as ações à época ainda eram incipientes para atender as demandas crescentes e plurais deste grupo.

Os avanços deste período histórico para as populações viventes nas ruas foram de grande importância, pautados e reivindicados pela mobilização popular, as conquistas das políticas efetivadas no país contribuíram não somente na oferta de serviços específicos para este grupo, como também deu visibilidade aos diálogos sobre e para a rua. Contudo, é preciso pensar nos atuais retrocessos e como os movimentos organizados podem contribuir na retomada das discussões sobre as pessoas que permanecem nas ruas, afinal, estes, perante aos dados oficiais, não existem.

As construções coletivas que se ampliavam na perspectiva de consciência, (re)conhecimento e visibilidade para este grupo, foram potentes em seu sentido mais genuíno para implementação de políticas públicas no Brasil. Neste sentido, é preciso avaliar quais aspectos foram essenciais neste trilhar e vislumbrar perspectivas futuras, já que ações

concretizadas não simbolizam o apagamento de processos de sofrimento de grupos historicamente silenciados.

Portanto, as apostas em movimentos de base popular contribuíram para o fortalecimento das experiências tanto de catadores quanto de pessoas que viviam nas ruas do país, desaguando em um processo contínuo de lutas destes novos atores que surgem no cenário de lutas, convergindo com os apontamentos de Pinheiro e Francischetto (2019) acerca da potência das lutas destes grupos não apenas diante do poder público, como da sociedade em geral, no sentido de reafirmação enquanto sujeitos representativos de suas pautas, dando contornos à coletividade no enfrentamento aos entraves na efetivação de direitos fundamentais.

Além das contribuições dos movimentos sociais representativos, o I Encontro para PSR também demandou a realização do I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Com isso, como propositura metodológica deste estudo, se deu um trabalho na perspectiva não apenas de contabilização de sujeitos, mas entender seus modos de viver e, com isso, tais aspectos serem facilitadores na construção e orientação de políticas públicas em âmbito nacional.

Realizada em 71 cidades brasileiras entre agosto de 2007 e março de 2008, o resultado do censo apontou 31.922 pessoas maiores de 18 anos em situação de rua, lançando mão neste estudo de metodologias adequadas para colaboração no processo de mensuração deste perfil populacional. Essa iniciativa se deu a partir de demandas advindas dos movimentos sociais representativos deste grupo. Destaca-se o pioneirismo de cidades como São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre, que já contavam com levantamentos semelhantes e foram contributivos para o delineamento nacional (Brasil, 2009).

Os dados da pesquisa citada acima subsidiaram a elaboração da Política Nacional de Inclusão Social para a População de Rua, datada do ano de 2008, sendo produto de inúmeras reivindicações, lutas, reflexões e debates dos mais diversos setores, descortinando realidades severamente impactadas pelas iniquidades sociais. Neste documento, cabe destacar um dos aspectos que trilham o presente estudo: o direito do acesso à educação por parte dos grupos viventes nas ruas.

Como observado, a inserção da PSR no âmbito educacional já se configurava enquanto pauta na formulação das propostas de (re)inserção social destes sujeitos. Há de se apontar uma problematização crítico-reflexiva quando nos referimos ao fato de “inserir” pessoas, afinal estes corpos, mesmo habitando as bordas marginais de nosso país, não estão de fora do nosso abarcamento social e sim invisibilizados, injustiçados e severamente estigmatizados. É preciso

atentar sobre até que ponto a sociedade e o poder público segregam para poder realizar processos de uma suposta inclusão extremamente violadores.

> Ai daqueles que pararem com sua capacidade de sonhar, de invejar sua coragem de anunciar e denunciar. Ai daqueles que, em lugar de visitar de vez em quando o amanhã pelo profundo engajamento com o hoje, com o aqui e o agora, se atrelarem a um passado de exploração e de rotina **(**Freire, 2020, p. 77).

O desfavorecimento da vida entra em seu contorno dúbio e segundo Priori (2019), a sociedade enquanto provocadora de condições perversas, as camadas mais pobres da população, como desemprego, condições insalubres de trabalho, salários deficitários e expropriação, empurram sujeitos para situações de pobreza extrema, também se debruçam em práticas sociais amparadas na caridade, sendo o produto dessas exclusões, criminalizada e categorizada como vadiagem e mendicância.

A mendicância, colocada enquanto contravenção penal, datada de 3 de outubro de 1941, pelo Decreto n° 3.688: "Mendigar por ociosidade ou cupidez: prisão simples de quinze dias a três meses". No ano de 2009, este artigo é revogado pela Lei n°11983/2009, vale salientar que o artigo 59, relativo à "vadiagem" ainda vigora:

> Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita: pena – prisão simples, de quinze dias a três meses (Brasil, 1941; 2009).

O Projeto de Lei n.º 1.212/2021, que visa a determinação legal sobre a retirada do termo delito de "vadiagem", símbolo de segregação da pobreza, ainda tramita na Câmara em pleno 2023, atestando a criminalização de uma camada da população, nos colocando a refletir sobre o risco de certos grupos existirem em uma sociedade que herda valores colonizadores e escravocratas.

Em um Estado sem oportunidades para os que já nascem marcados pela pobreza, com valores centrados na meritocracia que colocam conquistas singulares enquanto regras de sobrevivência, leis que operam no sentido de penalizar a pobreza, sob a alegação de entrega ao ócio, atesta o quão são legitimadas as ações de encarceramento das classes menos privilegiadas no país.

As construções e estudos sobre um grupo crescente no país, fizeram com que as políticas sociais avançassem, e em novembro do supracitado ano é aprovada a Resolução n.º 109/2009 que tipificava os serviços socioassistenciais, dentre eles aqueles que atendem as especificidades deste grupo: Serviço Especializado de Abordagem Social, Serviço de Acolhimento Institucional

e o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, este ofertado no Centro de Referência Especializado para Pessoa em Situação de Rua (Centro POP) (Brasil, 2009).

O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH3), aprovado sob o Decreto n.º 7.037 de 21 de dezembro de 2009 (mesmo ano da Política Nacional), vem como importante reforço na garantia de direitos do grupo populacional da rua, diferentemente de versões anteriores, abarcando diretrizes mais amplas, dentre elas, a garantia dos Direitos Humanos de forma universal, indivisível e interdependente, na perspectiva do asseguramento da cidadania plena, combatendo às desigualdades estruturais, e ainda atuando no respeito à preservação da memória histórica e construção pública da verdade (Brasil, 2009).

Segundo Liberato (2020), o PNDH3[14], contemplou a População em Situação de Rua em diversos aspectos, diferentemente das versões anteriores, ampliando o espectro do reconhecimento das mais diversas vulnerabilidades a que estão expostos os que habitam os cenários das ruas, na perspectiva de garantias de proteção , a implementação de políticas públicas de emprego e renda, emissão de documentos, incentivo à qualificação profissional e o combate às mais diversas violências, dentre elas a policial, institucional e carcerária.

Os resultados da pesquisa e suas especificidades foram trazidos ao conhecimento do público no II Encontro Nacional da Pessoa em Situação de Rua e os encaminhamentos destes levados ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O referido encontro ocorreu no ano de 2009 e trouxe novas proposituras para o que viriam mais tarde a ser reformuladas para a construção de uma Política Nacional.

Marcado por um cenário de tensões, o II Encontro Nacional sobre a População de Rua acontece em maio de 2009, sob a égide dos movimentos organizados e da sociedade civil, que se articularam com o governo federal. Com organização administrativa deficitária, além da baixa adesão de alguns ministérios (com exceção do MDS e o Ministério da Saúde) e a participação descontínua dos demais, não foi possível chegar em um consenso entre as representatividades para as pautas serem incorporadas às agendas governamentais em forma de leis, decretos, portarias referendadas e financiadas de forma legal e regular.

Diante deste cenário abalado por questões conflituosas, representantes do MNPR, segmentos da sociedade civil e catadores encaminharam uma carta[15] ao então presidente Lula, apresentando-lhe treze pontos prioritários para a construção da política nacional e cobrando o prazo de 365 dias para sua efetivação. Assim, em 23 de dezembro é instituída a Política

[14] Programa Nacional de Direitos Humanos III.
[15] A carta supracitada encontra-se no Anexo I deste trabalho.

Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR), sob o Decreto n° 7053/2009 (Ferro, 2011; 2012; Senna; Reis, 2022).

Um dia após o decreto da PNPSR, o Ministério da Saúde institui o Comitê Técnico de Saúde para a População em Situação de Rua através da Portaria n° 3305, garantindo a inclusão destas pessoas aos serviços do SUS (Brasil, 2009).

Não somente os serviços socioassistenciais foram inseridos neste processo e tendo como referencial o plano piloto de estratégias utilizadas com crianças e adolescentes em situação de rua da cidade de Salvador no ano de 1999, surge o Consultório de Rua (CdR) em 2009, atuando como serviço estratégico juntamente a pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas, associados aos riscos e vulnerabilidades de sobrevivência nos espaços públicos (Londero; Ceccim; Bilibio, 2009).

Após dois anos da implantação deste serviço, tendo em vista a crescente atuação do MNPR por um olhar ampliado para as demandas deste segmento, a Portaria GM/MS n° 122 de 25 de janeiro de 2011 definia então as diretrizes e organização das equipes do Consultório na Rua (CnR) em todo o território nacional entrando na composição da rede da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), sob a Portaria n° 2.488/2011 (Brasil, 2011; 2012).

O desejo de transformação e a perspectiva de movimentação popular nos mais diversos espaços, colaborou para que a pauta dos grupos viventes nas ruas alcançasse visibilidade e neste processo, a participação de mulheres nas representações do MNPR, foram essenciais na ampliação do debate sobre as questões da urbe, além da luta contra o higienismo que impera no país. Espaço majoritariamente masculino, as ruas têm em suas porta-vozes a força no debate e o esperançar por mudanças.

A coordenadora do MNPR, Maria Lucia Pereira Silva, levou ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, no ano de 2016, a força da representatividade daqueles que o apagamento de suas existências é reforçado diariamente e, em defesa deste grupo, discutiu acerca do relatório especial sobre moradia adequada, instituído no ano anterior, o qual aponta as ações deficitárias do Estado que, se consideradas e se assim cumpridas, erradicariam a situação de rua, propondo sua extinção até 2030 (ONU, 2015).

Ativista dos Direitos Humanos em sua incansável luta com grande capacidade de articulação, Maria Lucia foi reconhecida internacionalmente, alavancando esforços para a organização daqueles que estão nas ruas de todo o país buscando por existências dignas, assim como sua antecessora, Anita Gomes dos Santos, que deu nome a uma ocupação no ano de 2018 em Belo Horizonte, um ano após sua morte.

Sueli Oliveira, coordenadora nacional e representante da região nordeste do MNPR, aponta as dificuldades que se fizeram ainda mais presentes com a pandemia da COVID-19. Neste período, o número de mortos e infectados não foi contabilizado, reforçando a invisibilidade destas pessoas. A representatividade das lutas da rua, está sob responsabilidade de mulheres que, nos enfrentamentos diários, se colocam enquanto alvo das opressões em sua trajetória de rua (Cores, 2020).

> Os ossos de nossos antepassados, colhem as nossas perenes lágrimas pelos mortos de hoje. Os olhos de nossos antepassados, negras estrelas tingidas de sangue, elevam-se das profundezas do tempo, cuidando da nossa dolorida memória. A terra está coberta de valas e a qualquer descuido da vida, a morte é certa. A bala não erra o alvo, no escuro um corpo negro bambeia e dança. A certidão de óbito, os antigos sabem, veio lavrada desde os negreiros (Evaristo, 2017, p. 17).

A representatividade e ocupação de espaços por estas herdeiras da segregação apontam caminhos para romper com as estruturas de opressão das vias urbanas que violentam e aniquilam mulheres, ao passo que também há a necessidade de quebrar barreiras que tentam deslegitimar suas vozes para além das ruas.

Os severos ataques às classes menos favorecidas se encadeiam severamente após o golpe instituído à presidenta Dilma Rousseff no ano de 2016, atacando não apenas as estruturas democráticas, como também as classes menos favorecidas que, a partir da gestão anterior, tiveram suas demandas pautadas no campo governamental. Assim, o plano de manutenção de uma sociedade encontrava-se alicerçado na subalternidade dos oprimidos, seguindo, desta vez, com a ascensão do conservadorismo reacionário.

A história brasileira nos permite identificar problemáticas advindas do passado, vividas no tempo presente. O rompimento da então presidente com o pacto de classes, a contrariedade contundentemente a ceder apenas aos interesses da classe dominante, deu permissão aos recuos democráticos, implementando uma "cruzada conservadora" que impede, abruptamente, avanços sociais no campo das minorias, além de um perigoso retrocesso cultural e ideológico no país (Braz, 2017).

A partir de então, o projeto político neoliberal é amplamente fortalecido, instrumentalizando medidas que prejudicam a camada mais pobre da população e exime de qualquer prejuízo os detentores do capital. A Emenda Constitucional n° 95 de 15 de dezembro de 2016, instituindo regime fiscal e ferindo inúmeros direitos em um violento plano de efeitos negativos, deslegitimou totalmente as mudanças que ocorrerão no país ao longo dos anos, uma vez que estas poderão levar ao sucateamento de políticas sociais, impactando negativamente

áreas básicas, como saúde e educação, além de prejudicar a manutenção de serviços públicos extremamente essenciais, revelando-se tal medida alinhada a um regime econômico antidemocrático e sem qualquer diálogo com a sociedade civil na tomada de decisões (Mariano, 2017).

A reprodução não desejada de certos grupos, as práticas eugenistas reforçadas pelo governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) marcam uma gestão de total retrocesso das políticas públicas no país, sob a ótica de um desejo perverso de aniquilação de grupos minoritários e marcados por inúmeras violações de direitos. Este caráter necropolítico é a marca de uma gestão que não atendeu aos princípios democráticos e desconsiderou as pautas das populações em estado de vulnerabilidade.

O Decreto n° 9.894, de 27 de junho de 2019, traz as disposições sobre o Comitê de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (CIAMP-Rua) coordenado pelo então Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos. A partir daí, uma série de revogações do até então documento orientador para esta população, que foi originalmente construído sob a perspectiva de uma série de mobilizações democráticas, atravessam o período citado, com decisões verticalizadas em um processo desrespeitoso da trajetória do povo da rua, minimizando a participação popular nos processos de construção, principalmente na perspectiva do apagamento da história deste grupo.

Um dos objetivos revogados da PNPSR tinha como propositura: “Instituir grupos de trabalho temáticos, em especial para discutir as desvantagens sociais a que a população em situação de rua foi submetida historicamente no Brasil e analisar formas para sua inclusão e compensação social” (Brasil, 2019, p. 3).

A Resolução n.º 40, de 13 de outubro de 2020, do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), vem na contramão dos retrocessos, ampliando o olhar para as questões que impactaram a população de rua nos últimos anos, atuando na proteção e defesa destes, em consonância com as normativas internacionais de Direitos Humanos e princípios constitucionais, destacando neste documento a participação das pessoas em situação de rua e com trajetória de rua serem atuantes e representantes no processo de discussões, planejamento, avaliação e monitoramento de ações voltadas para atendimentos e ações específicas para este segmento.

As táticas de controle das existências que fogem à norma dos grupos dominantes, atacam a população vivente na rua via inúmeras flechas que saem em direção a alvos que já carregam as marcas da opressão e estigmas, muitas vezes introjetando as inferências depreciativas e

reducionistas sobre suas formas de ser no mundo. São estes corpos desviantes sobreviventes ao caos urbano e sujeitos às ameaças dos poderes disciplinares.

Ainda, diante da perspectiva do controle dos direitos reprodutivos e da eugenia, a Portaria n.º 13, de 19 de abril de 2021, do Ministério da Saúde, tornou pública a oferta de implantes contraceptivos para categorias historicamente marginalizadas, como as mulheres em situação de rua, privadas de liberdade e trabalhadoras do sexo, dentre outras, em idade fértil, que tem seus corpos e existências aprisionadas por divergirem de normas, violando assim princípios de respeito as escolhas. Para Davis (2016, p. 205): "Algumas vezes os argumentos desenvolvidos pelas defensoras do controle de natalidade se baseiam em premissas flagrantemente racistas".

Com destinatárias certas e direcionando-se enquanto medida protetiva de gestação indesejável, mas analisando que tal conduta abarca um grupo específico de mulheres, cuja não apenas a reprodução não é aceita, mas a trajetória de vida perante a sociedade da exclusão e do controle desta portaria revela-se enquanto força (poder x corpo) contrária às existências dos "condenados da terra", que seguem em vias de segregação e de penalização de suas condições de vida.

Anunciando e denunciando esta medida de caráter eugenista, Alessandra Cordeiro, do MNPR, pontua que: "quando é universal, a gente se iguala, tem o direito de opinar se quer ou não. Pra gente que já vive em vulnerabilidade, já nos coloca em alerta. É uma portaria suspeita porque já vem com endereço" (Guimarães, 2021, p. 1).

Para Cunha e Moreira (2021), além de tal medida descumprir princípios de equidade, viola a autonomia reprodutiva destas mulheres, reativando práticas controladoras de seus corpos, marcados por pobreza e desvio, regulando-os, representando um processo demarcador de reproduções indesejáveis não apenas no sentido literal do termo, mas em dimensões mais segregadoras de serem sujeitos socialmente indesejáveis desde a concepção.

São inúmeras as falhas por parte do Estado em atender às demandas das pessoas que adentram as urbes brasileiras diariamente, tanto por conta dos avanços das políticas neoliberais, como de ataque a grupos historicamente marginalizados. Os olhares de alguns setores da sociedade voltam-se para um fenômeno que, além de crescente, não se tem aparato governamental e, sob coerção e violência diários, estrutura um corpo estatal reforçador da barbárie urbana que tolhe e amassa perversamente sonhos.

Diante de tamanhas omissões, o Partido Rede Sustentabilidade, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) reiteram a existência de um estado inconstitucional de coisas em relação à população de rua para haver

reconhecimento das condições desumanas em que sobrevivem este grupo populacional. No dia 21 de outubro de 2022, aconteceu uma audiência pública para a instrução e julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 976/DF, com a relatoria do Ministro Alexandre de Morais (STF, 2022).

As omissões estruturais e os preceitos fundamentais, historicamente violados, são inconstitucionais e o seu oposto deve ser garantido em lei, vide o Art. 3°, inciso I, que tem por objetivo fundamental a construção de uma sociedade justa e igualitária; o Art. 5° que dispõe sobre o direito à vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade; o Art. 6º que dispõe sobre os direitos sociais à educação, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados; e o Art. 196, que dispõe sobre o direito à saúde, visando à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário (Brasil, 2012).

Nesta supracitada audiência, representantes do MNPR, estudantes de entidades de ensino superior, representantes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pessoas com trajetória de rua, Fundação Getúlio Vargas (FGV), movimentos em defesa das pessoas em situação de rua, dentre outras organizações, apontam violações de preceitos fundamentais, solicitando medida cautelar para que os poderes executivos (federal, estadual e municipal) promovam ações efetivas na perspectiva de preservação da dignidade das populações de rua.

Outros aspectos discutidos neste encontro foram acerca da inoperância dos serviços existentes, a inexistência de um censo com ações coordenadas em todo território nacional, as situações de opressão e violências institucionais, a importância da discussão do “moradia primeiro” (*housing first*), desburocratização do acesso ao CAD único, formação de agentes públicos com capacidade para lidar com este grupo, criação de canais eficientes de denúncias de violações, melhorias estruturais em banheiros públicos, respeito à maternidade - sem a separação de mães e filhos, direito à identificação civil como forma de acesso e auxílios, além da aporofobia (aversão aos pobres) e criminalização da pobreza. Uma das participantes, Vânia Maria Rosa, mulher com trajetória de rua, aponta as omissões do estado de forma enfática: “A rua tem fome de direitos” (STF, 2022).

Sem direito à existência, sem direito ao chão. O aumento de barreiras nas construções urbanas cresce diante da força da especulação imobiliária, com ações hegemonizadas de hostilidade e recolhimento de pertences de pessoas que buscam abrigagem segura na vigília noturna da rua, eximindo qualquer possibilidade de um recolhimento em horários críticos.

O Projeto de Lei n.º 488/2021, de iniciativa do senador Fabiano Contarato, no intuito de alterar a Lei n° 10.257 de 10 de julho de 2021 (Estatuto da cidade[16]), proíbe em seu texto construções hostis e suas técnicas cuja destinação é afastar pessoas em situação de rua em espaços livres de uso público. Conhecida como Lei Padre Júlio Lancelotti, o mesmo foi vetado integralmente pelo então presidente Jair Bolsonaro, em uma decisão verticalizada em mais um ataque aos grupos vulneráveis, através da alegação:

> A proposição legislativa contraria o interesse público, tendo em vista que poderia interferir na função de planejamento e de governança, locais da política urbana ao definir as características e as condições a serem observadas para a instalação física de equipamentos e de mobiliários urbanos (Brasil, 2022, p. 2).

Posteriormente, no dia 21 de dezembro de 2022, o veto é derrubado, tendo sido promulgada a Lei n° 14.489/2022 (Art. 2º):

> Promoção de conforto, abrigo, descanso, bem-estar e acessibilidade na fruição dos espaços livres de uso público, de seu mobiliário e de suas interfaces com os espaços de uso privado, vedado o emprego de materiais, estruturas, equipamentos e técnicas construtivas hostis que tenham como objetivo ou resultado o afastamento de pessoas em situação de rua, idosos, jovens e outros segmentos da população (Brasil, 2022, p. 2).

O Padre Júlio Lancelloti, um dos símbolos da luta junto à população em situação de rua, é severamente atacado por seguir firme na causa do povo da rua. Após a aprovação das proposituras citadas anteriormente, as retaliações se dão exacerbadamente e o religioso é duramente perseguido por pessoas fundamentalistas que se denominam cristãs, tomando como base dogmas religiosos para promoção de atrocidades.

Analisando os aspectos desta recente Lei, podemos tomá-la como uma perspectiva da ampliação do direito à cidade, ainda que a hostilidade faça parte da forma de evitar a convivência com as pessoas que buscam abrigagem segura nos espaços públicos. Em 2021, o MEPSRSP[17] denuncia mais atrocidades do estado, onde dezesseis pessoas morreram em decorrência de hipotermia. Enquanto as autoridades dormem em lares confortáveis, pessoas morrem de frio.

Estas e outras inúmeras atrocidades, em nome da criminalização da pobreza, são retratadas mais uma vez na arte:

> Toda pedra acaba, toda brisa passa. Toda morte chega e laça. São pra mais de um milhão! Prédios vão se erguer e o glamour vai colher, corpos na

[16] Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental (Brasil, 2001).

[17] Movimento Estadual da População em Situação de Rua de São Paulo.

> multidão(...)flutuar no céu poluído da cidade e beber toda a sua mentira. Esperança à míngua, torneira sem água. Moeda? É religião que alicia. Vamos cantar pra nossos mortos. Vamos chorar pelos que ficam. Orar por melhores dias. E se humilhar por um novo abrigo..."[18]
> (...)
> Temos só um jeito de nascer e muitos de morrer"[19]

Freire (2020, p. 42) nos deixa a seguinte reflexão:

> A grande generosidade está em lutar para que, cada vez mais estas mãos sejam de homens ou de povos, se estendam menos em gestos de súplica. Súplicas de humildes a poderosos e se vão fazendo, cada vez mais, mãos humanas, que trabalhem e transformem o mundo. Este ensinamento e este aprendizado têm de partir, porém, dos "condenados da terra", dos oprimidos, dos esfarrapados do mundo e dos que com eles realmente se solidarizem (...) Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá melhor do que eles os efeitos da opressão?

Aos oprimidos não deve restar o suplício como sentença: as práticas solidárias são fortalecedoras na luta contra as opressões cotidianas, reafirmando o princípio ético de transformação da realidade e, para isto, faz-se necessário o fomento de uma cultura voltada ao fortalecimento identitário com uma leitura crítica das realidades diversas através das práxis voltadas para a Educação em Direitos Humanos.

Com o esperançar por ações governamentais, o MNPR esteve em Brasília para entregar ao então vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin, no dia 8 de dezembro de 2022, documento no qual é reivindicada a criação de uma secretaria nacional para a população em situação de rua, possibilitando planejamentos de ações, além do programa Moradia Primeiro, a realização do censo nacional da população em situação de rua, o fortalecimento do CadÚnico e a destinação de recursos para implementação do Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População de Rua e dos Catadores de Materiais Recicláveis. O documento foi entregue pelo representante do MNPR, Leonildo José Monteiro (SINTPERJ, 2022).

Assim, nos últimos anos, a discussão voltada para estas pessoas cai na repetição das orientações de mais de uma década atrás, sem considerar sequer as atuais problemáticas e configurações de sociedade. Cada avanço ao longo destas mais de três décadas contou com a colaboração e o compromisso dos movimentos sociais brasileiros e de pessoas em situação de rua engajadas nos processos de transformação social. Estes carregam as marcas daqueles que, no meio do caminho, não puderam prosseguir, afinal, defender direitos de certos grupos também se torna tarefa arriscada para os atuantes na guerrilha urbana.

---

[18] Trecho da letra da música "Casa de papelão", interpretada por Criolo.
[19] JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo: diário de uma favelada. 9. ed. São Paulo: Ática, 2007.

2.2 Viventes nas ruas em João Pessoa – PB

> "Pois se começa pelo esquecimento e se termina na indiferença."
>
> (José Saramago)[20]

O município de João Pessoa que, segundo estimativa do IBGE relativa ao ano de 2021, vivem cerca de 825.796 pessoas, é um local de ar acolhedor ao descanso. Nos últimos anos, em suas ruas, emerge um movimento de pessoas ocupando os espaços públicos e fazendo destes locais moradia e/ou permanência. Conforme os equipamentos disponíveis, parte considerável destas pessoas alojam-se próximos a estes espaços, facilitando, assim, o desenrolar de seus dias. Neste trajeto, entre as bordas urbanas, o RUARTES e o Centro POP ofertam, no centro da capital, serviços destinados aos grupos em situação de rua.

Sambu (2014) investigou na cidade de João Pessoa as instituições acima citadas e faz apontamentos sobre as suas distintas formas de atuação, sendo estas voltadas ao encaminhamento da População em Situação de Rua para serviços da saúde e da assistência social. O RUARTES estruturou-se a partir do ano de 2006, atendendo inicialmente crianças e adolescentes em situação de rua que se concentravam, à época, em sua maioria, no centro da cidade.

Ao investigar o funcionamento do Centro POP, Silva, Neves (2015) aponta para a precariedade de seu funcionamento e estrutura, para um déficit no financiamento para realização de ações, além da interferência político-partidária na condução da escolha de profissionais atuantes contratados, impactando negativamente na gestão deste espaço. A precariedade, por sua vez, afeta diretamente os usuários dos serviços.

Outro equipamento disponível, este no âmbito dos cuidados em saúde desta população, é o Consultório na Rua, implantado desde 2010 na capital, atuando na perspectiva de ampliação e garantia do acesso aos serviços disponíveis no SUS. À época do I Censo em 2007, João Pessoa contava com 205 usuários, correspondendo a 0,030% da população total contabilizada na pesquisa nacional. Dados do programa apontam para o quantitativo de 2000 cadastros, destes, nem todos permanecem ativos aos atendimentos regulares das três equipes responsáveis pela cobertura de todo o município.

[20] Fala de José Saramago em defesa do juiz espanhol Baltasar Garzón, quando este foi suspenso devido a sua vontade de investigar os crimes do franquismo.

Nestes contornos do urbano, observa-se a distinção dos grupos conforme o território, noção atrelada não apenas às áreas geográficas e sim, nas produções de subjetividades e ressignificação da vida. Na capital, observa-se um contingente populacional de rua maior em áreas como o centro da cidade, onde a maioria de suas praças são ocupadas, assim como feiras livres, prédios abandonados e a área litorânea. Nestes espaços há, na informalidade, a busca pela garantia da sobrevivência diária.

As mulheres também compõem este corpo da rua pessoense, espaço majoritariamente masculino e machista, sendo impactadas pelo déficit de locais na cidade para execução de atividades básicas de autocuidado, como o banho, gerando inúmeras situações constrangedoras. Outra situação que perdura no município há anos é a inexistência de albergues, inviabilizando qualquer possibilidade de um descanso digno aos que necessitam.

Pensar na realidade pessoense também é pensar em uma realidade de desmontes e de desrespeito às classes menos privilegiadas. É pensar nos trabalhadores e trabalhadoras dos serviços disponíveis para este grupo, muitas vezes coagidos pelo poder da politicagem coronelista, tão presente neste município. É pensar, ainda, nos vínculos fragilizados, muitas vezes impedindo qualquer continuidade de ações e nos impactos que estes silenciamentos afetam aqueles que necessitam (e tem direito!) a serviços de qualidade, muitas vezes encarando as ofertas disponíveis como favores ou bondade daqueles que executam seus ofícios. É pensar nos que atualmente padecem sem atendimento nos serviços de saúde mental, muito frequentado por este grupo.

Apesar das políticas ao nível nacional terem significativo avanço, na capital paraibana, o que impera é a ordem do desrespeito e dos processos de higienização dos espaços que são públicos e de direito, já que não há sequer proposituras de espaços de acolhimento que respeitem as identidades destas pessoas, atuando na perspectiva de projetos significativos de vida. Portanto, sentir e pensar, para poder agir sobre o atual contexto pessoense, requer o enfrentamento de estruturas que se alinham em sua maioria com posturas punitivas e sem preparo para lidar com as inúmeras experiências de vida que habitam e sobrevivem nos espaços urbanos.

3 QUEM INVENTOU A FOME SÃO OS QUE COMEM[21]

> "E você tá perguntando
> o que você
> tem a ver com isso?"[22]

Neste capítulo serão discorridas as questões acerca dos processos de desfiliação social, a partir dos conceitos de Castel (1997) e desqualificação apresentados por Serge Paugam (2019), que discorrem acerca das rupturas pelas quais passam os sujeitos, impactando em sua trajetória de vida e pertencimento social. No tópico posterior, as táticas de sobrevivência no meio urbano serão aprofundadas, em uma perspectiva de pensar nestes espaços como campos éticos, onde acordos de convivência se fazem diariamente entre aqueles que coexistem nestes espaços.

Além das práticas solidárias que se estabelecem enquanto mantenedoras de vínculos entre os que estão nos espaços públicos, que também produzem relações de afetividade e laços de pertencimento, e são forças motrizes de produção de vida. A pobreza, enquanto engrenagem na roda de manutenção de estruturas capitalistas, segue enquanto fomentadora de oferta de condições precárias de trabalho, aumento nos índices de violência, evasão escolar (cabe aqui rememorar Paulo Freire, que traria o conceito de "expulsão"[23]) dentre outras questões impactantes no cotidiano daqueles que são lançados a própria sorte e são alvos de discursos meritocráticos, sendo estes culpabilizados por sua condição.

3.1 Pobreza e desfiliação social

Pobreza, segundo o Dicionário Aurélio (2014), designa "a falta do necessário à vida; penúria, escassez" e, ainda, "a classe dos pobres", ao tempo em que "pobre" refere-se àquele "cujas posses são inferiores à sua posição ou condição social". A estigmatização e criminalização da pobreza apontam para o caráter violento com que são apresentados e relatados os que ocupam a urbe brasileira, tolhendo-os de qualquer perspectiva positiva. Retomando as reminiscências do início da década de 80, em seu estudo, Pinheiro (1994, p. 5) descreve os contornos da pobreza brasileira à época:

> Nos anos 80/90, em que a pobreza tornou-se sobretudo urbana (em termos de volume, pois as situações de maior miséria permanecem no campo) e, portanto, mais visível, a sua representação pelos mais favorecidos transformou-se completamente. Agora o pobre é representado como um

[21] JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 9. ed. São Paulo: Ática, 2007.
[22] Trecho da letra da música "Negro Drama", interpretada por Racionais MC´s.
[23] "Os especialistas ainda falam em evasão escolar. Não há evasão coisa nenhuma, há expulsão, a escola expulsa o menino do povo" (Freire, 2020, p. 233).

> bandido em potencial. Suas imagens são sobretudo a dos moradores de rua e, entre estes, os pivetes, que cheiram cola e roubam os transeuntes nas praças e ruas das grandes cidades. Sua figura mais ilustrativa é a do bandido urbano, "indivíduo geralmente escuro e nordestino.

Assim, nas conclusões de seus estudos, o anúncio dos ditos “excluídos modernos” passíveis de serem eliminados frente às características que lhes são imputadas como socialmente ameaçadores e economicamente desnecessários. Em uma sociedade na qual o poder aquisitivo é colocado enquanto fator de superioridade em relação às classes menos privilegiadas e a ojeriza direcionada às pessoas que buscam sobrevivência nos espaços públicos são dotadas da herança eugênica e elitista que se arrasta ao longo do tempo, colocando-os sob a tutela de uma falsa benevolência, partida de premissas religiosas.

Ou seja, os sujeitos que se colocam enquanto dotados de caridade, barganham recompensa divina. Cabe aqui, não partir para tons acusatórios, afinal a filantropia da coletividade religiosa teve (e ainda tem) seu papel angariador de recursos para a população em situação de rua e o que se problematiza, é o tom adotado nas falas daqueles que em condutas individuais ofertam o pão e condenam almas. A pobreza destoa e incomoda o cenário urbano. As perspectivas trazidas em dados oficiais apontam para as discrepâncias nos modos de viver da população brasileira e a fome se alastra no cenário nacional, impactando vidas, cerceando sonhos.

O mapeamento da pobreza no país através das análises da Fundação Getúlio Vargas (FGV) aponta para um crescimento recorde em 2021, desde o início da série histórica em 2012, com 62,9 milhões de brasileiros e brasileiras em situação de pobreza, representando cerca de 29,6% da população. Novos pobres que surgem no período da pandemia do coronavírus, trazendo para a realidade local, a população vivendo em situação de pobreza na Paraíba representa 47,18% de pessoas, ficando o estado em sétimo lugar no ranking nacional (Neri, 2022).

Neri (2022) aponta, ainda, para as regiões Norte e Nordeste como sendo as mais afetadas pelo cenário do colapso econômico, atestando o caráter histórico dos abismos sociais existentes no país, além de uma autolegitimação dos estados de regiões, como o Sul, enquanto mantenedores da economia nacional, atestado em falas separatistas e xenófobas que se condensam em discursos odiosos contra as regiões citadas, muitas vezes colocadas enquanto únicas.

Na obra Geografia da Fome, Castro (1984) observa enquanto necessidade para a região Nordeste, que haja um apoderamento de tratamentos não coloniais advindo das metrópoles, em respeito à realidade de condições históricas desfavoráveis. As regiões de maior poder político

e econômico devem respeitar as mais pobres, cooperando em suas perspectivas emancipatórias sem se levantar o muro de separações na esfera nacional, eximindo barreiras preconceituosas.

O tom odioso contra certos grupos, que se enraizou no país, é fruto de uma política extremista que se fortaleceu nos últimos anos. Cortina (2020) conceitua o termo aporofobia,[24] revisitando as configurações e reverberações desta espécie peculiar de discursos de ódio e de desprezo para com a figura dos pobres, e que se diferencia de outras hostilidades, já que há, na pobreza, involuntariedade. Ao longo de suas reflexões, urge a necessidade de cessar estes atravessamentos insensíveis e indignos de uma sociedade sedenta por jogos de trocas. Em respeito à concretude destas existências, atenta para a importância do reconhecimento de tal fenômeno, nomeando-o e suscitando o questionamento de suas causas e apontando caminhos para sobrepujá-lo.

> Os pobres são aqueles que parecem não ser capazes de oferecer nada nas sociedades baseadas no jogo da troca, no jogo da reciprocidade, que consiste em dar para poder receber, seja da pessoa a quem se dá. seja da pessoa que está autorizada a devolver de alguma forma. Essa é a chave de nossas sociedades contratualistas – que são, sem dúvida, muito superiores àquelas regidas pelo egoísmo selvagem, mas excluem os pobres, porque são submetidas ao Princípio da Troca e também ao Efeito Matthew, segundo o qual, "quem tem mais, recebe mais, e quem tem pouco, mesmo o pouco lhe será tirado (Cortina, 2020).

A obra de Souza (2009), "Ralé brasileira", sinaliza para a problemática da pobreza no país em um contundente apanhado histórico acerca das camadas mais frágeis socialmente em nossa população, atentando ao fenômeno de uma sociedade que culpabiliza o menos provido de recursos por seus próprios fracassos.

> O marginalizado social é percebido como se fosse alguém com as mesmas capacidades e disposições de comportamento do indivíduo da classe média. Por conta disso, o miserável e sua miséria são sempre percebidos como contingentes e fortuitos, um mero acaso do destino, sendo a sua situação de absoluta privação facilmente reversível, bastando para isso uma ajuda passageira e tópica do Estado para que ele possa "andar com as próprias pernas". Essa é a lógica, por exemplo, de todas as políticas assistenciais entre nós (Souza, 2009, p. 17)

Aversão aos pobres, mais especificamente aos que adotam as ruas como espaço de sobrevivência, são descritas por Melo (2022) através da análise de discursos odiosos e intolerantes lançados contra a População em Situação de Rua nas redes sociais, mais

---

[24]"Infelizmente, a vida cotidiana não pode ser compreendida sem se dar nome a esse mundo de fobias como as mencionadas, as quais, como veremos, consistem na rejeição a pessoas concretas por terem uma característica que as inscreve em um determinado grupo que se despreza ou se teme, ou ambas as coisas, precisamente por ter essa característica. Neste mundo existe a rejeição ao pobre, a aporofobia" (Cortina, 2020).

especificamente as do Padre Júlio Lancellotti, que se dão cotidianamente e ganham corpo e coesão nos ataques diários, reforçando uma gama de estereótipos negativos contra este grupo criminalizando e subjugando sua existência.

O campo de batalha urbano, demarcador de desigualdades e pobreza acentuadas, se manifesta enquanto um corpo que desencantado e esfacela-se mediante a perversidade diária, na busca por espaços que sejam mantenedores de vidas, já que estas, para alguns, nada mais são que peças de descarte. Assim, neste desenrolar, existir e resistir representam o incômodo para uma sociedade que coloca no banco dos réus, aqueles já condenados à própria sorte e, a depender das poucas políticas sucateadas que lhe restam, muitas vezes punem mais que acolhem os sujeitos.

Trazendo para a realidade local, observa-se o aumento de pessoas nos espaços públicos e, em consequência, o aumento da demanda nos serviços da assistência que são concentrados apenas no centro da cidade, desfavorecendo quem vive em outros bairros e a inexistência de albergues faz com que a procura por casas de acolhimento seja alta e a garantia de admissão nestes espaços, já que há discrepância entre procura e oferta. Assim, a pobreza emerge e as respostas do poder público são paliativas, vigorando em alguns espaços práticas que não condizem com o que pautam as políticas públicas e o respeito às liberdades individuais.

As estruturas opressoras agem sob jogos de força, na perspectiva de manutenção das situações inferiorizantes, sem que haja transformações na situação dos grupos oprimidos. Como solução para a problemática, a inserção em uma sociedade salutar se daria sob condições integradoras daqueles que jamais estiveram fora das margens desta e sim, dentro delas, moldando-os, oprimindo-os e adequando-os enquanto sujeitos para outros e incorporados às estruturas que os sujeitam, seriam transformados em “seres para si” (Freire, 2020 p. 84).

A colheita involuntária da pobreza que atinge os indivíduos, os empurra para situações indignas, sendo preciso reiterar a falha dos Direitos Humanos para as causas da rua, compreendendo que, por sua heterogeneidade, há de se pensar na multiplicidade de ações governamentais. Historicamente, as elites se colocam diante das problemáticas da pobreza enquanto sujeitos externamente dotados de benevolência, internalizando a repulsa que é justificada enquanto superioridade (Araújo; Paugam; Prates, 2020). Reis (2000) aponta em seus estudos para essa zona de fronteira moral, onde os sentimentos empáticos decrescem na mesma proporção que os abismos sociais se estabelecem.

Em meio à complexidade em conceituar a pobreza a partir de certos aspectos e realidades específicas, é válido ressaltar que este fenômeno se dá de forma multifatorial e suas estruturas podem estar enraizadas a partir de diferentes causas. Assim, trazer a discussão para

a realidade brasileira nos aponta, a princípio, a enorme disparidade existente entre aqueles que detém maior parte do poder aquisitivo em nossa sociedade, os que compõem o grande conglomerado de pessoas que sobrevivem com o retorno injusto de sua força de trabalho ou ainda aqueles e aquelas que não podem contar com mínimos existenciais para sobrevivência.

Para Santana (2020), a garantia do mínimo existencial demarca os embates que visam o direito a existências dignas para uma sociedade impactada por políticas governamentais que tem por objetivo a perpetuação de condições abjetas. A aridez do trabalho meramente classificatório, imerso em conjurações teóricas e conceituações, revela-se enquanto projeto de um risco eminente de perda de sentidos e significados que a cotidianidade dos excluídos pode nos revelar. Portanto, a importância conceitual não deve colaborar para que tais realidades e pessoas sejam objetificadas, perdendo-se, assim, as possibilidades de encontro com a concretude (Escorel, 2006).

Ainda sobre as reflexões sobre a fenomenologia da pobreza, Santos (2013) reitera a importância de nomear a pobreza, chamá-la por seu verdadeiro significado, problematizando as questões trazidas e fomentando a identificação de seus mecanismos. Portanto, cabe reafirmar a importância desta condição para que esta definição, para além de meramente descritiva, não seja minimizada por terminações meramente eufemísticas.

No meio do caminho tinha uma pobreza. Tinha uma pobreza no meio do caminho. Enraizada, que demarca negativamente a vida de sujeitos que compulsoriamente carregam o peso de lidar com condições que muitas vezes os colocam em posições degradantes, adoecedoras e subalternas em uma sociedade em que ser pobre, é a concretude da criminalização de suas existências.

É preciso dar nome ao problema: pobreza enraizada, que cerceia, que mata. Pobreza para os que, do alto da torre da burguesia, comemoram. Pobreza que dissipa o sonho de uns e que mantém a riqueza de outros. Pobreza que destoa, incomoda, gera raiva e desejo de eliminação, gera uma compaixão desmedida, publicizada, que não condiz com as reais intenções do benfeitor. Pobreza que chora de fome, que encarcera, que não dá condições de permanência na escola, que anda descalça, que grita e que não merece mais ser silenciada. Pobreza que baixa a cabeça, ganha abordagem policial diferenciada. Pobreza que aumenta os índices de violência, que está nas estatísticas, que morre indigente.

Na arena da disputa por poder na sociedade capitalista, a manutenção da pobreza se legitima nesse campo de batalhas como arma de controle de corpos, manipulando o jogo da perversidade que necessita persistir para a sua própria manutenção.

De acordo com Rocha (2009), para compreender os aspectos que atravessam a pobreza é necessário considerar as singularidades de realidades sociais específicas, na realização de um processo de análise criteriosa e sensata acerca desta, para que a aplicabilidade de políticas antipobreza, sejam condizentes com seus contextos locais. Defini-la, portanto, em condições genéricas, seria a situação na qual os sujeitos não têm, de forma adequada, suas necessidades atendidas, sendo uma noção ampla e vaga que carece de definição quanto a estes marcadores.

Os conceitos de pobreza absoluta e relativa, mesmo não apresentando limites claros, podem se colocar enquanto fenômenos onde um está vinculado aos processos de suprimento de necessidades mínimas vitais, enquanto o outro é atrelado ao nível de satisfação em relação ao modo de vida predominante em determinada sociedade. Há contradições acerca do entendimento dos conceitos de desigualdade, pobreza e exclusão (Rocha, 2009).

Nascimento (1994) apresenta a desigualdade enquanto distribuição distinta das riquezas, tanto produzidas quanto apropriadas em uma sociedade. A pobreza elabora-se enquanto fenômeno de despossuir recursos para uma trajetória de vida digna, sem condições mínimas de suprimir necessidades e a exclusão, por sua vez, reitera seu caráter opositor à coesão social, onde atribuições estigmatizantes são conferidas externamente aos grupos colocados em condições de exclusão: “vida digna e necessidades básicas constituem sempre definições sociais históricas, variando, portanto, no tempo e no espaço” (Nascimento, 1994, p. 30)

O conceito de exclusão, portanto, acentua-se na perspectiva do não reconhecimento, perpassando por atos de rejeição, intolerância, e imputando assim, dificuldades no reconhecimento de direitos, transcrevendo-se, assim, nas linhas excludentes (Nascimento, 1994).

Castel (1997) em suas análises acerca dos processos configurativos da marginalização, norteia para um esquema não estático de situações que, apesar de distintas, situam-se no escopo da pobreza, sendo reforçados por diversos fatores, sendo estes a pobreza trabalhadora (integrada), a situação de dependência de ações de socorro, com ligações à inserção comunitária (indigência integrada), a situação de marginalidade ou exclusão que não encontra lugar na ordem comunitária ou laboral (indigência desfiliada).

Portanto, lançar mão de análises criteriosas e olhares sensíveis para a fenomenologia da pobreza pode contribuir para a compreensão de especificidades desta, principalmente no que tange à esfera local, garantindo assim, o diálogo com os poderes públicos, na perspectiva de diminuição das iniquidades que afetam as populações mais vulneráveis no país. No caso das populações viventes nas ruas, podemos sinalizar que estas compõem o grupo que está abaixo da linha de pobreza, já que em muitas situações não conseguem nem a subsistência básica,

recorrendo à adoção de estratégias de sobrevivência e a partir deste marcador, podemos discutir adiante acerca dos processos de desfiliação social.

As reflexões teóricas acerca do conceito de exclusão, apontam para diferentes percepções das formas de inserção social. Portanto, no presente estudo, leva-se em consideração as perspectivas orientadas a reflexões sobre um fenômeno multifacetado, atrelado a vários processos de rupturas, incluindo do circuito produtivo. Wanderley (2001), aponta que, apesar de a pobreza ser condutora a processos excludentes, esta não significa necessariamente exclusão. A estigmatização da pobreza e sua naturalização representam, na experiência brasileira, a aceitação destas condições dadas como imutáveis, além da criação de indivíduos descartáveis ao sistema, criados intencionalmente.

Santos (2021) em pertinente e apurada crítica acerca da ambiguidade dos direitos humanos, no que concerne à legitimação destes, reitera que em determinados momentos históricos, seu discurso agiu pautando não apenas práticas revolucionárias, como também contrarrevolucionárias. Assim, tais estratégias antagônicas podem nos apontar que jogos de forças ainda hoje colaboram para a manutenção da diluição do Estado e, por consequência, sua fragilização e submissão a poderes minoritários e de grande influência.

O descompromisso e a indiferença por pessoas que tem em sua trajetória e vivência em espaços públicos nos leva a refletir sobre qual o papel do Estado para a minimização (ou não) do sofrimento destes sujeitos. Ao passo que avançam as políticas neoliberais, os conglomerados da pobreza se alastram por todos os territórios, garantindo que a engrenagem do capital seja fortalecida, já que tais condições geram precariedades relacionais, dentre elas o trabalho, familiares, dentre outras rupturas.

As políticas sociais deficitárias e a problemática das pessoas em situação de rua, ancoradas sob a ótica da tríade encarceramento-política-religião, corroboram para a reafirmação das desigualdades no país, sendo insuficiente alicerçar proposituras socioassistenciais integradoras em estruturas enraizadas nos moldes de reprodução de iniquidades (Souza Neto; Barbosa; Lopes, 2022).

Neste sentido, o conceito de desqualificação social, trazido por Paugam (2001; 2019), apresenta-se enquanto um quadro de fragilização gradual e posterior expulsão do mercado de trabalho e todo o processo de esfacelamento de relações no decorrer deste processo, além das experiências em nível de assistência ocorridas em distintas fases desta trajetória. O autor ainda afirma que, “se os pobres, pelo fato de serem assistidos, estão fadados ao *status* social desvalorizado que os desqualifica, eles permanecem, entretanto, membros da sociedade ao

participar de seu último estrato. Nesta acepção, a desqualificação social não é sinônimo de exclusão" (Paugam, 2019, p. 69).

Ao pensarmos nas condições em que vivem as pessoas em situação de rua, podemos considerar a inserção fragilizada destas na informalidade laboral, as possibilidades de vinculação aos equipamentos de assistência - mesmo que fragilizada e/ou desarticulada, além da convivência familiar de laços frágeis ou inexistentes. Portanto, cabe pensar nos contextos de vida do urbano enquanto inserções indignas, desiguais e perversas, com um trajeto progressivo de desvinculações, assim como aponta Sawaia (2011, p. 8):

> A sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estamos inseridos de algum modo nem sempre decente e digno no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações que se desdobram para fora do econômico
> (...)
>
> A dialética inclusão /exclusão gesta subjetividades específicas que vão desde sentir-se incluído até sentir-se discriminado ou revoltado. Essas subjetividades não podem ser explicadas unicamente pela determinação econômica, elas determinam e são determinadas por formas diferenciadas de legitimação social e individual e manifestam-se no cotidiano como identidade, sociabilidade, afetividade, consciência e inconsciência.

Ademais, ao produzir reflexões acerca de como este grupo se insere socialmente, podemos considerar a condição multidimensional de suas formas estratégicas de sobrevivência. Estar excluído de certos circuitos pode representar a inclusão fragilizada, em alguns casos, processos de isolamento relacional de qualquer contexto por completo. Assim, ao analisarmos as particularidades das pessoas com trajetória de rua e seus sentidos perante os processos excludentes que podem se dar de diversas formas.

Neste sentido, ao analisarmos os conceitos de Castel (1997) acerca de sujeitos "rejeitados do circuito comum das relações sociais" (Castel, 1997, p. 19), ampliaremos o processo de pensar naqueles que margeiam as bordas sociais e de só adentram a desfiliação ao final de um trajeto marcado por desvinculações. Estes, estão inseridos em um processo dinâmico de relações que se dão entre fronteiras móveis: zonas de integração, vulnerabilidade, desfiliação e assistência[25]. Portanto, cabe aqui refletirmos acerca desta mobilidade e da amplitude de vivências e laços estabelecidos na urbe, considerando que cada experiência neste

[25]"Zona de integração (trabalho estável e forte inserção relacional, que sempre estão juntos), zona de vulnerabilidade (trabalho precário e fragilidade dos apoios relacionais), zona de marginalidade, que prefiro chamar de zona de desfiliação para marcar nitidamente a amplitude do duplo processo de desligamento: ausência de trabalho e isolamento relacional e zona da assistência, essa última realiza uma proteção aproximada, fundada no princípio da "casa de caridade" (Castel, 1997, p. 23).

quadro, se dá de forma singular e conta com as relações estabelecidas no trajeto de vida de cada sujeito que se encontra nesta situação.

Para além do circuito produtivo e das situações relacionais, há um processo excludente relativo aos modos de existência, atribuindo valores e representações que fazem acepção de sujeitos colocados à margem de acordo com sua cultura, onde seus valores não são de fato reconhecidos (Wanderley, 2001).

Portanto, a trajetória de rua também é demarcada por um processo de desconsideração da individualidade das pessoas, de forma contínua o descredenciamento daquilo que é trazido enquanto história de vida marca fielmente a jornada destas pessoas. Este encobrimento, manifesta-se enquanto fomentador de mais uma categoria excludente, não apenas aquela que se pauta em quesitos econômicos e sim as que se colocam enquanto formas de estar no mundo.

A oposição entre integrados e excluídos constrói uma barreira nas esferas sociais, mesmo que certos sujeitos caminhem entre as zonas anteriormente descritas. A "latino americanização" social, como descrito por Dubet (2001), demarca o desenfrear da pobreza e das relações fragilizadas na economia informal e as intempéries do declínio da sociedade salarial deslocam as problemáticas para os grandes centros onde a concentração de grupos vulneráveis é maior.

A heterogeneidade daqueles que estão sob a ótica da estigmatização e da intolerância aponta para um isolamento relacional dos que compõem a arquitetura da pobreza. Assim, a "diversificação de pobres" se dá a partir dos processos de degradação dos campos de trabalho, afunilando oportunidades de sujeitos com trajetórias distintas que adentram ao processo de desqualificação social, empurrando-os para o campo da inatividade e dependência de serviços socioassistenciais. (Paugam, 2001).

Analisando o processo de desqualificação social proposto por Paugam (2001), a fragilidade do campo empregatício gera uma série de rupturas que se desencadeiam neste desenrolar da vida, dentre elas as relações de âmbito familiar, fortalecendo o isolamento dos que não estão integrados. O autor aponta, ainda, para o enfraquecimento destas relações e dos vínculos sociais como essenciais às problemáticas aqui suscitadas: "quanto maior é a precariedade profissional, menor é a possibilidade de o indivíduo auferir ajuda do seu meio social" (Paugam, 2001, p. 72). Os cortes relacionais das populações que vivem nas ruas também são afetados pelo déficit de adesão ao campo do trabalho.

Travadas as batalhas cotidianas contra um sistema que deveria atuar na efetivação de políticas de Estado fortalecidas que são abruptamente esfaceladas por políticas governamentais inoperantes e que são forças atuantes na perpetuação de condições desoladoras para as pessoas

em situação de rua. Sem a organização popular e a participação massiva nas discussões acerca das problemáticas da urbe, tendencia-se que tais agravantes sejam apenas amortecidos em gestões que atuam sob a ótica progressista, sem que as reais necessidades sejam atendidas.

A deterioração dos processos de coesão social, corroídos pela desigualdade que fomenta a cultura do despojamento social e a perca do sentido do esperançar, desintegra, assim, a concretude dos sonhos e a perda dos sentidos de existência, sendo estas as consequências inevitáveis da desigualdade que não é minimizada proporcionalmente à diminuição da pobreza e exclusão social (Souza Neto; Barbosa; Lopes, 2022).

O delineamento das multiplicidades das "novas desigualdades" referenciadas por Dubet (2001), atenta para a perversidade das estigmatizações dos processos internalizadores destas para as classes inferiorizadas e invalidadas. A pobreza em sua dimensão complexa assume diferentes formatos e, considerando a heterogeneidade do território brasileiro quanto aos modos de vida, são cabíveis proposituras fortalecedoras de políticas antipobreza que sejam eficazes. Portanto, neste contexto de encalços avaliativos acerca de linhas de indigência e valoração da pobreza, é importante salientar que esta variável demarcativa é dependente de escolhas metodológicas (Rocha, 2009).

"Gente é pra brilhar, não pra morrer de fome"[26]

3.2 E se essa rua fosse minha? Éticas e táticas do viver nas ruas

"As pulgas sonham em comprar um cão,
e os ninguéns com deixar a pobreza,
que em algum dia mágico de sorte chova a boa sorte a cântaros;
mas a boa sorte não chova ontem, nem hoje, nem amanhã,
nem nunca, nem uma chuvinha cai do céu da boa sorte,
por mais que os ninguéns a chamem e mesmo que a mão esquerda coce,
ou se levantem com o pé direito, ou comecem o ano mudando de vassoura.
Os ninguéns: os filhos de ninguém, os donos de nada.
Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos,
morrendo a vida, fodidos e mal pagos:
Que não são embora sejam.
Que não falam idiomas, falam dialetos.
Que não praticam religiões,
praticam superstições.
Que não fazem arte,
fazem artesanato.
Que não são seres humanos,

[26] Trecho da letra da música "Gente", interpretada por Caetano Veloso.

são recursos humanos.
Que não tem cultura, têm folclore.
Que não têm cara, têm braços.
Que não têm nome, têm número.
Que não aparecem na história universal,
aparecem nas páginas policiais da imprensa local.
Os ninguéns,
que custam menos do que a bala que os mata."

(Eduardo Galeano)[27]

As ruas das significâncias. A rua das (an)danças. A rua do medo, do frio, do público e das relações privadas. Rua da saudade, do remorso e dos dissabores, dos choros, da indiferença, das práticas solidárias, do abandono do Estado, do conflito e das lutas populares, do papelão no chão, do sol escaldante, do ambulante, da puta, do preto, do pobre, do corre e do sangue que escorre, do lixo jogado, almoço descartado e pelo que tem fome, reaproveitado. Rua da vida, rua da morte, dos reencontros e despedidas.

A rua de quem já não sabe quem é, que perde a identidade, de quem é esquecido e do pesadelo de ser mais dentre tantos. A rua de passagem, do incômodo, do julgamento e da lembrança. A rua de quem é e já foi criança. A rua dos pensamentos entorpecidos e da cachaça, das encruzilhadas, dos santos e dos ritos. A rua com nome de apoiador da barbárie, de professor, do beco sem saída e de quem busca uma. A rua de quem pede, de quem olha o céu, de quem dorme ao relento e se deita no chão de cimento. A rua da amargura, da fuga, da loucura dos indignados. A rua de quem deseja, de quem espera verões e primaveras, a dignidade que nunca chega.

Inexistentes aos olhos do coletivo, este segmento da população é apagado do campo de visão da sociedade em geral, sendo a expressão "situação de rua" trazida enquanto passagem transitória e provisoriedade de uma condição na qual vivem sujeitos e grupos sem lugar, e que, em sua heterogeneidade não utilizam as moradas convencionais. Diante de tais condições, essas pessoas são enquadradas sob a ótica da subversão, frustrando as expectativas de uma sociedade centrada na normalidade social, sendo as identidades que lhes são atribuídas, fomentadoras de sua marginalização (Nonato; Raiol, 2016).

A ocupação do urbano, e sua explosão nos países subdesenvolvidos, para Santos (2013) se dá em decorrência da adoção do modelo econômico centrado no capitalismo. Somando-se a este fator, diante da explosão demográfica gerada nos grandes centros, a ambígua concentração de riqueza e pobreza nas cidades. Este exército industrial de reserva, que agora se desloca para

[27] GALEANO, Eduardo. **O Livro dos Abraços**. Tradução: Eric Nepomuceno. L&PM, 2005.

a cidade em busca de melhoria de condições "não são marginais, mas integram as engrenagens produtivas de forma desigual" (Véras, 2001, p. 29).

O contingente populacional excedente passou a ter as ruas enquanto espaço de moradia e sobrevivência: agora a urbe torna-se espaço das relações privadas de pessoas com vivências diversas, dependentes das práticas caritativas e sem perspectivas de vida. Agora instalados ou adequando-se ao nomadismo, estratégias são adotadas para resistir as intempéries da vida na caótica selva de concreto. Para Harvey (2012) a urbanização se insere enquanto fenômeno de classe onde o controle e a distribuição do excedente estão sob a posse de poucos, existido conexões diretas entre a urbanização e o desenvolvimento capitalista.

Para além de uma conceituação e dimensão geográfica, o território se apresenta enquanto objeto de pertencimento, atrelado ao intercruzamento de relações que se estabelecem em certo espaço. Ao refletirmos sobre o desenrolar da vida na urbe, devemos considerar os aspectos subjetivos que emergem nas vinculações com os espaços. O território não se faz apenas do resultado de coexistência entre sistemas naturais e aqueles criados pelo homem. Identidade, sentimento de pertencimento e base de trocas materiais com movimento próprio. Não tem como significado o espaço, mas há sentido de integração, assumindo para além do domínio do lugar, a dimensão de afetividade, privilegiando as relações de simbolismos e afeição (Côrrea, 1998; Santos, 2001).

Rompendo com a convencionalidade do habitar, as pessoas com trajetória de vida na rua, adaptam-se ao que lhe é ofertado no espaço urbano, lançando mão das mais variadas estratégias de sobrevivência e resistência às contrariedades de um sistema desintegrador. A casa então denota as mais diversas significâncias: lona que protege, calçada que abriga e toma forma de lar ao serem depositados objetos num ordenamento que reproduz um cômodo, barraco que se ergue em meio ao relento divido para abrigar a família, mochila que carrega o mundo.

As estruturas do transitar urbano produzem espaços de ociosidade acolhedoras para as pessoas que se encontram em situação de rua, constituindo-se enquanto abrigos, suportando a construção de objetos destes lares que se formam. Há ainda, a invisibilidade que se consubstancia frequentemente em gestos, olhares, afastamentos e no não reconhecimento das especificidades deste grupo pelas políticas e nas reproduções de violência em serviços públicos (Junior; Belloc, 2018).

De acordo com Bachelard (s/d, p. 208) "todo espaço verdadeiramente habitado traz a essência da noção de casa". Assim, ao ampliarmos o olhar para as subjetividades do termo "lar" nos debruçaremos sobre a amplitude que este pode assumir na vida das pessoas que vivem nas ruas. O autor ainda afirma que, antes de ser lançado ao mundo, o homem encontra-se refugiado

no abrigamento do lar, sendo o primeiro mundo do ser humano. Há, então, uma profundidade no sentido de "lar", trazendo elementos de singularidades e afetividades, pessoalidade, onde se desenrola a parte mais relevante da vida. Habitar não se resume somente à casa, é criação de sentidos e estabelecimento de relações (Vieceli, 2014).

Dentre a multiplicidade de fatores existentes para estas trajetórias de vida na rua, as desvinculações familiares, afetivas, trabalhistas, o uso de substâncias psicoativas, a não aceitação da família acerca identidades de gênero e orientação sexual destas pessoas, incorporam uma sequência de violências que deflagram contra sujeitos que carregam a culpabilização pelo fato de existirem. A problemática acerca do déficit de abrigos e albergues no país, além da desarticulação das políticas para a população de rua, faz com que os espaços urbanos sejam ocupados de forma crescente e seus ocupantes sejam invisibilizados.

> Um morador de rua, de certa forma, rompe com o culturalmente pautado ao habitar o urbano, ao habitar no lado de fora; não é só transeunte, não é só passageiro, ele dorme na rua. Rompe de certa maneira, também, com o pautado pela cultura da moradia, da casa como espaço reservado para habitar. Ainda, rompe por sobreviver, dormir e se alimentar por meio da catação de sobras do nosso consumo. E rompe "de certa forma" e "de certa maneira" porque, sendo o espaço dialético, também faz a função de garantia do morar burguês. Encarnado o fora como perigo, como mal, como barbárie, ele garante a tranquilidade do dentro, garante a ideia de felicidade da popularizada família de propaganda de margarina do modelo da casa burguesa (Silva Junior; Belloc, 2018, p. 7).

A rua tem cor. A herança de um passado recente e opressor recai sobre negros e negras que habitam majoritariamente as ruas do país, destacando os dados da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, a proporção de negros e pardos (conforme as premissas classificatórias do IBGE) é maior (67%) quando em comparativo com os níveis de âmbito nacional, encontrado na população (44,6%) (Brasil,2009).

Para Silva e Cunda (2020), os efeitos das perversidades perpetradas contra as pessoas escravizadas estendem-se aos dias atuais, compondo as margens não somente geográficas, mas também as sociais da vida. Nos cortiços, barracos e malocas, eis a personificação da marginalidade brasileira: "A carne mais barata do mercado é a carne negra (...) que vai de graça pro presídio, e pra debaixo do plástico e vai de graça pro subemprego e pros hospitais psiquiátricos, a carne mais barata do mercado é a carne negra" [28] (Soares, 2002).

Nas ruas também circulam saberes diversos, um acúmulo das experiências vividas não somente no espaço urbano: pessoas com elevado grau de escolaridade, cultura diversificada, potencial artístico se manifesta em meio às adversidades cotidianas, criando uma esfera própria

[28] Trecho da letra da música "A carne mais barata", interpretada por Elza Soares.

e heterogênea. No entanto, a deslegitimação das ruas faz com que as vivências sejam invalidadas e as experiências subestimadas, anulado histórias de vida condenadas pelo reducionismo advindo do descrédito atrelado às pessoas em situação de rua, o que também pode ser perceptível nas poucas iniciativas do poder público voltadas para este grupo.

Quando partimos para o campo educacional, as proposituras são inoperantes e escassas, carecendo de medidas que caibam a compreender acerca das singularidades deste público, que deseja mudanças. Ao homem sem história, é dada a (im)possibilidade de fazer no percurso de sua existência a narrativa de suas experiências, que, atrelada ao discurso hegemônico, veste-os com a capa da linearidade histórica e de anulações mediante um longo processo de estigmatização e coisificação (Belloc, 2021).

Ademais, a martirização religiosa também acompanha as pessoas em situação de rua, além de seus comportamentos e modos de vida serem incorporados aos processos de psicologização e biologização dos sujeitos, os quais são os meios de compreensão por parte das políticas acerca dos desfiliados urbanos (Silva; Cunda, 2020).

Compreender os atravessamentos cotidianos da rua, os sentidos e significados daqueles que margeiam entre o urbano e outros espaços, sejam institucionais ou não, colaboram para podermos lançar mão de práticas contra hegemônicas nos modos de pensar com e para a rua. Neste sentido, a releitura da urbe e a (re)construção das políticas para este grupo devem acompanhar as mudanças da sociedade, afinal, a fenomenologia da rua não é estática.

Harvey (2012) suscita reflexões acerca do direito à cidade como um dos mais singulares e negligenciados direitos humanos, reafirmando que este se insere enquanto fomentador de mudanças de cunho pessoal pelas transformações da cidade a partir de sua perspectiva de (re)construção. Apesar disso, o direito à cidade enquanto usufruto das possibilidades da vida urbana, está incluso no Art. 182° da Constituição de 1988, que discorre acerca da política urbana enquanto garantia de funções sociais da cidade e bem-estar daqueles que nela habitam (Brasil, 2012).

O direito ao usufruto das ofertas do urbano se dá com a interconexão de movimentos e temáticas múltiplas, como o transporte público, saneamento, educação, saúde, trabalho, habitação, saúde mental, velhice, sem teto, sem-terra, emprego, LGBTQIA+, população em situação de rua (Jabur; Conceição; Sousa, 2022). Portanto, o direito à cidade se dispõe a romper com a inoperância dos equipamentos dispostos nos territórios urbanos para que estes atendam plenamente aqueles que deles necessitam, garantindo mudanças na trajetória de vida, garantia e efetivação de direitos humanos fundamentais.

A especulação imobiliária também é um dos atravessamentos que afetam os grupos que vivem nos espaços urbanos, mediante processos gentrificatórios[29], em um esforço contínuo de recolonização das cidades e enobrecimento de certas áreas, desalojando pessoas que tem apenas as ruas enquanto possibilidade de vida (Silva; Costa, 2015). Neste processo urbano fragmentado, que recebe interferência direta da dinâmica capitalista, se dá a elitização de certas áreas com o reordenamento substitutivo de populações tradicionais por aquelas com maior poder aquisitivo, reestruturando não apenas a urbe, mas com efeitos separatistas do tecido social (Ribeiro, 2018).

O processo higienista das cidades não se dá apenas pelo incômodo dos "destoantes" da cena urbana. A avalanche capitalista deteriora espaços, desvalorizando-os e colocando-os sob o domínio de grupos que operacionalizam a varredura da produção de vida de grupos menorizados que, ao serem silenciados, seguem sem garantias de fixidez em outros territórios, disputando espaços cada vez mais restritos e com arquiteturas impeditivas de abrigamento seguro nos espaços públicos.

O Estado, por sua vez, negligencia a urgência dos programas habitacionais, para os grupos viventes nas ruas, que devem pautar-se de premissas que respeitem as singularidades de pessoas que tiveram trajetórias de vidas em meio a espaços degradados e insalubres que carecem de processos transitórios e de reordenamento de atividades cotidianas, muitas vezes já destituídas de suas existências, além de meios reintegrativos ao meio social.

Dentre as iniciativas estudadas para sanar a questão das populações que vivem nas ruas brasileiras, a *housing first* (moradia primeiro) tem como premissa o acesso imediato a moradia segura, individualmente, com equipe multiprofissional que atue na perspectiva da baixa exigência e da flexibilidade nas ações de permanência e moradia e na garantia ao acesso aos equipamentos do território (Brasil, 2021).

Assim, as medidas em relação à minimização dos impactos da vida nas ruas, perpassa por uma série de ações intersetoriais integradas, de modo a pensar nos aspectos que devem ser reconsiderados na Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR), datada do ano de 2009, já citada anteriormente no presente trabalho, na perspectiva de considerar as bases

[29]Os processos gentrificatórios dizem respeito à substituição progressiva de populações de baixo poder aquisitivo, por outras de maior poder em determinadas áreas da cidade. Geralmente são desenvolvidos em bairros em que a compra de imóveis pode ser realizada a baixo custo e a sua revenda a preços superiores (...) Para que logre êxito, o processo de atração e retenção das classes médias e altas, em regiões outrora consideradas "degradadas" conta também com a regulação estatal que por meio de planos diretores municipais incentivam a oferta de serviços públicos e incremento de estabelecimentos culturais transformando a paisagem urbana (Silva; Costa, 2015, p. 126).

estruturantes de uma problemática de crescimento exponencial e de dados inconsistentes, afinal, os grupos contabilizados nas políticas de assistência não são os da somatória real das ruas.

Ainda no que concerne o habitar nas ruas e sua dimensão de complexidade, inferências limitantes são colocadas no eixo central das análises sobre os modos de vida do meio urbano e o conteúdo de sua política se dá sob a definição dos sujeitos como aqueles que fracassaram no âmbito pessoal, em uma soma de inadequações. Ou seja, a legislação é sobre sujeitos e não situações concretas, sendo necessário incorporar às políticas as motivações estruturais e estruturantes, sem invisibilizá-las, colaborando nas práticas de reconhecimento da problemática (Silva; Costa, 2015).

As relações estabelecidas nestes cenários geram um sentimento de pertencimento e de (re)conhecimento das possibilidades de manutenção da vida. Neste sentido, é preciso que a discussão acerca das práticas higienistas e de como elas trazem algum tipo de sofrimento para as pessoas em situação de rua, por mais que a olhos nus as situações tenham uma intensa criticidade e as localidades de permanência sejam insalubres, se faz necessário refletir acerca das condições e singularidades a que estão atreladas vivências em certos espaços.

> É curioso que a cidadania, por outro lado, é também o direito de permanecer no lugar, no seu território identitário, o direito a seu espaço de memória. O capitalismo predatório e as políticas urbanas que privilegiam interesses privados e o sistema de circulação acabaram, muitas vezes, por descaracterizar bairros, expulsar moradores como favelados (remoção por obra pública, reintegração de posse), encortiçados (despejos, remoção, demolições), moradores de loteamento irregulares, sem teto, num nomadismo sem direito às raízes. (Véras, 2001, p. 33).

Cabe refletirmos aqui que não há uma romantização do pertencimento/permanência em espaços que causem qualquer tipo de consequência danosa para as pessoas em situação de rua e sim, pensarmos em processos transicionais para outros locais e estes façam parte de uma tomada de consciência e corresponsabilização, sem que a vida destes se torne uma "via-sacra" em busca de saída para suas condições indignas.

Assim, pensar na complexidade em que está ancorada a situação dos grupos urbanos perpassa por ações não violentas, oferta de abrigagem em condições habitáveis que trabalhem nos processos de integração aos equipamentos comunitários, socioassistenciais e de saúde na perspectiva de autonomia destas pessoas, sem que práticas tutelares impeçam os processos que os sujeitos desejam para suas vidas, considerando que o retorno às ruas pode acontecer em qualquer etapa do desenrolar de tais articulações.

O sofrimento causado por condições de vida indignas, segue sendo fortalecedor dos processos de adoecimento mental desta população, que muitas vezes recorre ao uso de

substâncias psicoativas para experienciar o prazer mediante situações que atravancam caminhos e podam sonhos. Nestes contornos, ainda existem os que não se entorpecem, mantendo-se muitas vezes distanciados dos grupos de usuários, pois a própria estigmatização do uso de drogas é fator preponderante na formação dos grupos do urbano.

A aproximação com a realidade dos viventes nas ruas e suas realidades singulares, atravessada pelos olhares dos próprios indivíduos acerca de sua condição, atuam na perspectiva da ampliação do diálogo sobre realidades invisibilizadas que demandam, ainda, atuação eficaz das políticas públicas brasileiras ao nível biopsicossocial (Watte; Romanini, 2019).

Há uma tendência das pessoas que permanecem há mais tempo nas ruas a ter desconfianças nas instituições e manter-se mais solitárias com o passar do tempo. Em contrapartida, os recém-chegados, mal preparados para a vida na urbe, manifestam o desejo de reintegração rápida, reconhecendo nos equipamentos de acolhimento a solução para as suas problemáticas. As mulheres, neste contexto, tendem a acatar as regras institucionais, já que nos espaços públicos o risco de inúmeras violências é iminente (Paugam, 2001).

A coletividade e a vinculação também são fatores essenciais no desenrolar da vida na rua: com a fragilização das relações familiares, as redes de suporte que se estabelecem colaboram para minimização do sofrimento e é o que mantém os sujeitos fortalecidos perante as iniquidades. Paugam (2001) reitera que o enfraquecimento e ruptura dos vínculos sociais constituem dimensão essencial nos processos de desqualificação social: “O morador de rua recusa todo tipo de contato com os membros de sua família, pois não se considera capaz de corresponder às expectativas de seus parentes, preferindo isolar-se, a se humilhar, indo ao seu encontro para pedir ajuda” (Paugam, 2001, p. 78).

Os laços estabelecidos e a noção de seus regimes vinculativos se apresentam como ferramenta potente no delineamento dos moldes de vida em sociedade e como estas tessituras se dão em diferentes contextos de formas distintas. As análises do cenário brasileiro acerca das vias solidárias que se estabelecem na vida comunitária, atestam conexões de reciprocidade e solidariedade horizontais, garantindo proteção para os envolvidos nestas relações de reciprocidade (Guimarães; Paugam; Prates, 2020).

Alguns fatores são decisórios na escolha do local de permanência, tais como acesso ao banho, alimentação, serviços de saúde e/ou assistenciais definem a dinâmica da rua e a caracterização de cada território, com prevalência de pessoas, também, em locais onde a oferta de comida por entidades religiosas acontece cotidianamente. As mulheres, por sua vez, enfrentam a problemática das atividades cotidianas de higiene, pois em muitos locais a oferta de banheiros públicos é inexistente.

A condição mutável no desenrolar da vida destas pessoas requer que as táticas adotadas diariamente tenham suporte comunitário para que a permanência nos espaços se dê harmoniosamente. Em alguns casos, a população é crucial nas questões que demandam atendimentos e cuidados continuados em saúde, fornecimento de água e outros suprimentos. Por outro lado, uma parcela da sociedade reforça a estigmatização da vida nas ruas, encarando as pessoas em situação de rua enquanto ameaça e culpabilizando-as por suas condições de vida.

As inúmeras violências sofridas na trajetória de vida destas pessoas, estendem-se para os mais diversos âmbitos: as órbitas da segregação, sem ofertas de perspectivas acerca de projetos de vida para além da institucionalização, serviços de saúde e assistência sucateados e descaracterizados das reais funções de atendimento para as pessoas em situação de rua, descriminação nos serviços públicos, abusos de autoridade, remoção abrupta de seus locais de permanência e construções hostis são cotidianamente os percalços vividos por este grupo.

Em boletim epidemiológico divulgado pelo Ministério da Saúde acerca do monitoramento das violências deflagradas contra a PSR no período de 2015 a 2019, foram notificadas mais de 31 mil ocorrências. Apesar de serem espaços majoritariamente masculinos (87%), foram contabilizados 51,2% de vítimas de violências interpessoais do sexo feminino. A maioria dos casos, 93,7%, foram perpetrados pela motivação de serem pessoas em situação de rua; 37,5% de violências físicas por autoria de desconhecidos; 33,6% por autoria de amigo/conhecido; 8,4% por outros vínculos; 4,4% por policial/agente da lei; e 4,2% pelo cônjuge. Cabe ressaltar, ainda, o grande número de sub notificações (Brasil, 2022).

As ruas condensam o sofrimento e há necessidade da desnaturalização destas, por meio de forças atuantes em seu combate e denúncia, na perspectiva de minimização das omissões do Estado, garantido a efetividade de direitos fundamentais, destacando-se saúde e segurança, já que a ineficácia destes são possíveis causas para a eliminação deste grupo, reforçando a possibilidade de deixá-lo sob as condições de mortos-vivos (Santana, 2020).

> Além disso, propus noção de necropolítica de necropoder para dar conta das várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, as armas de fogo são dispostas com objetivo de provocar destruição máxima de pessoas criar “mundos de morte”, formas únicas novas de existência social nas quais vastas populações são submetidas condições de vida que lhes conferem estatuto de “mortos-vivos” Mbembe (2018, p. 71)

A cotidianidade violenta reforçada pela estigmatização dos que sobrevivem nos espaços de transitoriedade, para alguns. Eis a face perversa da urbe que, para muitos, o manto das noites

escuras não é feito para adormecer. É o olho atento para que o seu corpo "caracol"[30] não seja violentado, pertences roubados e dignidade ultrajada, de território em território, num movimento adaptativo e de ofertas de sobrevivência escassas. Eis o retrato da rua brasileira: "por esse pão pra comer, por esse chão pra dormir. A certidão pra nascer e a concessão pra sorrir. Por me deixar respirar, por me deixar existir, Deus lhe pague" [31] (Hollanda, 1971).

A incitação do discurso odioso segue em vias de nocividade, incitando também terceiros a fomentar atitudes que colocam grupos marginalizados em risco, projetando imaginários criminalizantes contra a população em situação de rua, situação que se agrava de forma recorrente, conforme analisou os estudos de Melo (2022). Não apenas verbalizada, as condutas odiosas apresetam-se nas arquiteturas hostis espalhadas pelas ruas, impedindo que as pessoas encontrem locais para dormir, principalmente no período noturno.

> O sem-tetismo é um problema social sangrento, porque mostra um grau extremo de vulnerabilidade dos que padecem desse mal. Quem não tem sequer a proteção de uma casa, por mais precária que seja, não possui nem um mínimo de intimidade para sua vida cotidiana, nem goza também de uma ínfima proteção frente às agressões externas e tratamentos degradantes, está à disposição de qualquer descerebrado com vontade de se divertir um pouco à sua custa ou de qualquer ressentido desejoso de despejar seu rancor em alguém. Carecer de um lar supõe uma ruptura relacional, laboral, cultural e econômica com a sociedade, é uma clara situação de exclusão social. O sem-tetismo é a expressão de uma suprema vulnerabilidade (Cortina, 2020, p. 38).

A efemeridade das relações afetivas, tão discutidas na contemporaneidade, se desenrola na vida da urbe, para tornar a jornada menos solitária. Algumas mulheres estabelecem algumas relações enquanto vínculos protetivos, já que, para estas, os espaços são de extremas reproduções de práticas machistas violentas. Salienta-se aqui que a amorosidade não se dá apenas por um jogo de negociações, mas coexiste com alguns relacionamentos estáveis e duradouros que afagam o sofrimento cotidiano.

Exigir que os pobres renunciem à afetividade, aquilo que os mantém vivos perante os dramas vividos cotidianamente, é exigir-lhes que abandonem as esperanças que ainda restam, que envolvem e dão sentidos às suas existências de sofrimento.

> O brasileiro da ralé (...) é aquele despossuído de todos os pré-requisitos para a generosidade do amor, ficando apenas com o amor da renúncia, o das mães que usam o próprio corpo como filtro para retirar da agressividade que sofrem em casa (e na rua também) algum afeto para os filhos, na tentativa de livrá-los do destino de seus pais. Como se pode ofertar a "outra face" quando se é impedido de possuir sequer uma; quando a "face", desde a infância, nunca foi alvo de carinho e afeto? O drama do amor dos pobres chega a limites onde a

[30] GOMES, Rita de Cassia Maciazeki. **Gente Caracol**: a cidade contemporânea e o habitar as ruas. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social Institucional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
[31] Trecho da letra da música "Construção", interpretada por Chico Buarque.

> impossibilidade de saber amar ratifica e justifica a punição afetiva imposta às mulheres tanto pelos homens como por elas mesmas (Souza, 2009, p. 144)

As negociações por espaços para dormir, a segurança da abrigagem noturna, a realização da higiene pessoal, dentre outras atividades cotidianas, aparecem enquanto elementos que movimentam uma rotina que inicia ao amanhecer: enquanto a cidade acorda, muitas pessoas em situação de rua ainda nem dormiram ou sequer conseguem, já que muitas permanecem acordadas no período noturno tanto por questões de consumo de substâncias, quanto do temor por terem pertences roubados ou serem vítimas das mais diversas agressões. A distribuição de alimentos, por sua vez, acontece em pontos de maior fluxo de pessoas, garantida por entidades religiosas ou alguns poucos serviços socioassistenciais disponíveis.

Escorel (1999) descreve as redes de assistência religiosas e/ou privadas, enquanto mantenedoras de parte da "mágica" do sobreviver nas ruas, em uma rede que conecta-se entre pessoas e entidades, cria relações de pertencimento com o território e estabelecimento de vínculos aos serviços, atentando para o caráter de algumas ofertas, sendo estas limitadas e com estabelecimento de normas de condutas e comportamentos para seu recebimento.

Assim, neste entorno das relações privadas que acontecem nos espaços públicos, as instituições religiosas ofertam serviços de acolhimento, todos de cunho estritamente religioso, e para a permanência nestes espaços, muitas vezes é necessário abdicar de suas convicções pessoais, identidade de gênero e/ou orientação sexual, para garantir permanência nestes abrigos que se colocam na função docilizadora de corpos.

A reconfiguração nas formas de atendimento aos grupos viventes nas ruas por parte de instituições ligadas às igrejas desloca-se para a regulação de tais práticas pelo Estado, sem deixar de ter influência nas produções de políticas (Priori, 2019). Neste entorno, as Comunidades Terapêuticas (CTs) e abrigos que funcionam sob a ótica do viés religioso crescem vertiginosamente. As primeiras se colocam enquanto locais destinados ao tratamento de pessoas com histórico de uso problemático de substâncias psicoativas, sem contar com qualquer profissional de saúde no manejo e cuidado das pessoas, isolando-as.

Em documento, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) atesta a constante violação de direitos, tais como internações forçadas, administração indiscriminada de medicamentos, desrespeito às liberdades religiosas, dentre outras privações, atestando a existência de 2000 CTs, sendo 316 financiadas com recursos públicos até a data da emissão deste parecer. O Estado, sendo o destinador financeiro de tais instituições, se coloca como igualmente responsável pelas violações de direitos lançadas contra estes grupos, apesar de

entidades como o CRP e o MPR se posicionarem contra, apontando a inexistência de controle e fiscalização (Brasil, 2021).

Quando a cidade finalmente desperta, é hora do “corre” diário, da busca por sobreviver mais um dia. Alguns executam funções como flanelinhas, carregam e descarregam a alimentação de mercados públicos, muitas vezes em troca de valores irrisórios. Algumas mulheres atuam na prostituição, saem com destino incerto, muitas vezes sem saber se retornarão aos seus locais de permanência. Muitas destas relações de troca garantem a alimentação, o uso de substâncias e, algumas raras vezes, o pagamento de pousadas de baixo custo, garantindo a proteção noturna.

4 CONTUDO, É PRECISO QUE CREIAMOS NOS HOMENS OPRIMIDOS: DAS NARRATIVAS E MEMÓRIAS DA RUA

> "Observei e ouvi, buscando entender a história de meu próprio tempo...Não nos desarmemos, mesmo em tempos insatisfatórios. A injustiça social ainda precisa ser denunciada e combatida. O mundo não vai melhorar sozinho."
>
> (Hobsbawn)[32]

O capítulo que segue conta com os anúncios e denúncias da rua através das narrativas e memórias de seus sobreviventes. A discussão segue com o aprofundamento das questões que atravessam o direito humano à educação. As narrativas e memória das ruas se fazem presentes e serão discutidas as questões relacionadas à educação enquanto direito social básico, fazendo contraponto entre os aportes teóricos relacionados à temática e às perspectivas dos viventes das ruas da cidade de João Pessoa no tópico com a pergunta norteadora "Educação: é do mesmo que todo mundo fala quando diz essa palavra?", posteriormente a análise destes discursos serão realizadas e trazidas como contribuições para o trabalho.

O tópico "Eles combinaram de nos matar, nós combinamos de não morrer", traz meu registro iconográfico afetivo das representações da rua. Por fim, nesta andarilhagem, tomando as contribuições do povo da rua enquanto produção de perspectivas de pensar com e para estes, traremos sugestões para as práticas de Educação em Direitos Humanos sob uma ótica Freireana, libertadora e com o compromisso de os sujeitos serem reeducados pela revolução[33].

Retomar o caminhar nas ruas, agora enquanto pesquisadora, me fez retomar a desejante trilha de reencontro com aqueles e aquelas que me fizeram suscitar as reflexões que movem o presente trabalho. Assim, fiz questão de um andar solitário, refazendo o trajeto que fiz por mais de cinco anos enquanto trabalhadora do programa Consultório na Rua, na cidade de João Pessoa, e nestas reminiscências me vieram histórias de pessoas que fizeram e fazem parte não somente de minha trajetória profissional, mas também de um ser humano que diante de tantas injustiças toma fôlego diariamente para continuar lutando na contramão de um sistema que a todo custo tenta aniquilar a existência do povo da rua.

Nestas deambulações urbanas são ouvidas as narrativas e memórias da rua, não só sobre a educação, objeto do presente estudo, mas sobre cotidianos plurais da heterogeneidade de uma população crescente neste município. São histórias que se cruzam, pois os espaços de circulação acabam por serem comuns a muitas pessoas, principalmente os equipamentos que dispõem de

[32] Eric Hobsbawm, no seu livro Tempos interessantes: uma vida no século XX (Hobsbawm, 2002, p. 455)
[33] Paulo Freire em Pedagogia do Oprimido

suporte para alimentação e higiene pessoal, além dos espaços de permanência e partilhas. Nestes encontros, que aqui se transformam em texto, as experiências genuínas da rua se apresentam enquanto pano de fundo de narrativas e memórias. Aos (re) encontros, evoé!

> "Sempre recusei os fatalismos. Prefiro a rebeldia que me confirma como gente e que jamais deixou de provar que o ser humano é maior do que os mecanicismos que o minimizam"
>
> (Paulo Freire)

Nestes encontros, as narrativas de 05 pessoas foram fundamentais para a condução desta pesquisa, trazendo aspectos relevantes na construção de uma perspectiva crítica sobre a negação do direito à educação, facilitando nessa chuva de ideias, pensar nas questões relativas à prática escolar para as pessoas que vivem nos espaços públicos e expressam, desejam retomar os estudos.

Vivendo nas ruas de João Pessoa e com alguma rede de suporte, seja ela de natureza relacional ou de serviços, essas pessoas foram escolhidas conforme a disponibilidade em dialogar sobre suas trajetórias, sem que a abordagem de certos temas trouxesse qualquer tipo de desconforto. Vale salientar que houve uma discussão prévia da pesquisa, apresentando a proposta das mesmas, com leitura prévia de todas as documentações, exceto no caso de Almeida que enviou suas respostas posteriormente à solicitação de participação da pesquisa, nos apontando sobre o uso de tecnologias por alguns viventes nas ruas.

Os encontros transcorreram tranquilamente, sem intercorrências externas e os participantes se mostraram disponíveis para colaborar com o estudo. Os bairros onde permanecem essas pessoas, apresentam distinções em relação aos serviços de assistência diária (alimentação e banho), além das questões relativas a mais pessoas vivendo nos centros urbanos da cidade.

A facilitação desse percurso também se deu através da minha trajetória profissional e militante junto à População em Situação de Rua do município nesta última década, facilitando o caminhar por serviços de atendimento e espaços de permanência destas pessoas, sem que houvesse impeditivos na caminhada investigativa.

Nas entrevistas, foi utilizado o mesmo instrumento de questões norteadoras, as quais eram respondidas à medida que foram feitas, sem maiores dificuldades de compreensão por parte dos colaboradores, pois como premissa deste processo de entrevista, foi estabelecido um diálogo prévio para esclarecimento de quaisquer dúvidas.

Tabela 01 – Informações sobre os entrevistados para a realização desta pesquisa.

Nome/identidade de gênero	**Idade**	**Escolaridade**	**Tempo de permanência na rua**	**Local de permanência**
Luís Inácio (M)	43	1° ano do ensino fundamental/ Não frequenta a escola	04 anos	Espaço Cultural – Bairro Tambauzinho
Stédile (M)	24	5° série do ensino fundamental/ Não frequenta a escola	15 anos	Lagoa – Bairro Centro
Lancellotti (M)	39	6° série incompleta/ Não frequenta a escola	29 anos	Bompreço – Bairro: Centro
Brown (M)	25	9° ano/ Frequenta a escola na modalidade EJA	01 ano	Rua Treze de Maio – Bairro: Centro
Almeida (M)	58	1° ano do ensino médio/ Não frequenta a escola	+ de 20 anos	Praia do Bessa – Bairro: Bessa

Fonte: Autoria própria, 2023.

O quadro acima compõe a sistematização das informações coletadas em questionário sociodemográfico, apontando a localidade de permanência dos entrevistados, além de dados relativos à identidade de gênero e o tempo em que estas pessoas estão em situação de rua. Destaca-se que um dos entrevistados (Brown), frequenta a escola na modalidade EJA. A nomeação dos colaboradores da pesquisa se deu com intuito de preservação de suas identidades, tendo sido escolhidas pelas contribuições a sociedade brasileira: Luís Inácio (presidente do Brasil), João Pedro Stédile (líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra- MST), Júlio Lancellotti (Padre, ativista pelos direitos da população em Situação de Rua), Mano Brown (músico, doutor Honoris Causa pela UFSB) e Silvio Almeida (filósofo, advogado, professor e ministro dos Diretos Humanos).

4.1 Educação: é do mesmo que todo mundo fala quando diz essa palavra?[34]

[34] Questionamento inspirado na obra “Lutar com a palavra”, de Carlos Rodrigues Brandão.

> "Não há educação sem amor. O amor implica luta contra o egoísmo. Quem não é capaz de amar os seres inacabados não pode educar. Não há educação imposta, como não há amor imposto. Quem não ama não compreende o próximo, não o respeita. Não há educação do medo. Nada se pode temer da educação quando se ama."
>
> (Paulo Freire)

De qual educação se fala? Para quem ela é ofertada? As reflexões aqui trazidas apontam para pensarmos no trajeto das pessoas em situação de rua nos processos de educação, especificamente na Educação de Jovens e Adultos (EJA), via de maior acesso aos processos educacionais por parte dos grupos que vivem nas ruas, segundo experiências já citadas neste trabalho e que inspiram a pensar em caminhos e possibilidades junto à população em situação de rua. Não são experiências inéditas, mas que em sua potência mobilizam o pensamento crítico acerca da educação voltada aos historicamente excluídos.

> A educação como direito é ofertada na modalidade da educação para jovens e adultos tendo em vista as necessidades dos sujeitos com características próprias, ou seja, grupos que se diferem de crianças e adolescentes (Santi, 2020, p. 3).

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), "a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais" (Brasil, 2005, p. 7). Ainda seguindo as concepções Freireanas, "uma educação que pretendesse adaptar o homem estaria matando suas possibilidades de ação, transformando-o em abelha. A educação deve estimular a opção e afirmar o homem como homem. Adaptar é acomodar, não transformar" (Freire, 2022, p. 40).

Ao nos debruçarmos sobre as questões que concernem às pessoas em situação de rua, é comum encontrarmos na maioria dos estudos temáticas referentes a questões de saúde, uso de substâncias ou o contexto da dinâmica urbana, pouco se tratando da educação enquanto uma ferramenta libertadora e que poderá fazer com que os sujeitos pensem sobre suas próprias dinâmicas de vida. Assim, através das vivências junto a este grupo, pude experienciar ouvir suas narrativas sobre o acesso aos espaços escolares mesmo permanecendo nas ruas ou no processo transicional para as instituições de acolhimento.

O lugar que a educação ocupa para estas pessoas diz respeito também aos processos de integração fortalecedores de vínculos aos equipamentos do território, e é neste terreno que as conexões de vida se desenrolam e permitem o recomeço de histórias freadas por intempéries que, em sua involuntariedade, cessam sonhos.

A Educação de Jovens e Adultos é uma das principais formas pelas quais este grupo tem acesso ao meio escolar, principalmente devido à interrupção e/ou inacesso ao sistema regular de ensino no decorrer da vida. Portanto, a partir das premissas contidas na LDB, deverão ser considerados os contextos de vida dos alunos para viabilização do acesso e permanência nas escolas do país (Brasil, 2005).

Assim, ao retomarmos a Política Nacional para a População em Situação de Rua, dentre seus objetivos destaca-se, para fins de análise deste trabalho, o Art. 7, que objetiva: "assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda" (Brasil, 2009).

O Plano Nacional de Educação (PNE), com proposta de vigência entre os anos de 2014 a 2024, orienta ações para os mais diversos contextos, em todos os níveis federativos, na perspectiva da inclusão de grupos sociais vulneráveis. Destacam-se a meta 8, destinada à elevação da escolaridade média da população entre 18 e 29 anos, e a meta 9, que tem enquanto propósito a erradicação do analfabetismo absoluto e a diminuição do analfabetismo funcional em 50% (Brasil, 2015).

Ao analisarmos o atual contexto brasileiro, o IBGE aponta uma condição desfavorável ao cumprimento das metas estabelecidas pelo PNE: dados apontam que em 2022 cerca de 5,6% (9,6 milhões) pessoas com 15 anos ou mais eram analfabetas, sendo 55,3% vivendo na região Nordeste. Além disso, 52 milhões de pessoas não completaram o ensino médio, por abandono ou por não frequentarem a escola.

Localizada a problemática a ser sanada, os grupos vulnerabilizados, encontram-se sob a fragilidade da permanência no espaço escolar, que muitas vezes não dispõe de preparo para compreender certas demandas que sobressaem e impactam a vida das pessoas em situação de rua. Analisando algumas experiências brasileiras, observa-se que poucos espaços lançam mão de práticas que fortaleçam esta perspectiva de integração.

Em Direitos Humanos e Educação Libertadora, Freire (2020) pondera acerca das questões que envolvem os processos de abandono escolar e afirma que o termo "fora da escola" minimiza a perversidade dos dados que apontam o que para ele seria a proibição do acesso e permanência das classes populares à educação. "É como se disséssemos: estão fora porque querem, se quisessem até poderiam estar na escola..., mas, não! Eles estão realmente proibidos de ir à escola" (Freire, 2020, p. 224).

Para além das soluções integradoras, as práticas educacionais (formais ou não) podem atuar no fomento ao respeito aos grupos vulnerabilizados, podendo garantir a minimização dos

impactos no cotidiano destas pessoas (Cortina, 2020), garantindo assim, que ao adentrar aos espaços as situações hostis sejam cada vez menos recorrentes.

As percepções das elites brasileiras acerca dos obstáculos à democracia no Brasil colocam o baixo nível educacional da população enquanto impeditivo do processo democrático no país, colocada enquanto elemento que explicaria a desigualdade e recurso operante na minimização de iniquidades em uma sociedade de elite meritocrática. A condição com que tratam de forma rasa a temática, colocando-se de forma contrária às ações afirmativas, ou seja, para os grupos privilegiados basta apenas que se elevem os níveis educacionais para que classes inferiores se coloquem enquanto mão de obra qualificada, e não sujeitos que em sua criticidade teriam capacidades de conscientização política (Reis, 2004).

Assim, a mobilidade social através dos processos educativos sob a ótica dos grupos seria apenas um deslocamento no sentido de que as elites possam ter mão de obra rentável e geradora de lucros, afinal, a manutenção de uma classe superior está ligada diretamente a sujeição de grupos oprimidos. Estando a população de rua, em sua maioria, transitando entre zonas de vulnerabilidade e exclusão, podemos afirmar que também se encontram em um processo desvantajoso no que diz respeito ao acesso e permanência nos espaços escolares, o que deságua nas impossibilidades de viver experiências para além das ruas.

As lutas por reafirmação de direitos e seus percalços por garantias mínimas de dignidade partem das ações coletivizadas e centralizadas em perspectivas emancipatórias. Nestas lutas, para e com a rua, são necessárias ações que dialoguem com a eliminação da estereotipia negativa atrelada a estas pessoas que são reflexos das inúmeras negações de direitos, dentre eles, a educação. Nesta andarilhagem, seguem as contribuições e reflexões de Arroyo (2015), colocadas enquanto contributivas da pesquisa acerca da Educação de Jovens e Adultos.

A historicidade da negação do direito à educação coincide com o período de insatisfação acerca do reconhecimento da coletividade popular, onde o sistema identitário das escolas se deu ao longo dos tempos, sob uma lógica de subalternização dos saberes de pobres, camponeses e negros, colocando-os na base da pirâmide do poder-saber, deslegitimando-os e marcando-os negativamente até os dias atuais (Arroyo, 2015).

Assim, ao pensarmos nestes sujeitos e coletivos que vivem nos espaços públicos, carregando a herança da segregação e da negação de direitos e das impossibilidades de acesso à educação, podemos sustentar a argumentação que as barreiras erguidas em suas trajetórias fazem parte de um processo vivo e bem arquitetado de colonização moderna que se prontifica em colocar certos grupos enquanto inferiores, fortalecendo a lógica das relações poder.

Ainda sob a perspectiva dos estudos de Arroyo (2018) acerca das lutas pela educação em uma sociedade desigual, este reafirma o esgotamento do paradigma dos processos de igualdade social, via igualdades educacionais, classificando-o enquanto tradução de padrões de saberes coloniais, que coloca em patamar de inferioridade aqueles nos quais o autor designa enquanto os "outros" como menorizados em racionalidade, cultura e moralidade.

Não há como dialogarmos acerca de permanência e acesso aos meios educacionais sem pensarmos sobre a formação pedagógica, tendo em vista os processos de desumanização das camadas menos privilegiadas da população:

> Os docentes-educadores saem dos currículos de pedagogia e de licenciatura capacitados a acompanhar educandos submetidos a processos de desumanização de ser roubados em suas humanidades? Talvez saiam sabendo pouco sobre teorias de desenvolvimento humanos, mas carentes de teorias sobre os processos e a desumanização com que vão se defrontar nas escolas e na EJA (Arroyo, 2018, p. 1116).

O preparo da docência para ir de encontro com a diversidade humana deve passar por processos de educação continuada, com a inserção das políticas de humanização, tomando o respeito à pluralidade enquanto premissa de acolhimento as diferenças dos educandos. Compreender as intersecções que permeiam o cotidiano destas pessoas, facilitará os manejos necessários, minimizando obstáculos para permanência, e consequentemente, evitando o abandono escolar.

A abertura para a partilha de saberes, também pode atravessar os muros da escola e contar com a participação da comunidade, na perspectiva de se aproximar dela, promovendo o encontro com a realidade dos educandos e fortalecendo o senso de pertencimento territorial, em conjunto com os processos de adesão escolar.

Freire (2009), ao anunciar uma pedagogia da autonomia, destaca acerca da importância de situar os saberes dos educandos nos processos de ensino, lançando mão da realidade em sua concretude, estabelecendo aproximações entre saberes curriculares e experiências sociais dos sujeitos.

Estes desafios históricos se colocam enquanto possibilidade de repensarmos sobre qual tipo de educação está sendo ofertada (ou não) para os grupos historicamente marginalizados: é preciso que haja reconhecimento das fragilidades destes coletivos atravessados por interseccionalidades de gênero, raça e classe.

O reconhecimento das coletividades injustiçadas representará avanços no que concerne a formulação de políticas públicas, além de análises e avaliações destas, fomentando a educação

enquanto direito, exigindo que a radicalidade por parte do Estado enquanto garantidor dos direitos coletivos seja maior aos grupos marginalizados (Arroyo, 2015).

Neste dever ético-político exigirmos garantias de políticas garantidoras de dignidade é assumirmos posturas que acreditam nas possibilidades de "ser mais"[35] dos grupos oprimidos que, nas vias de ter seu acesso à educação negado, se colocam fora de um mercado de trabalho que exige minimamente formação básica, restando-lhes os processos de inserção precarizada e a vulnerabilidade extrema.

Arroyo (2017) faz apontamentos acerca das negações do direito ao trabalho porque estes são segregados pela escola sob jugo de uma condenação a uma vida injusta, porque reprovados. Há, então, a necessidade de repensar na superação destes processos:

> Nenhum ser humano merece ser submetido a essas múltiplas segregações antipedagógicas, destruidoras de suas autoimagens. De suas identidades. Seus itinerários do trabalho para a EJA revelam sua consciência de serem sujeitos de direito à educação e ao trabalho (Arroyo, 2017, p. 7).

Algumas das experiências brasileiras anteriormente citadas neste trabalho, que embasam as indagações acerca dos processos da Educação de Jovens e Adultos para os grupos que vivem nas ruas, nos apontam um longo caminho a percorrer na direção de experiências que acolham as diferenças, principalmente as advindas das ruas. Neste sentido, é necessário que possamos superemos os moldes de colonização do saber e avançarmos nas perspectivas que margeiem não apenas nas problemáticas, mas em mudanças possíveis, já que neste caminho de inéditos viáveis existe uma trilha de ocupação dos espaços de fomento às políticas públicas e mobilizações populares.

As análises de Arroyo (2010) sobre as ações do Estado consideram a crítica a este como legítima por não se mostrar enquanto igualitário na minimização de problemáticas sociais, onde recursos são destinados em maior quantitativo para certos setores da sociedade, enquanto as problemáticas são cotidianamente lançadas para rememorar suas ações, sobre principalmente as coletividades marginalizadas, apelando por sua equidade.

O neoliberalismo enquanto estrutura mantenedora das perspectivas reducionistas das camadas populares, além de situar-se no exercício de pressões opostas aos caminhos emancipatórios da Educação de Jovens e Adultos, é destacado por Silva (2019) como uma estrutura deficitária para educação aos excluídos, desconsiderando suas experiências, sugerindo matrizes curriculares libertadoras conforme o pensamento Freireano, já que as atuais experiências, para a autora, vem se mostrando ineficazes na perspectiva de nivelamento das

[35] Termo trazido nas obras de Paulo Freire.

desigualdades. Como aponta Paulo Freire em Pedagogia da Autonomia (2009, p. 135), “ensinar exige disponibilidade para o diálogo”.

Vargas (2017) revisita as relações entre a condição de rua e a educação, destaca o grupo de pessoas em situação de rua como “alvos preferenciais de diferentes barbáries”, segundo a autora, talvez pela oposição e negação à estética imposta pela indústria cultural. Vargas (2017) destaca, ainda, a importância da educação de perspectiva crítica e como via emancipatória, autônoma e de efetivação dos Direitos Humanos, além de pensar em estratégias facilitadoras do aprimoramento educacional sob a perspectiva de Adorno, que se manteve enquanto crítico da indústria cultural e das influências desta na propagação das ideias dominantes e na necessidade da educação para o impedimento de prosperidade da barbárie.

O destaque dado às questões dos desafios concernentes a uma pedagogia para o povo da rua, ainda que em sua escassez de estudos, se apresenta na perspectiva de ampliação do direito humano à educação, além de proposituras que possam atender às especificidades deste público. Essa costura de ideias, contribui positivamente para as discussões em âmbito acadêmico, porém ainda sem concretude de ações.

As narrativas da rua, desveladas nos contornos e potências da História Oral, permitem acessar o campo onde se dão os refúgios das ideias trazidas em através de reminiscências, que muitas vezes permitem que este trabalho artesanal da costura dos retalhos da vida se desenvolva, reconstruindo histórias.

> Fala, escuta, troca de olhares compõem a dinâmica desse processo único e essencial à vida humana, pois não se vive em plenitude sem a possibilidade de escutar, de contar histórias e de se apreender sob a forma de conhecimento, ou melhor, de sabedoria, o conteúdo narrado (...) São a humanidade em movimento. São olhares que permeiam tempos heterogêneos. São a história em construção. São memórias que falam (Delgado, 2003).

Silenciar as vozes dos entornos subversivos, das coletividades marginais, historicamente colocados para fora do circuito da sociedade formal, coloca em risco a preservação de identidades e consequentemente das memórias das coletividades. Para Le Goff (1990), no domínio das sociedades históricas, tornar-se o senhorio das narrativas e do esquecimento se fortaleceu enquanto força motriz nas lutas pelo poder.

Assim, nestas tecituras da vida nas ruas, é preciso compreender a complexidade dos lugares em que estas memórias são elaboradas, respeitando também os silenciamentos que podem nos apontar elementos importantes na (re)construção destas histórias que, ao presente estudo, se prestam enquanto importantes colaboradoras nos processos de compreender as complexidades urbanas.

O que se pretende aqui não é engavetar memórias nem tampouco silenciar narrativas: é preciso jogá-las com cuidado nos mais diversos espaços. É preciso pular os muros da academia, atravessar ruas, chegar às calçadas. Respeito pelos que se foram e resistência por aqueles que estão por vir, assumindo o compromisso com as lutas na guerrilha urbana.

> "Demorô, é agora,
> pra se virar tem que aprender na rua
> o que não se aprende na escola."
>
> (Planet Hemp)[36]

E a rua, o que nos diz? Ampliaremos nosso olhar e nos colocaremos a uma escuta respeitosa e acolhedora aos sentidos e significados da educação para os viventes nas ruas da cidade de João Pessoa. As percepções sobre os processos educativos se dão da mesma forma para este grupo? A seguir serão discorridas as narrativas dos colaboradores que foram receptivos durante os encontros, sem expressar dificuldades em trazer elementos acerca de seus contextos de vida. O sentimento mútuo de estar aberto ao diálogo, facilitou a coleta dessas narrativas, contribuindo para as reflexões aqui apresentadas sobre os impactos da negação do direito à educação para estas pessoas.

A abertura, a partilha de experiências e a compreensão da importância destas nos abrem a compreensão mais ampla destes cotidianos, reforçando que, nesta pluralidade de existir, resistem saberes diversos que nos apontam caminhos para pensar com a rua.

Neste sentido, a dialogicidade da urbe se abre inicialmente com a questão norteadora: "Educação, é do que todo mundo fala quando diz essa palavra?"

> *Eu acho que sim, porque a educação se resume a uma coisa só, né? Tipo assim, educação geralmente é você ser educado, né? Mas nem todo mundo tem a mesma educação que a outra. Eu acho que eu vou mudar a opinião, não se resume a mesma educação. Porque se você raciocinar, você tem um modo de educação. Tem gente que já não é educado, já é bruto, é ignorante, não sabe tratar com ninguém, não sabe lidar. Tem gente que já tem uma educação melhor, já sabe ser mais calmo, já trata a pessoa... Mesmo que aquela pessoa seja ignorante, ele não deixa aquela pessoa tirar a educação dele que ele tem desde pequeno. Ele nasceu naquele patamar, uma pessoa educada, que sabe se controlar. Então, mesmo que caia o temporal, ele continua no mesmo. Então a palavra educação não serve para todo mundo, não é igual, não. Então acho que tem diferenças. Tem diferenças. Ela tem dois modos de educação. Tem gente que não sabe nem o que é educação, na real. Tem gente que estudou, mas não sabe o que é educação. Não sabe tratar do mesmo modo a mesma educação que a do outro.* (Luís Inácio, 2023)

[36] Trecho da letra da música "Zerovinteum", interpretada por Planet Hemp.

> *Educação é como a gente tem. Não sei desrespeitar os outros, só sei me desrespeitar. Não sei explicar educação em relação ao estudo, não sei explicar. Será que a educação que eu penso é a mesma da sua? Não. Por que cada um tem sua mente. Eu tenho a minha e você tem a sua. E como é a tua mente? Minha mente é muito maldosa.* (Stédile, 2023)

> *Essa palavra educação, tanto como serve, como tá escrito nas escolas, né? Tanto como tá escrito no Ministério da Cidadania, que se chama educação. Essa palavra educação é uma palavra muito boa. Ela nos ensina a nos educar, nos ensina a ser educado. Eu gosto muito dessa palavra, educação. Apesar de eu não ter muito estudo, eu não ter muito conhecimento, às vezes eu me sinto uma pessoa educada. Mas se não fosse o meu problema transtorno mental, eu seria uma pessoa nota 10. Eu vejo você como uma pessoa educada. Pra mim você tá conversando comigo, você tá conversando comigo, pra mim você tá conversando comigo, um texto bastante educadíssimo, com bastante paciência. Educação vem da paciência, vem de sentar, vem de falar. Educação vem do agir, vem de escrever. Educação vem do entender. Educação vem do compreender. Educação vem do respeito de uma filha. Educação vem em termos de paciência. Tudo mundo hoje deve ter essa palavra educação.* (Lancelotti, 2023)

> *Educação? Não. A educação que se passa na escola é de conhecimento e de... de você... se... conseguir falar com outras pessoas na sociedade, conviver, né? É a convivência, a educação da convivência e do conhecimento. Mas na vida real a educação tá totalmente diferente, né? Tem uns pontos diferentes aí. O principal é a convivência, né? Ser uma boa pessoa perante a sociedade e a educação de conhecimento também. Mas tem outras coisas ainda, a mais. São vistos de formas diferentes. São vistos de formas diferentes. Mas depende do assunto, né? Mas depende do assunto, né? Em que questão em que se coloca a educação. Mas a gente conhece uma pessoa, quando ela é bem educada, instruída.* (Brown, 2023)

> *Então, a educação para mim, no caso, é o que eu disse, é saber ler, escrever e discernir. Apesar de eu não escrever muito bem, mas eu creio que isso seria uma educação básica. Agora, a educação em termos acadêmicos, eu não sei se as pessoas tem essa consciência. Com muita gente que eu convivo parece que não. Então eu creio que a palavra educação não é a mesma para todas as pessoas. Ela está num rol meio de... A palavra amor, assim, né? Amor para cada pessoa é uma coisa. Se eu não me engano, o Foucault, em As Palavras e as Coisas, ele diz que a gente nomeou o mundo pra não sermos loucos, né? Porque se só eu souber que o verde é verde, eu sou considerado louco. Então a gente tem que ter um conceito a respeito e nomear. Mas esse nomear não é o real. Ele é o mais próximo de um consenso.* (Almeida, 2023)

Assim, nos caminhos que seguem os aspectos discursivos acima, os participantes - com exceção de Almeida- visualizam a educação no campo das relações interpessoais, sem deixar de citar, como fez Luís Inácio, pessoas que, mesmo com algum grau de escolaridade, desabonam semelhantes. Na imersão destas palavras e colocando-as na perspectiva dos não-ditos do discurso, podemos ampliar o olhar para que tipo de educação produzida, colocando-as nas relações estabelecidas no âmbito da educação informal que se caracteriza enquanto aquela produzida e instituída nas trocas diárias de saberes em diversos contextos sociais. Luís Inácio,

Stédile e Brown pontuam, ainda, que não é da mesma coisa que todos falam quando dizem esta palavra, atrelando às formas de lidar com a vida e de se estabelecer no mundo.

É de suma importância o reconhecimento dos sujeitos oprimidos enquanto produtores de pedagogias e resistências que em sua concretude de saberes atuam em processos de formação de saberes e aprendizados, valores culturais e identitários, em um movimento contínuo de lutas por humanização perante uma sociedade que despoja suas humanidades (Arroyo, 2018). Por meio das interações sociais um tipo de educação se condensa, os processos de educação informal perpassam pelo desenvolvimento de comportamentos de acordo com grupos sociais aos quais se pertence, não se coloca enquanto carregada de sistematizações, mas com habilidades que influenciam o pensar e agir dos sujeitos (Delorenzi, 2019).

Freire (2022) reitera a importância dos saberes diversos, atestando o caráter permanente da educação, onde todos os sujeitos estão em processos educativos e que, por sua inconcretude, o homem não detém saberes de maneira absoluta e é na constância da superação que a sapiência se faz. As ruas se colocam enquanto fomentadoras de uma educação das relações, dos acordos e da sobrevivência: é neste momento que diversas experiências se entrelaçam, emergindo assim a educação elaborada na urbe, que se manifesta em ações diárias, nas formas em que os sujeitos tecem conexões produtoras de vida.

> Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: Educação? Educações! E já que pelo menos por isso sempre achamos que temos algumas coisas a dizer sobre a educação que nos invade a vida, por que não começar a pensar sobre ela (Brandão, 2017, p.379).

Assim, ao pensarmos sobre as produções cotidianas da rua, remetamos às perspectivas Freireanas para compreender estas complexidades, uma vez que para Freire (2005, p. 20) “o conhecimento do mundo é também feito através das práticas do mundo; e é através dessas práticas que inventamos uma educação familiar às classes populares. Estamos admitindo um modo de conhecimento que é peculiar a elas”.

Lancelotti, Brown e Almeida, consideram a contextualização da palavra “educação” distinta para os sujeitos e a colocam no que podemos considerar nestes discursos, o campo formal das composições atreladas ao ato de ler, escrever, frequentar a escola. Almeida atrela enquanto conceituação mais próxima de um consenso acerca do termo, além de enfatizar as questões do conhecimento acadêmico, condensado em instituições de ensino superior.

A população em Situação de Rua, portanto, compõe o perfil dos sujeitos educandos na modalidade EJA que para Santi (2020) trazem experiências e saberes capaz de potencializar o

processo de aprendizado e de reintegração social, considerando singularidades que muitas vezes são deslegitimadas na cultura escolar.

Portanto, as experiências advindas da rua podem colaborar no sentido de proposituras educativas e compreendam os contextos da urbe e garantam a permanência dos grupos que vivem nas ruas, atuando na perspectiva do acolhimento, territorialidade e pactuações que se coloquem enquanto protetivas do direito humano à educação.

Stédile ao afirmar "eu tenho minha mente e você tem a sua" nos aponta o caráter atrelado à especificidade do ser humano e das formas com que se atesta as formas de encarar as situações adversas neste contexto dos territórios urbanos ao dizer que "minha mente é muito maldosa". O carregamento de um estigma faz com que os sujeitos introjetem questões que lhe são postas enquanto verdadeiras, no caso dos grupos que vivem nas ruas, estas características apontam para processos de isolamento relacional destas pessoas.

Assim, as vozes das ruas nos trazem a reflexão acerca da conceituação e das significâncias da educação de acordo com experiências prévias em suas trajetórias. Além disso, podemos observar o desnivelamento dos discursos, como, por exemplo, a fala de Almeida, destacado por Foucault (2014, p. 21) "que para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e ainda estão por dizer".

A educação, sob a ótica dos colaboradores da pesquisa, está enraizada em uma leitura de que as experiências de vida estão, enquanto fomentadoras de discursos que reverberam e dão forma à localização dos sujeitos na vida. Para Freire (2020), códigos linguísticos estão atrelados às experiências cotidianas, onde a classe popular acumula um conjunto destes que os diferencia da classe dominante, ou seja, dialetos dissemelhantes codificam olhares dissemelhantes do mundo.

Coloca-se em evidência as distintas expectativas acerca dos modos como a educação se apresenta para cada um dos colaboradores, assim como aponta Almeida, "amor para cada pessoa é uma coisa", atestando o caráter simbólico e único de cada experiência apresentada. Nas trilhas que seguem o presente trabalho, as histórias nos apontam para a heterogeneidade do viver e destas educações que se colocam em prática cotidianamente nas ruas e nos apontam caminhos nas múltiplas formas de (re) produção dos saberes.

4.2 Quando eu soltar a minha voz, por favor, entenda! Analisando os discursos

"Quando eu soltar a minha voz
Por favor, entenda
Que palavra por palavra
Eis aqui uma pessoa se entregando

Coração na boca
Peito aberto
Vou sangrando
São as lutas dessa nossa vida
Que eu estou cantando
Quando eu abrir minha garganta
Essa força tanta
Tudo aquilo que você ouvir
Esteja certa
Que estarei vivendo
Veja o brilho dos meus olhos
E o tremor nas minhas mãos
E o meu corpo tão suado
Transbordando toda a raça e emoção
E se eu chorar
E o Sal molhar o meu sorriso
Não se espante, cante
Que o teu canto é minha força
Pra cantar
Quando eu soltar a minha voz
Por favor, entenda
É apenas o meu jeito de viver
O que é amar"

(Gonzaguinha)[37]

Ao iniciarmos aqui a trajetória itinerante das narrativas da rua, traremos a questão principal que norteia o presente estudo: as percepções das pessoas em situação de rua acerca dos processos da negação do direito à educação através de suas reminiscências do período escolar, como se deram suas trajetórias de vida nas ruas, as percepções destas acerca do termo "população em situação de rua", além das questões que apontam para desvelarmos sobre o que os colaboradores acham sobre a importância de uma formação, além de suas considerações acerca dos Direitos Humanos. A partir destas ponderações, suscitaremos reflexões críticas sobre a proposta emancipatória para a Educação em Direitos Humanos na próxima seção.

Dividirei esse grande cenário em seis atos para podermos analisar a amplitude e potências destes relatos. Portelli (2018) reforça a importância do trabalho com História Oral e confere a importância de tais produções que não se encerram nas entrevistas ou publicações, se colocando enquanto ferramenta útil para comunidades e indivíduos. Assim, nos caminhos que seguem, as narrativas e memórias da rua se colocam enquanto vias de emersão de subjetividades que se constroem à céu aberto.

Ato 1: Gente espelho da vida, doce mistério[38]: das histórias de vida.

[37] Letra da música "Sangrando", interpretada por Gonzaguinha.
[38] Caetano Veloso: Gente

A minha história de vida, eu cheguei na rua através do crack, né? Se não fosse o crack, eu nunca tinha chegado em situação de rua, porque eu sou profissional, sou cozinheiro profissional E sou pedreiro na construção civil. Então eu sempre tive estabilidade. Eu nunca precisei de ninguém. Eu sempre trabalhei, sempre paguei minhas contas, sempre vivi minha vida. Só que a partir do momento que eu conheci o crack, a minha vida foi se acabando. No começo não, porque eu ainda tinha dinheiro, eu ainda dava pra me segurar. Depois eu perdi dinheiro, perdi família, casamento de oito anos. Perdi família principalmente por causa de briga, de droga, que eu se drogava, minha família não gostava... Tentaram me ajudar muito! Eu sempre fui fechando as portas, então, no caso da dependência aqui eu posso pegar dinheiro na minha mão, porque eu vou me drogar. Então isso tudo acarretou, eu vim em situação de rua porque eu estou hoje passando por isso. (Luís Inácio, 2023)

A minha vida foi mais na rua... Eu saí de casa com 9 anos de idade, fui pra rua, parei de estudar - não me interessei mais. Só vivia na rua fumando droga, se acabando nas drogas. Estou até aí batalhando pra sair dessa droga, quero minha família de volta. Saí com 9 anos... Por causa do meu padrasto. (Stédile, 2023)

Convivo na rua 29 anos. Perdi minha mãe com 10 anos de idade. Aos 10 anos eu fui menino de rua. Perdi 4 irmãos, morreram anjos, não cheguei a conhecer. Meus avós morreram também, não cheguei a conhecer. Aos 10 anos eu fui menino de rua. Aí, com 15, 16, peguei uma doença chamada hanseníase. Anemia, infecção no intestino. Passei um mês e quinze dias internado. Saí pesando 30 quilos. Aí me recuperei dessas doenças, venci. Tive cura, graças a Deus. Aí hoje vivo em situação de rua do mesmo jeito, lutando contra a vida. Aí ando em busca de melhoras. Queria, novamente, que o governador o prefeito olhasse com mais amor e carinho. Governasse com amor, não por interesse, e ajudasse a gente a sair dessa situação crítica. A minha história de vida é... Sou auxiliar de cozinha, sou cozinheiro. Sou segurança, sou vigilante. Sou professor de muay thai. Treinei de 3 a 6 anos. Não me lembro mais, 6 anos. De artes marciais, minha faixa é roxa. Sou jardineiro. Sou segurança. É a área que eu gosto mais, de vigilar. Vivo na rua, não por questão de viver, porque não tenho onde morar. 29 anos, estou em busca de um canto para mim morar e dizer que é meu. Não bebo, não fumo, não uso droga, sou cristão. Estou na rua em busca de uma esperança. De alguém que Deus toque no coração, que me dê um canto para mim ficar. Para que eu possa bater nos peito e dizer que é meu. Quando eu era novo, minha família tomou um canto. Meu pai morreu e deixou para mim. Hoje eu vivo em situação de rua. É uma vida que eu não devia ter. (Lancelotti, 2023)

Minha história de vida agora a pouco se resumiu à eu me entender onde foi que eu comecei a viver, né? Me vi em uma favela, uma situação onde minha casa era a primeira, perto do rio. E qualquer chuva que desse alagava, alagava, era aquela coisa de correr, de tirar o pouco que a gente tinha. E se salvar mesmo. Aí a situação de pobreza, minha mãe nunca trabalhou, nunca foi alfabetizada também. Fugiu do meu pai por situações de violência. E se viu na rua comigo, até que ela encontrou com um rapaz e começou uma vida nova com ele. Só que esse rapaz era o mais complicado possível, né? Onde veio até situações de violência, de todas as violências possíveis. E gerou até outros irmãos, que não eram minhas irmãs originais, com meu pai, com ela. E foi só piorando, cada vez mais... Até que um dia eu tive que defender minha mãe o máximo possível para que ela não perdesse a vida. E ela, mesmo assim, defendeu ele, né? Defendeu ele e aquilo ali me doeu muito. Não da forma que

> *ela estava defendendo, porque provavelmente poderia dar ruim para mim como filho dela. Mas da forma que ela falou. Ela falou como se ele fosse meu pai realmente e fazia de tudo para que a gente fosse uma família feliz. Quando na verdade não, era tudo eu. Desde pequeno era tudo eu! De conseguir comida, de conseguir dinheiro, de conseguir roupa. E ao ponto de eu chegar com as coisas vindo da escola, que eu sempre estudei desde pequenininho. Sempre foi normal, até certo ponto da desistência. Chegar em casa depois da escola, e se eu não chegasse com nada, a violência era certa. Então eu sempre tinha que trazer alguma coisa. Não podia dormir, tinha que ficar observando a pessoa dentro de casa, no caso meu padrasto. De modo a ele fazer algum mal à minha mãe, ou a mim, ou minhas irmãs. E muitas vezes acompanhando ele nas drogas, que ele estava se drogando. Não tinha direito de comer o que eu trazia não. Era só isso. Não tinha direito de... Mesmo eu batalhando, não tinha direito da comida que eu trazia. Uma infância bem sofrida, né? Era no bairro São José, ou não? Era 13 de maio. 13 de maio? na tem 13 de maio. Favela Comunidade Riachinho.* (Brown, 2023)

> *Então, tudo começou em 86, né... que eu vivia em São Paulo, era um cara urbanoide, já tinha trabalhado de office boy, trabalhos em São Paulo gráfica, e no período eu tava trabalhando com cálculo de pesquisa de mercado e fazia parte do movimento punk daquela época, e por desentendimento em casa, com meu pai, eu fugi de casa e fui pra o Acre. Em 86 eu fui para Rio Branco, no Acre. Aí arrumei um trabalho no jornal, fiquei um tempo trabalhando como fotógrafo e laboratorista nesse jornal e dali arrumei um trabalho com povos indígenas, para ser ajudante, "faz tudo" na embarcação, e a gente começou a trabalhar com povos indígenas ali, e daí por diante eu comecei a me interessar por viajar. Aí quando eu saí do Acre eu tinha a opção de voltar para São Paulo ou ir para Manaus. Eu acabei indo para Manaus. Não gostei de Manaus, fui pra Roraima, fui morar em Boa Vista. Quando eu cheguei em Boa Vista ainda era território nacional, não era nem estado...A partir daí eu comecei a viajar a Amazônia fazendo diversas coisas, fui embarcado, fui fotógrafo, trabalhei em bar, fiz várias coisas pela Amazônia, conheci quase todos os estados. Na época, Tocantins ainda não existia, então conheci todos os estados da Amazônia, Tocantins eu vim conhecer depois. Então, minha história de viagem é muito longa, então acho que só para ter uma introdução mesmo, eu vivi viajando por muitos anos, com exceção dos casamentos, que eu tive dois, um de cinco anos e um outro de quatro anos. Fora isso, eu viajei a minha vida toda*. (Almeida, 2023)

Aqui se desvelam trajetórias de vida em um caminhar entrelaçado de rupturas e que se assemelham em relação à fragilização dos vínculos protetivos familiares, já na infância, como narrado por Stédile, Lancelotti e Brown. Há nestas memórias um atravessamento de sofrimentos que acabam por desembocar nas trajetórias de vida nas ruas. Estas fissuras dos laços de filiação se colocam enquanto marco de processos violentadores e pautaram decisões que definiram os destinos dos colaboradores da pesquisa. Paugam (2019) aponta que os vínculos de filiação abrangem aqueles de cunho familiar, consanguíneo, fundada em relações de parentesco, ampliando-se para outros indivíduos, constituindo assim, premissa absoluta de pertencimento social e função identitária e socializadora, garantindo aos indivíduos proteção e segurança afetiva.

A transição para a rua se dá a partir destas fragmentações da vida, onde a cidade se coloca enquanto construtora destas identidades que agora são abraçadas pelo urbano, a partir de processos de territorialidade. Assim, Santos (2001, p. 96) define:

> O território é o chão e mais a população [...], o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população.

As necessidades cotidianas são então adaptadas conforme o estabelecimento destas relações, construindo laços com o ambiente, culminando em relações afetivas, ajustando as espacialidades as suas necessidades diárias (Dantas, 2021). Neste contexto, outros processos de vinculação tomam corpo e garantem a permanência destes sujeitos nos espaços da urbe, amenizando situações de criticidade no desenrolar da vida. Almeida, enquanto sujeito desejante, narra sua trajetória de andarilho e das expressões manifestas de como se estabeleceu nos territórios mediante atividades laborais diversas. Assim, as táticas de vida adotadas e as novas significações nestes percursos se dão mediante um conjunto de regras e valores firmados nesta ética da rua.

A projeção das perspectivas futuras é colocada nas narrativas de Stédile e Lancelotti, como o retorno ao convívio familiar e a conquista de uma moradia, respectivamente. As incertezas do cotidiano e as sistemáticas violações de direitos contra estas populações estagnam sonhos e silenciam histórias e reminiscências. Assim, os laços de participação eletiva são fundamentais nestes caminhos enquanto fortalecimento das práticas solidárias da rua. Paugam (2019) define este processo de vinculação, referindo como as de cunho extra familiar, onde conexões se estabelecem no sentido da necessidade de integração e construção de uma rede de pertencimentos de forma autônoma, criando sentidos aos seus processos identitários, em uma rede em que é formada a partir de desejos.

Nestes fios de narrativas e memória que seguem, a chegança nas ruas, os percalços nestas trajetórias de vida são trazidos enquanto elementos que nos apontam caminhos reflexivos sobre as populações que estão à margem da sociedade formal. A urbe então apresenta-se enquanto lugar de memórias, sejam individuais ou coletivas que para Chartier (2009, p. 21) conferem-se de forma mais poderosa ao passado com mais potencialidade “do que a que estabelecem os livros de história”.

As reminiscências, embora estas nem sempre encontrem perpetuadores, estão em uma relação de interesse com a conservação da narrativa, as quais são uma forma artesanal de um comunicar em uma imersão na vivência do narrador, imprimindo sua marca e intercambiando

experiências (Benjamin, 1987). São estas narrativas que tecem as conexões de histórias da rua que, em sua pluralidade, nos proporcionam trocas de experiências e, como afirma Freire (2005), narrativas enquanto exercícios que tecem memórias em um desafio contínuo de apoderamento do que é narrado.

Ato 2: Mistério do planeta, "eu não passo de um malandro, de um moleque do Brasil, que peço e dou esmolas"[39]: dos viveres nas ruas à conceituação do termo População em Situação de Rua para os nossos colaboradores.

> *Eu acho que tem dois termos de vida. Tem pessoas que estão em população de rua porque quer, porque já se acostumou com essa rotina de rua, de droga, bebida, essas coisas. Tem outras que estão em situação de rua que aqui não quer, mas está porque não tem outra opção de vida pra viver. Você está ali esperando um apoio, uma assistência. Então são dois tipos de situação de rua, são moradores de rua e outros de situação de rua. E o que é viver na rua pra tu? É perigo. A rua não é boa pra ninguém. Tudo é difícil. Um banheiro, uma comida, uma higiene pessoal. Tudo é complicado, é triste, é desanimante. Principalmente quando chega a noite. A noite você se sente sozinho. É onde bate a depressão. É por isso que a medicação serve pra isso, pra você diminuir a depressão. Porque a depressão na rua é dez vezes maior.* (Luís Inácio, 2023)

> *É um sofrimento. Na rua é um olho do gato e outro no peixe. É uma covardia atrás da outra. Não dorme, só faz cochilar. E não presta não. Na rua. Só tô na rua por que é a opção. Não quero voltar por causa do meu padrasto. O que tu acha do termo População em situação de rua? Rapaz, nem sei falar, explicar, viu? É ruim. Não é coisa boa na rua, não. Muito ruim. Demais. Chuva, sol...* (Stédile, 2023)

> *Viver na rua é você sentir na pele o que o seu irmãozinho sente. Dormir na rua, no frio, no relento. É você depender de comunidade, depender de gente que tem um bom coração. Uma parte que te compreende, outra parte da sociedade não te compreende. Eu agradeço a Deus, agradeço o Ministério da Cidadania que abriu a porta pra mim, o Ministério da Cidadania que abre esse Centro POP, o Ministério da Secretaria de Assistência Social que nos ajuda. Não é nós que ajudam, nos ajudam. Agradecer aqui a Dona Amparo, que era uma pessoa muito boa, que nos ajuda muito. O funcionário, todos os educadores que tem muita paciência com a gente. Mas viver na rua não é fácil, é complicado. O que você acha do termo população em situação de rua? É um termo que o governo devia olhar com muito amor sobre esse e ajudar mais. Devia pensar só em si. Devia pensar mais um pouco na situação de rua. Fazer abrigo, fazer mais Centro POP, mais casa de recuperação, fazer mais clínica pras pessoas se tratar. Fazer consultório de rua. Existir mais saúde. Tem muitos moradores de rua que tem vontade de botar seus dentes, não bota, que não tem. Tem muitos moradores de rua que precisam de lençol e não, às vezes não tem, precisam de alguma coisa pra dormir. Quem é que não sonha em ter sua casa? Eu sonho em ter um do meu quartinho. Nossa, não é casa, é um quarto com uma televisãozinha pra mim chegar e assistir.* (Lancelotti, 2023)

[39] Trecho da letra da música "Mistério do Planeta", interpretada por Novos Baianos.

A convivência na rua, ela acarreta pra mim sempre algo novo. É uma apreensão do que vai acontecer, até das pessoas que vem. O que é que elas lhe veem de volta, o que é que elas estão pensando de você. Se você é uma pessoa boa, se elas vão poder lhe ajudar, se elas não vão. Ou vão fazer um mal, pior, entendeu? E não dá pra dormir na rua. Tem muita gente que consegue e não consegue. E se ela estiver dormindo, ela se drogou, fez alguma coisa que ela ali, ela está impossibilitada mesmo até de pensar. Aí ela conseguiu dormir, mas não dá pra dormir na rua. Não dá pra confiar. E a gente, quando se vê assim, é como se tivesse caído, caído dos últimos, dos últimos patamares a ser pior que um bicho. O olhar das pessoas, o modo que elas falam, às vezes você quer somente um copo de água, e é muito difícil você chegar pra uma pessoa e pedir até um copo de água, a situação que você se vê. Você se vê indigente, né? Indigente mesmo. Tem muitas pessoas que... Boas, ainda, que mesmo sem você falar nada, ainda lhe ofertam alguma coisa. Mesmo assim, você ainda fica com o pé atrás do que é que ela quer, já sabendo que a violência sempre é certa. Muitas vezes na rua, 95% das vezes, alguém que lhe ofertar alguma coisa, ela tá querendo algo em troca. Isso aí eu já fiz uma base na minha vivência. É isso mesmo. Entendi. O que é que tu acha do termo população e situação de rua?? É muito... É muito... Como é que se diz? Tem muitas... O termo população, situação de rua, é muito abrangente, tem muito significado. Porque, vou tirar uma base assim, um filme. Quando você assiste um filme que tem aquele ator, que ele se encontra afastado de uma situação que ele vivia, né? Sendo, vamos dizer, que ele era do FBI. Aí ele se aposenta, mesmo assim ele não perde as habilidades dele. Onde ele olha no meio da rua, ele sabe o que está se passando, quem é bom e quem é mau. E a situação de rua é isso. A gente só consegue ver realmente quem está passando lá. Aí, o que eu disse que é abrangente é isso. Tem pessoas ali que são boas, entendeu? Tem pessoas boas, tem pessoas que estão pra fazer o mal, tem pessoas boas, que são "inteligencíssimas", tem pessoas que não sabem nem o que estão fazendo ali, entendeu? E às vezes até nem se encaixam naquele padrão ali. Mas por algum motivo, só pesa na vida delas mesmo, que elas sabem, e mais o peso de viver na rua elas conhecem, conhecem. (Brown,2023)

Então, viver na rua, pra mim, começa com o artesanato, né, porque esse período da Amazônia, eu tinha que ir até algum lugar, arrumar um trabalho e permanecer um tempo em cada lugar e, normalmente, não morava na rua, alugava um quartinho, um lugar. Mas quando eu começo a fazer artesanato, eu começo a viajar, né, eu crio outra dinâmica, porque aí o meu trabalho vai comigo, né, e viver na rua era sinônimo de não ter muito território, né, de eu poderia dizer, assim, um nomadismo moderno, né, porque nômade é dado o termo para grupos, né, mas eu sempre fui solitário, eu sempre gostei de andar só. E viver na rua começa com o artesanato, eu vou de um lugar pra outro, tem uma dinâmica de não permanência em lugar nenhum, né, ando o maior número de lugares possíveis, no tempo que me cabia. O próprio artesanato te obriga a isso, né, porque você chega numa cidade pequena, 1% dessa cidade ou menos consome artesanato. Depois que você vendeu um artesanato para essa pessoa, ela só vai comprar depois de um ano ou quando aparecer outra pessoa lá vendendo. Então você tem que sempre estar num lugar novo para ter um público novo. Passei um tempo viajando de carona, de ônibus, né, pegava o ônibus, pagava uma passagem e logo arrumei uma bicicleta e um cachorro. Aí eu tinha uma autonomia maior, né, que era poder sair da cidade no momento que eu queria. E a galera do artesanato, né, o hippie, ele não se vê como população de rua, né, ele se vê como viajante, ele se vê como nômade, mas não como população em condição de rua. Apesar de dormir na rua, né, ele não se autodenomina assim. E eu parei de fazer o artesanato quando a

> *bacana (cadela) adoece, né, aí que eu venho conhecer o termo pessoa em situação de rua. E, sinceramente, eu acho um termo menos pejorativo, porque antigamente se dizia trecheiro, né, mendigo, como é que fala? Tinha outro termo... mas, né, que são termos bem mais pejorativos.* (Almeida,2023)

As perspectivas sobre quais aspectos são mais relevantes para a vivência nas ruas apontam para uma criticidade em relação ao suporte de período noturno, devido a um déficit de albergues no município de João Pessoa, ao passo que há uma demanda crescente de pessoas nos espaços públicos. Situações de violência, roubos de pertences, fazem parte deste cotidiano nas ruas, sem deixar de considerar que, em certos espaços, existem acordos de convivência em que certas práticas não são aceitas e, para Andrade, Costa e Marquetti (2014) estes códigos com regras mudam conforme a localidade.

Situações de adoecimento mental são ressaltadas por Luís Inácio, problema recorrente junto a este grupo, além das questões deficitárias em atendimento de atenção básica, assim como narra Lancelotti, tendo impactos significativos na autoestima destas pessoas e são potencializadores nos processos de isolamento relacional.

Watte e Romanini (2019) rememoram as formas com que as pessoas que viviam nos espaços públicos recebiam punições das instituições que, em sua desumanidade, recolhia sujeitos de forma involuntária, isolando-os e culpabilizando-os. Na atualidade, os autores, identificam por meio de narrativas as situações de risco relativas à saúde mental dos indivíduos, com ideações suicidas e tentativas de autoextermínio devido as inúmeras problemáticas cotidianas.

Dos cinco entrevistados, três frequentam o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras drogas (CAPS AD), que atua enquanto suporte nas questões de saúde mental, seja por uso de substâncias psicoativas e/ou algum tipo de sofrimento psíquico. Tais questões se exacerbam nas ruas, já que estas pessoas têm de lidar com rupturas, estigmas e todas as precariedades destas vidas invisibilizadas.

Os modos com que Luís Inácio atesta as formas de inserção nos espaços públicos, se caracteriza enquanto “ser da rua” ou “estar na rua” segundo as formas de inserção nos espaços, que pode ser temporária ou não, corroborando assim com o que aponta Andrade, Costa e Marquetti (2014), para os quais o estar na rua caracteriza-se em adequação ao espaço público progressivamente, já aqueles que são da rua estão sob a ordem estabelecida da rua enquanto local de moradia, trabalho em uma progressão da desvinculação das redes sociais de suporte, adotando as táticas, éticas e códigos da vida no urbano.

Almeida rememora a forma pejorativa em relação à denominação das pessoas com alguma trajetória de rua, que narra enquanto “trecheiro”, “mendigo”, e que ao longo da história transformaram-se no que na atualidade denominamos População em Situação de Rua. Além disso, atesta a condição no nomadismo, que não se coloca dentro desta categoria.

As categorizações criadas para a nomeação dos habitantes do espaço urbano, se reconfiguram expressando situações limite da pobreza brasileira e, a partir dos anos 2000, o termo “População em Situação de Rua” consolida a situacionalidade e o sentido das múltiplas questões que levam os sujeitos às ruas, rompendo com nomenclaturas estigmatizantes deste fenômeno (Cunda; Silva, 2020).

> No limite, a rua acolherá muitos dos nomes malditos ou não-ditos da cidade. A provisoriedade ou a situacionalidade do assentamento na rua é, antes, uma regularidade presente nas grandes cidades. A vida rueira afirma, frente ao desamparo vivido, um modo de vida urbano, habitando a cidade em seus restos, espaços ocos, invisíveis, sustentando-se das efemeridades, com laços de proteção instáveis e tênues, que são tão facilmente rompidos quanto refeitos, negociando cotidianamente sua cidadania (Silva; Cunda, 2020).

A precariedade da vida deste grupo não se apresenta apenas no sentido das condições materiais, mas também das vias referenciais onde, muitas vezes, a residência torna-se mais deficitária que a própria rua. A transitoriedade entre albergues, abrigos e a rua também amplia o leque de sujeitos que se incluem no termo contido em política nacional (Prates; Nunes; Bulla, 2022).

O acesso às políticas que emergem após a política nacional de 2009 são narradas por três dos entrevistados, por meio de equipamentos como o Centro POP, que em João Pessoa é localizado no centro da cidade, local de permanência do colaborador, o que nos aponta da importância desta territorialidade e redes de suporte no sentido do acesso aos serviços disponíveis na rede de saúde e socioassistencial.

Almeida trata, ainda, do desejo de não permanecer em grupos, uma prática que também é adotada por alguns indivíduos que não se adequam ao coletivo devido a diversos fatores, tais como o uso de substâncias psicoativas e estruturas de personalidade que não conseguem lidar com um excesso de pessoas.

A vida nas ruas se manifesta por uma pluralidade de experiências e, com isso, os desafios desta coletividade tem que lidar com a imprevisibilidade de situações. O entrevistado Brown ressalta acerca dos saberes diversos nestas ruas das inteligências múltiplas, nos colocando a considerar a potencialidade dos processos de educação não-formal que acontece em meio urbano nesta amplitude relacional e a diversidade educacional, advindas de experiências prévias

de escolarização, colaborando em múltiplos aspectos e facilitando processos no cotidiano da urbe.

Ato 3: Sempre fui sonhador, é isso que me mantém vivo: vivências do período escolar

> *Escola, tipo assim, estudo normal? Era bom demais! Na minha época eu era uma pessoa normal...Não tinha essa dependência de nada, era bom demais. Mas parei com os estudos porque na época eu engravidei uma mulher, tive que me ajuntar pra comprar leite e fralda. Minha mãe era um pouco rígida. Minha mãe era pessoa do sítio. Então, na época que minha mãe descobriu que a menina estava grávida, minha mãe falou "Agora você vai parar de estudar pra trabalhar, pra sustentar seu filho, porque eu não vou sustentar não", aí deixei a escola no primeiro ano, era pra fazer o segundo e terceiro, aí depois tentar fazer um curso, uma faculdade, só que aí não deu tempo porque eu tive que trabalhar e ficar arrumando alguma coisa, isso sem nem saber trabalhar, porque eu nunca tinha trabalhado. Nessa época eu morava na casa da minha mãe, aí tive que me virar, eu tinha que criar filho e mulher, então foi nessa hora que eu parei com os estudos.* (Luís Inácio, 2023)

> *Parei faz muitos anos de estudar... Tu estudou até que série? Quinta. E como foi nesse período? Só briga, (risos). A professora passava eu de raiva. Como era isso? Passar de raiva? Passava porque ela não queria eu na sala Ela passava já para outra sala. Tu acha que era por quê? Essas brigas todas? Criança, né? Brigava muito com ela. Era ela e meu irmão brigando, brigava com os meninos de lá. Pra mim de lembrança boa tem não, só negócio triste.* (Stédile, 2023)

> *Eu passei uns meses na escola. Eu estudei até sexta série, não concluí toda. Eu gostei muito. Quando eu estudava, eu tirava 10 de ciências e minha prova mais que eu amava era ciência. Estudava muito corpo humano. E hoje, por eu não ter mais essa possibilidade de estudar, por, por eu estar na rua, por eu ser discriminado, sofro com uma doença que é chamada transtorno mental. Tenho ansiedade explosiva, tenho aids, tenho vitiligo, que não tem cura. Aí, depende, primeiramente, de Deus, segundo das pessoas. De Deus, que é o caso do coração. Que lembranças desse período da escola, assim como era? Eu era muito bom. Quando eu era novinho, eu me lembro. Mesmo eu doente, com anemia, provocando, passando mal. Aí a diretora me levava para a escola, para a diretoria, me dava comida, me alimentava. Tive uns professores muito bom. Passava muita dificuldade nesse período da escola? Passava, porque não tinha o que comer. Aí, às vezes, ia para a escola, tomava um sulfato ferroso de jejum. Aí na escola, a nove horas, passava mal, provocando. Tive muita dificuldade. A minha vida toda foi perda. Nunca ganhei nada.* (Lancelotti, 2023)

> *Tenho lembranças muito boas do tempo de escola. Como eu sempre procurei arte, sempre procurei coisas boas, né? Sempre estar envolvido com tudo, todas as temáticas da escola. Eu sempre estava ali junto. Mas acontecia... Quando eu chegava em casa, eu não tinha... Na escola eu não tinha aquele apoio do que acontecia em minha casa, né? E me impossibilitou de terminar meus estudos. Ou eu trabalhava, ou eu estudava. Me impossibilitou... Eu achava que eu tinha que trabalhar, só trabalhar, ter um dinheiro bom para tirar minha mãe daquela situação. Minha mãe e minhas irmãs, né? Daquela*

> *situação, do meu padrasto que era mal com a gente. E pronto. Mas a vida foi passando, foi crescendo, a escola pra mim foi ficando um pouco longe. Já não se encaixava mais no quadro de necessidades mesmo. O mundo foi mudando, né? A minha convivência, a minha vida foi mudando. E foi ficando cada vez distante. Mas sempre ficou o sonho no meu coração de como seria continuar, né? De uma forma diferente de como seria. E lá, no meu ver, sempre foi a esperança. Até que eu retomei a esperança, né? Agora há pouco. Que era isso que faltava. E eu me preenchi. Me preenchi quando fui aceito na escola.* (Brown, 2023)

> *Bem, meu período de escola na infância não foi muito bom porque eu mudei para o interior, fiquei um período, meu pai era comunista então eu era o filho do comunista alcoólatra, né? E assim, a escola era um lugar bem opressivo, na verdade... Aí quando eu volto a São Paulo, eu vou para uma escola de religiosos, de freira aí ficou pior, porque aí eu lidava só com classe média, burgueses, discriminação e meu aprendizado era muito complicado, eu não conseguia acompanhar, né? Então assim, para mim a escola sempre foi uma coisa muito opressora.* (Almeida, 2023)

As situações narradas são marcadas por violações diversas que, em meio a condições estruturais de pobreza, acabaram por afastar estas pessoas da escola, em mais um rompimento brusco nestas trajetórias, principalmente por questões de sobrevivência e a forma opressora com que o sistema fomenta a exclusão da escola, sem ampliação do olhar para a diversidade de experiências humanas. Retomemos, assim, ao conceito Freireano de expulsão, onde a adoção deste termo se dá atrelada às condições que impactam a permanência dos educandos no sistema escolar, que adota a nomenclatura "fora da escola" amenizando a perversidade dos dados estatísticos (Freire, 2020).

Almeida ressalta o caráter opressor da escola em sua trajetória, perante as singularidades de suas problemáticas familiares, além das questões político-ideológicas e de classe que impactaram sua caminhada no período em que estudava, refletindo no olhar que ele hoje lança para as instituições, em sua leitura do mundo, tidas enquanto controladoras. Stédile não aponta aspectos positivos neste período, relembrando situações conflituosas: "Pra mim de lembrança boa tem não, só negócio triste", localizando as condições desta ruptura ainda na infância. A violência descrita, manifesta-se enquanto reproduzida de experiências prévias, principalmente advindas do eixo familiar, que se mantém nesta zona de formação identitária.

> Uma ideologia autoritária, descriminadora do menino popular, do corpo do menino popular, do cheiro do seu corpo. O menino cheira mal, o menino mora num mocambo, o menino está solto, o menino não é educado, não tem jeito, não tem um bom comportamento. Pior ainda: o menino não sabe de nada! (...) para saber, basta estar vivo (Freire, 2020, p. 225).

Em contrapartida, Luís Inácio, Lancelotti e Brown rememoram de forma positiva o período escolar, da importância dos vínculos nas situações de acolhimento recebido perante as

dificuldades cotidianas, o entrevistado Brown encontra a “retomada de esperança” através do seu retorno à escola, na modalidade EJA, recentemente, trazendo preenchimento de sentidos e concretude aos seus projetos de vida. O sentimento do esperançar move-o mesmo perante a situação em que se encontra, em um movimento de ressignificação e reinvenção de seu lugar no mundo, posicionando-se enquanto sujeito autônomo de seus processos de reintegração social e vínculos de cidadania, em mais uma aposta de superação das opressões.

A educação, enquanto direito, atua enquanto instrumento que fomenta a efetivação e o desenvolvimento da personalidade, promovendo o princípio da cidadania, capacitando ao diálogo, além de participação na vida política em uma ação, atuando como ferramenta transformadora das classes sociais (Alécio; Fermentão, 2021).

No meio do caminho havia pedras dispostas ao longo do trajeto de forma voluntária, por um sistema que desassiste e invisibiliza corpos que não são apenas estrutura de ordem biológica, mas que habitam histórias que, em manifestações diversas, colocam-se perante a vida, construindo maneiras de superação destes obstáculos que minimizam e deslegitimam suas existências. Freire (2020) descreve que a autodesvalia é característica das classes oprimidas, sendo este o resultado da internalização de estigmas que os colocam em posição de inferioridade em um processo de autoconvencimento de sua incapacidade.

> **Ato 4**: - A Refavela revela o salto que o preto pobre tenta dar: percepções sobre estar em situação de rua e frequência escolar e as afetações simbólicas da negação do direito humano à educação.

Neste ato, duas questões norteiam as narrativas que seguem: “você acredita que mesmo em situação de rua poderia frequentar a escola?” e “você acha que é importante ter uma formação?”.

> *Poderia, é normal. Tipo assim, é porque poderia e não poderia. Tem dois termos, por que a situação de rua, quando você frequentar a escola eu vou ver, você não tem direito a um banho. Como você vai pra escola fedendo? Sujo, por que você deita no chão. É que nem eu tenho uma frase “Você deita limpo e acorda sujo”, porque o chão está cheio de bactéria ou alguma coisa parecida. Então você bota uma roupinha bem cheirosinha, deita ali, mas quando acorda ela está fedendo. Então eu acho que não. Eu acho que não tenho condições. Eu pensava que poderia? Não, porque você não tem um banho. Você não tem uma alimentação. E pra você ir pra escola você está bem, você não vai chegar na escola fedendo, você não vai chegar com a roupa suja, rasgada, porque mesmo que seja igual ao público, uma escola ela não vai aceitar você entrar desse jeito. Entendeu? Não que seja preconceito, é porque é uma norma do serviço. Eu acho só que se tivesse uma organização muito boa pra isso, tá? Porque o tipo de escola que nós vivemos hoje, eu acho*

que ela não tinha organização da população de rua, nem sistema, nem apoio pra isso. Tá, só se fosse uma escola separada. Tipo assim, vamos supor, o prefeito montou uma escola só pra pessoas de população de rua, porque aí essa população podia chegar do jeito que chegasse e era atendido, pronto. E até a pessoa, o sistema na escola, não, o sistema não tá preparado pra receber pessoas de população de rua. Onde é que tem que ter um vamos suporte, por exemplo, a escola tem um banheiro ali, vá tomar um banhozinho, vá entrar pra sala de aula. Então, aquele, é muita gente na rua que fica fedendo. O que que é? Porque não tem é um diploma, alguma coisa só que que dê acesso a você entrar na rede de trabalho. Isso é difícil demais, é complicado que nem eu, sou profissional, sou cozinheiro profissional(...) Só que eu não tenho diploma de nenhum dos dois, o meu é na prática, no bruto, eu aprendi tudo no bruto, olhando. Vamos supor que nem um mestre de obra, um engenheiro. O engenheiro que estuda para ser engenheiro, mas ele não sabe meter a mão ali, entendeu? Quantas vezes eu cheguei em uma obra para me atrapalhar o engenheiro com a planta, me dava a planta da obra, aí você vê os cantos de canoeiro, onde você tem que fazer cabeça, tem que quebrar tijolo, só que o engenheiro ele sabe isso da planta, mas ele não sabe pegar a colher de pedreiro e ir lá e fazer. Então o cara que estuda para ser engenheiro, ele só estuda para a planta, mas na mão bruta, você pode notar que ele não sabe se virar em nada. Então o que acontece? Apenas duas profissões que eu tenho, eu aprendi no bruto. Então hoje em dia eu entro num restaurante, eu entro numa profissão civil, porque eles veem o currículo que eu sei no bruto. Quando eu chego num restaurante, eu vou assistir o currículo, que eu falo com o seu cozinheiro, a primeira coisa que o dono faz é o quê? Você vai fazer um teste. Então ele me dá um dia de teste. Eu faço o teste, ele vê que eu sou cozinheiro mesmo, pronto, você passou. Então agora o diploma adianta mais porque ali já está escrito o que você é. Você não tem que provar nada para eles. O diploma já está dizendo ali o que você é. Então ali já sabe o que você é. Mas sem o diploma fica difícil você entrar em qualquer trabalho. (Luís Inácio, 2023)

Poderia, e é o que eu quero, voltar a estudar. Na rua também, quando eu estou indo para a escola, o cara aprendendo alguma coisa fica até as nove horas, o cara ainda dá para quebrar o pé, para arrumar uma coisa para dormir. Mas eu queria estudar. Então tu acha que é possível? Dá. Tu acha que é importante As pessoas terem uma formação? Em relação ao estudo? Por que tu acha que é importante? O cara tem formação em estudo? O cara vai aprender a educação que passa. Eu não estudei bem mas não entendo quase nada, mas estou aí, eu quero voltar a estudar. (Stédile, 2023)

Acredito que a prefeitura, junto com a Secretaria de Assistência Social, de Desenvolvimento Social, o governo do estado, deveria olhar mais para a população de rua, porque quanto mais a pessoa aprende a ler, estudar, ela se desenvolve em alguma coisa. Porque aqui, todos que estão na rua tem uma inteligência. Tem os que aprendem, tem os que não existem, tem os que são votadores. Está faltando isso, experiência, mais estudo, mais educação, mais segurança, mais saúde. Certo, você acha que é importante ter uma formação? Você acha que é importante ter uma formação em alguma coisa? Se eu pudesse me formar, eu me formaria. Se eu pudesse, assim, fazer um curso, eu o fazeria de vigilante. Se formar é muito tempo, porque já dou conta de nove anos. Para mim, se formar, no mínimo, era com 45. Entendi, entendi. Tu acha que é importante ter uma formação? As pessoas terem uma formação? É exclusivo a senhora. A senhora estuda, faz faculdade, tá tentando se formar

> *no que a senhora quer. Mas nada é impossível a senhora. Porque a senhora tem força e garra de vontade.* (Lancelotti, 2023)

> *Você acha que mesmo em situação de rua poderia frequentar a escola? Você acha que as pessoas, mesmo em situação de rua, elas tem condições de frequentar a escola? Assim como você está frequentando agora? Tem sim, né? Tem sim. Agora precisa de muito apoio. Seja ela adolescente, criança, ou o apoio das mães e do pai que estão na rua, ou ela por si só precisa de muito apoio. Porque quando sai da escola, a situação que ela vê continua a mesma. É um resultado que ela vai ter para o bem, mas ainda é muito distante, é lá na frente. Então tem que acreditar todo dia. Até porque tudo mudou. A tecnologia mudou, a comunicação das pessoas mudou, o mercado de trabalho também mudou. Até mesmo o valor do dinheiro não é mais o mesmo. Conforme você trabalha, um bico, né? Se você não tem uma profissão, mesmo na carteira um bico, até o valor do dinheiro que você ganha é muito pouco. Você acha que é importante ter uma formação? Conta um pouquinho a respeito. É importante, sim. É importante, mas ainda é muito escasso isso, a possibilidade dessas formações. Na escola eu sempre ainda tenho essa pulga atrás da orelha de... Pra onde é que eu vou depois, né? Onde é que eu vou continuar? E, na escola, uma coisa que faltou, assim, e eu acho que falta... Não sei se é porque eu ainda não me enturmei em entrar no mundo de hoje. No mundo de hoje, que tá diferente de tudo. O português mudou, a geografia também mudou, mudou a matemática. Muitas coisas mudaram, né? E pra gente se encaixar, depois que se perde muito tempo sem escolaridade, sem estar no meio ali de oportunidades boas, fica um pouco distante. Fica um pouco quase... pra abrir os olhos, né? Precisa, assim, de uma orientação bem quente pra você poder, quando você terminar seus estudos, saber realmente o que é que vai acontecer depois. Se você continua estudando, se você realmente já vai pra uma empresa e consegue um trabalho. Consegue essa incerteza, né?* (Brown, 2023)

> *Olha, eu conheço filhos de hippies, né, nômades, que estudam, na época, eu não sei se hoje ainda pelo MEC, né, mas eles têm um termo, peraí, que eu vou lembrar o nome...Que é para crianças de circo, circense, hippies, ciganos. Eles têm o direito a estar na escola, estudar. E quando o pai muda para outra cidade, eles tem uma vaga garantida, chama Lei do Nômade. Tem uma vaga garantida na outra escola mais próxima do trabalho do pai e da mãe, então eu sei de crianças em situação de rua que estudam, então acho que é possível, sim. Então acho que é necessário a pessoa aprender a ler, escrever, discernir, né? Mas eu, particularmente, não tenho muito afeto pelas instituições, não. Agora, para quem pretende sair de uma situação de rua, para quem decide se enquadrar ao meio social, eu acho que é um dos caminhos, é realmente uma formação escolar.* (Almeida, 2023)

Nossos narradores, compreendem a educação enquanto via de emancipação e colocam a possibilidade de vinculação ao meio escolar a partir de práticas acolhedoras e de compreensão acerca dos contextos da rua. Para Luís Inácio, para além da possibilidade de adequação, o atual modelo educacional, não está preparado para lidar com as especificidades deste grupo. Dos participantes, o único que frequenta a escola é Brown, que retomou recentemente os estudos, permanecendo no território da escola, dormindo nas proximidades, lançando mão das

possibilidades de alimentação e banho em espaços públicos, onde podemos reafirmar a importância dos equipamentos que facilitam as táticas de vida que também são descritas por Stédile, que expressa o desejo em retomar os estudos.

As narrativas de Brown também descrevem elementos acerca das mudanças curriculares e dos processos tecnológicos na sociedade atual, o que também impacta no retorno aos estudos, mas neste esperançar de mudanças no enquadramento ao sistema social, persiste na conclusão desta etapa, apesar dos receios acerca do futuro.

> A despeito da interrupção nos percursos escolares, os estudantes da EJA são sujeitos de saberes, de leituras, de valores, de luta, de resistência e de sobrevivência. Os educandos que compõem esta modalidade são, em sua maioria, jovens e adultos trabalhadores, pobres, negros, subempregados, oprimidos e excluídos. O termo excluído tem uma dimensão ainda maior quando remete às pessoas em situação de rua (Souza, Vieira, 2022, p.2).

Diante de uma trajetória de exclusões e repressões, Brandão faz uma leitura não muito amistosa das instituições e, nestas memorias subterrâneas, podemos fazer conexões com a atual forma de viver do único narrador que relata não manter tantas interações com o coletivo, mantendo-se mais afastado, adestrando suas duas cadelas. Isso pode nos apontar na direção de um olhar com posturas ideológicas e que se posiciona criticamente no mundo. Fazendo um paralelo com os relatos de Almeida ao pensamento de Foucault (2014), a produção discursiva não atua apenas enquanto tradutora das lutas ou sistemas dominantes, mas no objeto pelo qual se luta, no domínio pelo qual pretendemos nos apossar. Para o autor, o sistema educacional opera de maneira política de manutenção, apropriação ou modificação de discursos.

As memórias subterrâneas quebram o silenciar e resistem, opondo-se as memórias que se colocam enquanto oficiais, compondo a cultura daqueles que estão sob as mais diversas formas de dominação, aflorando em momentos críticos (Pollak, 1989).

Lancelotti e Almeida ressaltam a importância da alfabetização através dos códigos “ler, escrever” como via de enquadramento aos vínculos de cidadania e colaboradores nas experiências cotidianas que necessitam destas funções. Para Freire (1989; 2022) a importância do ato de ler descreve o processo de leitura do mundo, anterior ao da palavra, onde linguagem e realidade conectam-se em dinamismo. Por isso urge a necessidade do desenvolvimento de uma consciência crítica, facilitadora de mudanças de contextos.

Assim, a leitura e escrita não se dá apenas no mecanicismo do ato, mas de um olhar crítico com o mundo e para o mundo, em processos que executam as formas de lidar com o cotidiano, inclusive atestando algum grau de formação, facilitando a imersão em atividades laborais, o que corrobora com as afirmações de Luís Inácio: “o diploma adianta mais porque ali

já está escrito o que você é. Você não tem que provar nada para eles. O diploma já está dizendo ali o que você é".

Integrando o conjunto de direitos sociais, a educação transformou-se em serviço público, deixando de garanti-lo a determinados grupos sociais, colocando o Estado em condições de dívida de escolarização para com os cidadãos, compreendendo que nestas condições a escolarização se dá nos processos de acesso e permanência na escola (Ferraro, 2008).

Sanar, ou ao menos minimizar as lacunas deste dividendo, portanto, se dariam, nas lutas contra as opressões e projetos arquitetados que visam dizimar os grupos oprimidos e afastá-los de qualquer perspectiva de (re)tomada de sua autonomia através da educação, que representa a perspectiva de mudanças de realidades. Para Carbonari (2007, p. 182) "não é demais lembrar que a educação é, a um só tempo, um direito humano e uma mediação histórica, institucional e subjetiva, para efetivação do conjunto dos Direitos Humanos".

Ato 5: Vamos amigo, lute! Vamos amigo, ajude! Senão, a gente acaba perdendo o que já conquistou[40]: dos impactos da baixa escolaridade

Neste penúltimo ato dialogamos acerca dos impactos da baixa escolaridade para as pessoas que vivem nas ruas, partindo das concepções de Arroyo (2015), que aponta um sistema de educação marcado por velhas segregações sociais e raciais, onde os sujeitos excluídos não aparecem na centralidade na história da educação. As memórias sobre os impactos desta negação de direitos, seguem nas narrativas:

> *Muito, porque o grau do ser humano hoje em dia, no Brasil e no mundo todo, é a educação. A educação é que gira todo mundo. Você não ter educação é difícil. Uma pessoa não é analfabeta. Vamos supor que minha mãe faleceu, faleceu com a analfabeta, não estudou. Na época da minha mãe era só enxada. O caderno e o lápis da minha mãe era enxada. Então o que acontece? Minha mãe só sabe escrever o óculos, que era redondo. Ela fazia uma bola e conta. Mas o resto não. Onde ela assinou um negócio no banco era o dedo. O carimbado. O que é que é o dedo? Minha mãe viu o nome da parede e passava por aquele nome. Não sabia nem o que era que estava escrito ali. Se fosse uma placa, perigo, não importa. Minha mãe não sabia. Passava direto. Então a educação é boa demais. Ela é importante demais para o ser humano. Pelo menos você aprender o básico. Pelo menos o básico você tem que ter. Saber ler e escrever. Sem isso você fica perdido no mundo. Mas a educação, em geral, é o que gira o mundo. Porque você estuda, se forma, tem uma profissão, tem um trabalho, tem sua renda, monta sua família. Então, a educação gera tudo isso. Porque você sem educação, sem trabalho, sem renda, você não*

[40] Trecho da letra da música "Lili", interpretada por Edson Gomes.

> *consegue fazer nada na vida. Então isso tudo começa na educação.* (Luís Inácio, 2023)
>
> *Para mim me afeta porque eu não estudei. Terminei o estudo. Quando eu ficar mais velho, ganhar meu primeiro emprego, não posso estudar.* (Stédile,2023)
>
> *A pessoa tem baixa escolaridade? O que hoje o nosso país tá passando por um problema? Nós com o termo de educação, nós estamos muito atrasados. Aí devemos ter o termo de educação bem avançado, porque é pra conseguir alguma coisa, mas como é que você vai conseguir um emprego bom se você não tem algum estudo? É verdade isso?* (Lancelotti,2023)
>
> *Afeta, afeta sim. Considero sim. Negativamente, com certeza. Porque mesmo que eu tenha conseguido alguém chegar perto de completar o ensino fundamental, e não consegui, tem pessoas que só sabem escrever o nome. Entendeu? Pra elas ali, aquela base, elas são inferiores. Entendeu? Ainda tem uma temática muito assim, porque eu vejo todos os dias, todos os dias na rua, que é tipo assim, se você estuda, você é o cara que sabe de tudo. Você sabe de tudo, entendeu? Você tem o poder do mundo! E como você não terminou os estudos, até chegou perto de terminar e não terminou, você é inferior. Você não tem conhecimento de nada. Na base da inteligência, né? Você não é inteligente, você não é uma pessoa inteligente, você não pode contribuir com nada. Mesmo que você tenha ideias boas e positivas, não vale de nada pra gente. Você não vai conseguir ter voz. Então acho que essa escolaridade, ela poderia fazer com que as pessoas, elas, compreendessem um pouco sobre as questões da vida, as questões dos direitos, várias questões, né?* (Brown,2023)
>
> *Ah, sim, a baixa escolaridade com certeza afeta as pessoas, eu deixei de exercer várias coisas na minha época de trabalho por não saber escrever, por ter uma letra muito feia. Então, assim, tinha certos trabalhos que eu nem procurava, eu nem chegava perto porque eu não sabia se escrevia com S, S-S, S-C, né, então eu sou um analfabeto funcional, né, apesar de ter feito tantas coisas diferentes. E isso se deu, até hoje eu não sei, eu uso o corretor do telefone para poder escrever. Porque eu não sei as regras gramaticais, porque meu melhor amigo ia para a escola, a tia dele era nossa professora, e ela me passou até a quinta série sem ser alfabetizado só para que o sobrinho fosse à escola. Então ela nunca se preocupou em que eu me alfabetizasse para dar continuidade na minha educação. Eu fui criado por um avô, uma avó analfabeta e um pai alcoólatra, então ninguém me ajudava na escola* (Almeida,2023)

Você tem o poder do mundo! A narrativa de Brown suscita uma potente reflexão sobre o poder transformador da educação na trajetória de vida das pessoas em situação de rua, refletindo seu atual contexto de retorno escolar, esperançando novos caminhos. De acordo com Santi (2020), para os sujeitos da educação de jovens e adultos, esta inserção representa o reingresso aos vínculos de socialização com vistas a qualificação ao mundo do trabalho, assim como afirma Luís Inácio: “sem isso, você fica perdido no mundo. Mas a educação, em geral, é o que gira o mundo”.

Os impactos no acesso e permanência em atividades laborais são descritos nas narrativas de Luís Inácio, Stédile, Lancelotti e Almeida, que vão ao encontro do que traz Arroyo (2017)

em “Passageiros da noite do trabalho para a EJA”, apontando a responsabilidade do sistema escolar por uma cisão com uma vida justa, apresentando os seguintes questionamentos:

> Que consequências destruidoras de identidades o sistema tem deixado nesses adolescentes, jovens adultos reprovados no direito ao trabalho por que reprovados na escola? Com que artes os docentes recuperarão essas identidades quebradas pela segregação social e escolar cognitiva? Haverá espaço nos currículos de formação para a aprofundar dessas questões? (...) Nenhum ser humano merece ser submetido a essas múltiplas segregações antipedagógicas, destruidoras de suas autoimagens. De suas identidades (Arroyo, 2017, p. 7).

A leitura que faz Brown acerca do direito humano à educação como forma de acesso e compreensão aos demais direitos e potenciais mudanças de contexto de vida é de que “essa escolaridade, ela poderia fazer com que as pessoas, elas, compreendessem um pouco sobre as questões da vida, as questões dos direitos”. No trecho “eu sou um analfabeto funcional, né, apesar de ter feito tantas coisas diferentes”, Almeida se autointitula analfabeto funcional, [41]apesar de ser autodidata, com vivências diversas e com uma leitura crítica de sua realidade social, nos levando a considerar que os parâmetros adotados para considerar o analfabetismo diferem dos apresentados pelo colaborador.

Considerando as trajetórias discursivas trazidas, podemos atestar os impactos da baixa escolaridade e as afetações presentes na vida dos grupos que vivem nas ruas, mais uma das omissões do Estado, minimizando qualquer expectativa de reinvenção da vida.

> **Ato 6**: A gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte, a gente não quer só comida, a gente quer saída para qualquer parte[42]: Direitos Humanos? Direitos de quem? Para quem?

No encerramento destas narrativas e reminiscências da rua, chegamos à questão dos Direitos Humanos, tão distante no que diz respeito a sua concepção de boa parte da população brasileira, como já discutido neste trabalho, onde estereotipias negativas são atreladas aos seus defensores no país. Assim, reafirma-se aqui, a importância da aproximação junto as camadas populares, com os grupos excluídos, em uma atuação que desmistifique e integre práticas emancipatórias. Freire (2020, p 172) reitera a importância da dialogicidade: “quanto mais cedo comece o diálogo, mais revolução será”.

---

[41] São pessoas incapazes de interpretar textos, fazer operações matemáticas, apesar de reconhecerem letras e números e saberem ler, ou seja, condição em que as pessoas não são capazes de empreender atividades em que a alfabetização é necessária (Ferraro, 2009).

[42] Trecho da letra da música “Comida”, interpretada por Titãs.

O questionamento que norteia o nosso último ato, “o que você entende por Direitos Humanos?” nos põe cientes das reflexões da rua, as quais inspiram as sugestões colocadas no item acerca das propostas para as práticas de Educação em Direitos Humanos. Assim, seguem as concepções de nossos colaboradores:

> *Cara, falar para a turma que eu entendo direitos humanos, eu vou estar mentindo. Porque eu não entendo muita coisa de direitos humanos, não. Porque, eu não sei, na real, o que vai ser os direitos humanos. Porque eu tiro por mim, cara. Eu vou tirar por mim. Você procura os direitos humanos para tentar resolver um problema que você precisa, automaticamente, ali no momento, eles atendem você. Certo? Beleza. Mas quando você vira as costas, parece que eles esquecem. Parece que eles esqueceram. Entendeu? O que eles dizem, parece que não é escrito, não é botado no papel. É complicado. Eu não entendo...Direitos humanos era uma coisa tão forte, porque já está escrito “direitos humanos”. Era para eles trabalharem em cima do que você necessita, automaticamente. Do que você precisa, naquele momento. Porque o nome já está dizendo. Direitos humanos. Você está precisando de uma ajuda ali. Se automaticamente você procura direitos humanos, é porque você não está tendo apoio dos outros lados. Então, você já procura eles para ter uma base neles. Mas, geralmente, você não tem aquela base. Geralmente, você não é atendido no que você precisa. Então, eu não tenho como... Eu sei que direitos humanos é um órgão que ajuda as pessoas mais necessitadas. Isso aí eu entendo. Mas, muitas vezes, não consegue atender a demanda que precisa ser atendida.* (Luís Inácio, 2023)

> *Nada. Não entendo! Nem se perguntar se passa alguma coisa sobre direitos humanos? Não.* (Stédile,2023)

> *Sei tanta coisa sobre direitos humanos que não se conta. Vou falar só um nome. Direitos humanos. Um policial, quando for abordar uma pessoa, ele tem que dizer, pelo menos assim, “cidadão, você, por favor, mão na parede”. “Cidadão, você está preso, tem o direito de me dizer calado. Tudo que você dissesse era usado pra você no tribunal”. Aí já que tá tocando uma questão de direitos humanos. Mas, pelo contrário, ele não lê isso pra você. Quando ele chega, chama você de vagabundo, vagabundo, ladrão, dependente, julgando alguma coisa que você não é. Que nem todo mundo que tá na rua é ladrão. Então isso já faz parte de direitos humanos. É verdade? Sim. E sobre direitos humanos, eu queria, eu queria uma coisa que é direito meu. Se o governo pudesse fazer, ou então o prefeito, pudesse falar comigo. Porque é teu direito, né? É. Quando a gente fala assim, direitos humanos, tem alguma coisa que vem atualmente assim? Ué, eu tenho o direito de ter uma casa, não tenho? Eu tenho o direito de ter uma segurança, não tenho? Eu tenho o direito de ter uma saúde boa, nós não temos? O nosso país passa por quatro problemas. Se o governo tivesse o governo, eu diria. Infraestrutura e trabalho. Educação e estudo. Saúde e segurança. Mas ele não investe na segurança porque não tem retorno. Não investe na saúde porque não tem retorno. E quanto mais doente, mais dinheiro.* (Lancelotti,2023)

> *Os direitos humanos pra mim seria... Essa pergunta, peraí, essa pergunta... É do poder dos direitos humanos ou os direitos humanos normais? Os direitos humanos pra mim... Uma coisa que eu deveria colocar mesmo é a igualdade. Não existiria... Apesar de quem tem mais dinheiro e quem não tem, quem se*

> *formou em tal escola e não é, entendeu? Uma pessoa que se formou em uma escola, numa comunidade, ela deveria ter o mesmo direito de entrar numa universidade com a formação de quem estudou em uma escola nos Estados Unidos, vamos dizer, é a mesma coisa. E não ter a pessoa que estudou em uma escola paga, né? Teve mais oportunidades, como quem diz, ela fosse melhor do que quem estudou em uma escola. Uma educação foi a mesma, ele conseguiu concluir os estudos, né? Está preparado. E todo mundo tem a mesma oportunidade. A igualdade de oportunidade, a igualdade da fala, a igualdade independente de cor, independente de sexo, do que for. Ter o poder da voz, sim! Ter o poder da voz. Mesmo que não tenha terminado os estudos, mas ser aceito numa pauta de uma comunidade, entendeu? Porque as palavras que eu escutei, eu acho que é mentira. Todo mundo tem um pouco, se terminou os estudos, se não terminou, se é um juiz ou se é um morador de rua, ele quer contribuir, sim, pra que até no futuro outras pessoas não venham passar por isso. (Brown, 2023*)

> *Então, a questão dos direitos humanos eu acredito que o que a gente pode chegar mais próximo é de uma igualdade de direitos. Mas, pra mim, os direitos humanos é se o homem de fato fosse emancipado, emancipado política e economicamente, socialmente, a gente poderia estar próximo de algum direito humano, dos direitos humanos. Enquanto isso, a gente consegue chegar a algumas leis, alguns pontos que garantam o direito de igualdade pra todos, mas não o direito de pluralidade dos homens. Então, para mim, os direitos humanos seriam realmente o direito a ser plural.* (Almeida, 2023)

Ao analisarmos os discursos, as visões de mundo de nossos colaboradores são colocadas enquanto ferramentas de reflexão para os Direitos Humanos e nos levam a direcionar nosso olhar para uma nova cultura em nossa práxis, uma nova pedagogia que tenha em suas ações, a construção e a participação do povo. As narrativas de Luís Inácio trazem a compreensão acerca dos Direitos Humanos sob os moldes institucionais, tecendo uma crítica às formas com que são esquecidos aqueles que necessitam dos serviços públicos, fomentando assim o que parte dos cidadãos encaram os DH: sistema de via concreta, materializado em ofertas socioassistenciais e de saúde ao público.

O enraizamento da violência policial no país nos leva a refletir sobre uma corporação opressora e que Lancelotti relata sobre abusos de autoridade pelos quais passam as pessoas em situação de rua que, de forma recorrente, se manifestam em todo país, fomentando o olhar odioso para este grupo em ações perpetradas com abordagens violentas, retiradas de pertences, dentre outras violações cotidianas que em atos higienistas e perversos atuam para eliminar suas existências.

A via de emancipação e de libertação é um parto doloroso e o sujeito que nasce desta criação, é um sujeito renovado, que só é factível no sobrepujamento das vias contraditórias entre opressores-oprimidos, trazendo à vida um ser humano que não mais opere opressões (Freire, 2020).

A igualdade de oportunidades é incorporada na narrativa de Brown, colocando os Direitos Humanos enquanto perspectiva de garantir isonomia, independente dos recortes interseccionais que atravessam os sujeitos, colocando-os também enquanto colaboradores nas ações na comunidade “ter o poder da voz, sim!” independentemente de onde se deu a trajetória de vida das pessoas, corroborando com o que traz Freire (2020) em “Pedagogia do oprimido”, que as lideranças também tem nos sujeitos oprimidos, seres de ações de liberdade, mediando ações transformadoras.

Neste sentido, a concretude de uma sociedade igualitária em oportunidade e igualdade, se dará através da emancipação política, econômica e social enquanto instrumentos de uma vida justa e digna, como reflete Almeida, que também cita o ordenamento jurídico como via de garantia de direitos, mas não garantem “o direito de pluralidade dos homens”. As suas narrativas se entrelaçam com a transformação na luta pelos Direitos Humanos que traz Santos (2021) acerca das lutas pelo reconhecimento das diferenças, que se dá a partir de lutas antidiscriminatórias e contra a exclusão, rompendo com as culturas dominantes, tendo os sujeitos direitos a ser iguais quando as diferenças inferiorizam, e direitos a ser diferentes quando a igualdade se torna banal.

As articulações em defesa dos Direitos Humanos devem, então, contar com estes atores na busca não apenas para a compreensão dos contextos da rua, mas agir conjuntamente, ter poder de voz, como afirma Brown em sua fala, pois as habilidades e táticas de vida na urbe também são formas de fomento de uma educação que não conta com tecnicismos, mas com apostas na vida. Sonhadores juntando-se com outros sonhadores, assim como reflete Freire (2005), diminuindo, assim, os abismos entre sonhos e concretude destes, entre o sonho e a vida aspirada. Estas premissas nos colocam ao desafio da aproximação, da reinvenção e dos deslocamentos do academicismo puro dentro das nossas práticas em Direitos Humanos, colocando-nos à disposição do fomento a novas práxis que sejam familiares aos grupos excluídos.

4.3 Eles combinaram de nos matar, nós combinamos de não morrer: afetividades iconográficas da rua.

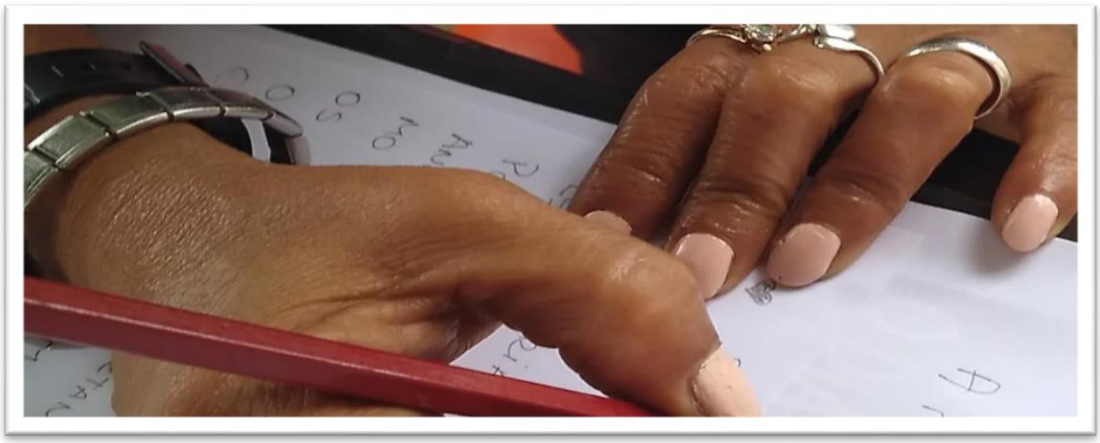
Os registros que seguem neste ponto do trabalho são de memórias de atividades por mim desenvolvidas enquanto Redutora de Danos do Programa Consultório na Rua no Município de João Pessoa, Paraíba, que tinha por objetivo a ressignificação destes espaços através de ações

voltadas para a leitura, arte e estratégias de cuidado, e potencializando principalmente as questões do desejo das pessoas que eram atendidas.

A ressignificação do papelão enquanto instrumento de dar contorno às subjetividades também se apresentou enquanto proposta de atividade e de grande adesão por parte das pessoas em situação de rua. O projeto de leitura circulante acontecia diariamente na rua, onde títulos eram dispostos aos atendidos e devolvidos ao término da leitura.

Estas memórias iconográficas fazem parte de um acervo pessoal e afetivo, que coloco neste trabalho, com vistas a dialogar sobre as possibilidades de realização de atividades educativas a céu aberto, partindo dos encontros que a rua me proporcionou enquanto trabalhadora do SUS e que modificaram meu olhar para com estas pessoas e para as formas de experienciar o urbano.

Figura 1 - Atividade na rua: “Se essa rua fosse minha?”



Fonte: Autoria própria/acervo pessoal, 2019.

A atividade ilustrada na Figura 1, acima, consistiu em escritas sobre o espaço urbano e as possibilidades de reinvenção destes locais em uma chuva de ideias e propostas para os espaços públicos deficitários em equipamentos para atividades cotidianas para estas pessoas. A escrita das palavras, reflete a leitura do mundo destas pessoas, expressando os sentidos e significados de seus espaços de permanência. Isso nos fornece as reflexões de uma rua vista de outra ótica, a partir de uma perspectiva diferente, nos trazendo a compreensão sobre os processos de vinculação aos espaços, e o sentimento de pertencimento aos territórios onde essas pessoas se encontram.

Para além do que está registrado por escrito, nessas manifestações existem, aspectos de ordem subjetiva que são dispostos sobre o papel, materializando-se, revelando também desejos

não verbalizados, mas que assumem uma ordem importante na compreensão de elementos que permeiam a trajetória de vida das pessoas em situação de rua.

Figura 2 - Atividade na rua: “Quem é você?”

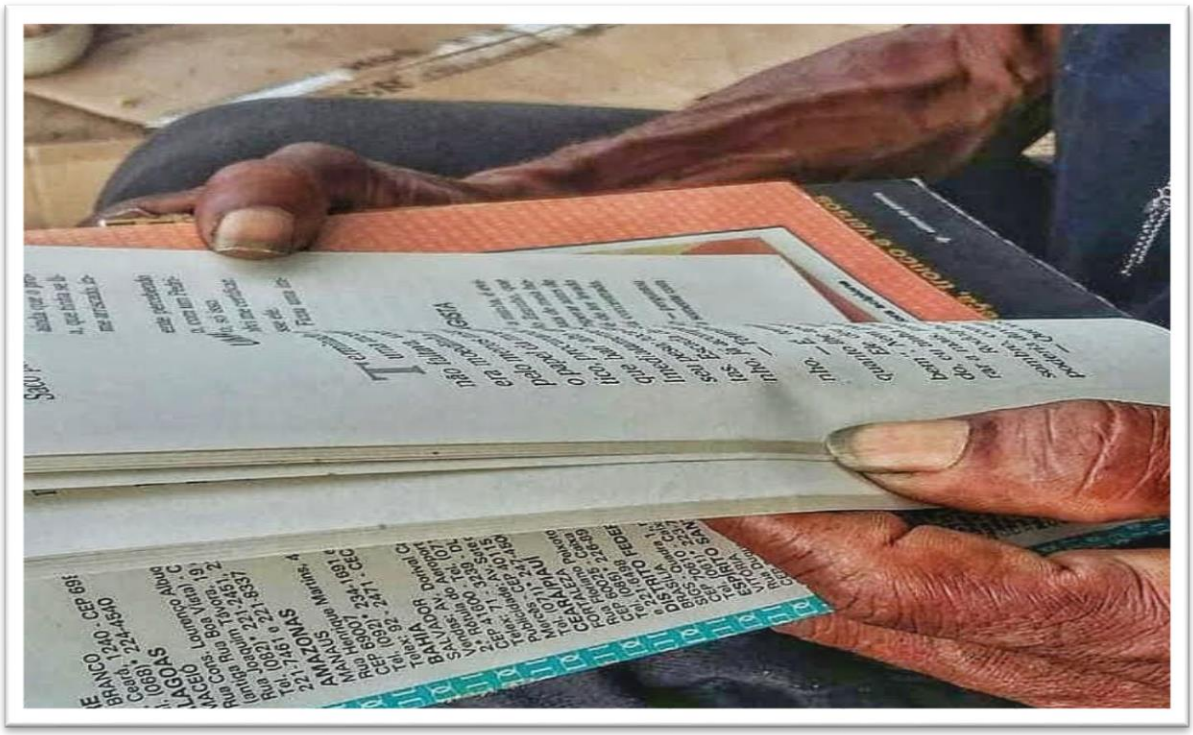
Fonte: Autoria própria/acervo pessoal, 2019.

A atividade “quem é você?”, na Figura 2, acima, buscava dialogar acerca dos processos identitários e de como essas pessoas se localizavam no mundo, por meio de atividades expressivas de desenho e escrita, possibilitando processos de vinculação com a equipe do Consultório na Rua, além de suscitar reflexões sobre projetos de vida, autocuidado e de como estes sujeitos visualizavam sua autoimagem que se apresentavam muitas vezes distorcidas com o real, marcadas em algumas, por feições de tristeza, em composições manifestas sobre os abandonos da rua. Nesses encontros, lançar mão das expressões de arte enquanto manifestação do entrelaço urbano, são apostas sensíveis para dialogar sobre problemáticas diversas, para a amortecer os impactos destes cotidianos, considerando os contextos plurais de vida, com a arte que não está nas grandes galerias e exposições, mas que compõem um acervo de resistências das reminiscências urbanas.

Que a arte nos aponte uma resposta
Mesmo que ela não saiba
E que ninguém a tente complicar
Porque é preciso simplicidade pra fazê-la florescer
Porque metade de mim é plateia
A outra metade é canção
E que a minha loucura seja perdoada
Porque metade de mim é amor
E a outra metade também

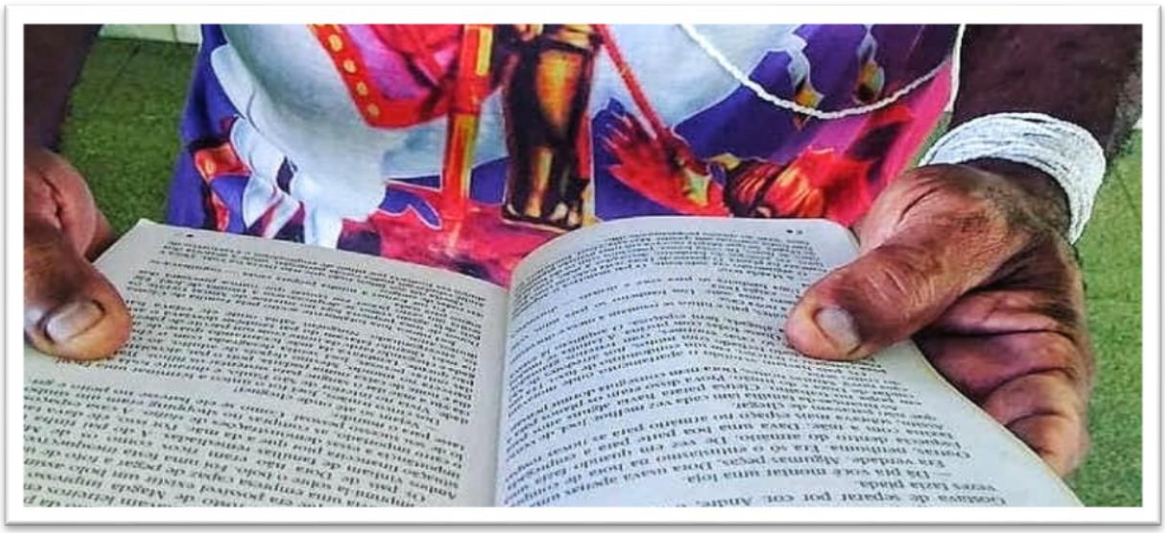
(Oswaldo Montenegro)[43]

Figura 3 – Atividade de leitura circulante na rua.



Fonte: Autoria própria/acervo pessoal, 2019.

Figura 4 – Atividade de leitura circulante na rua



Fonte: Autoria própria/acervo pessoal, 2019.

A atividade de leitura circulante na rua, nas figuras 3 e 4, acima, é um instrumento de potencializar o ato de ler com ótima adesão por parte das pessoas em situação de rua,

[43] Trecho da letra da música “metade” interpretada por Oswaldo Montenegro

potencializando processos de cognição e memória, tão afetados pelo trajeto de sofrimento. A rua que lê, escreve. A rua manifesta na arte da imersão nas palavras que amenizam as adversidades. A leitura que informa, atravessa o outro quando vira narrativa, assim, não apenas os que acessam os livros, mas todos que compõem a rede de relações da urbe. Palavra é instrumento de luta, de manifestações. Não dizer também pode ter significativa representação de como as pessoas encaram a vida. O silêncio também externaliza aquilo que a vida amassa, as dores e dissabores que caem sobre corpos que, nas deambulações urbanas, seguem em busca de vidas menos indignas.

Figura 5 - Atividades realizadas na rua com a utilização do papelão como matéria-prima.

Fonte: Autoria própria/acervo pessoal, 2019.

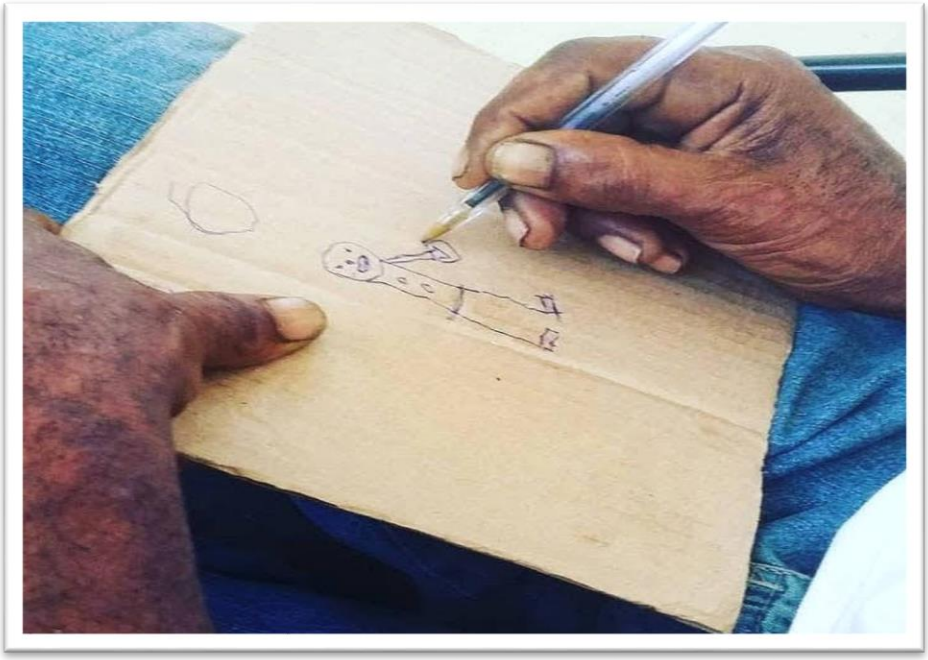
Figura 6 - Atividades realizadas na rua com a utilização do papelão como matéria-prima.

Fonte: Autoria própria/acervo pessoal, 2019.

Figura 7 - Ressignificando o papelão através das escritas.

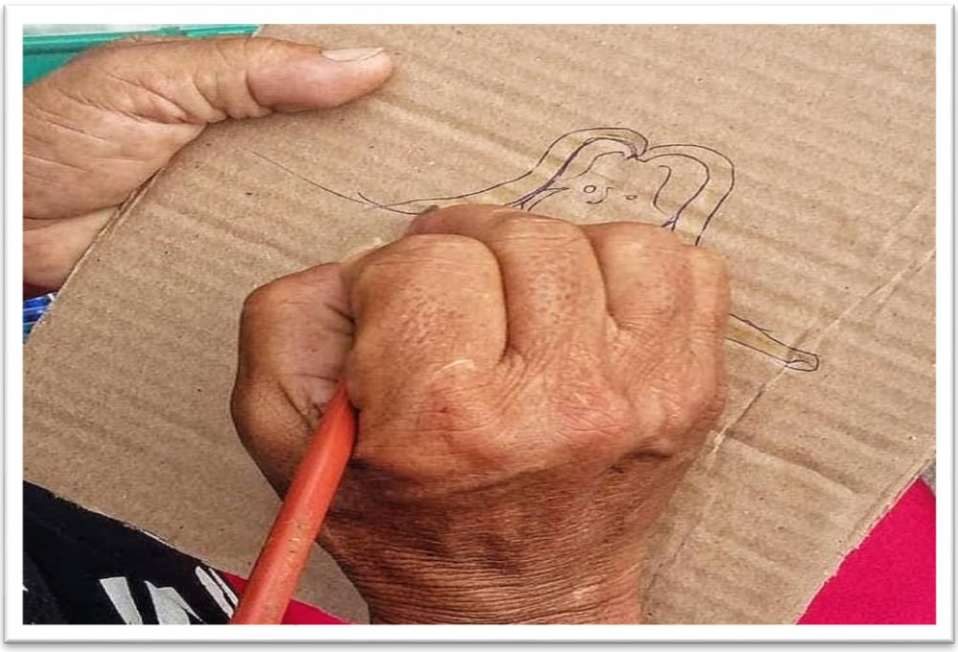
Fonte: Autoria própria/acervo pessoal, 2019.

Figura 8 - Papelão e ressignificações.



Fonte: Autoria própria/acervo pessoal, 2019.

Figura 9 - Papelão e ressignificações.



Fonte: Autoria própria/acervo pessoal, 2019.

Nas Figuras 5 até 9, acima, seguem mais atividades expressivas com a reutilização e ressignificação do papelão através da escrita e do desenho, uma vez que o papelão é matéria-prima muito utilizada para as pessoas em situação de rua para se deitarem e se protegerem do

frio nas calçadas das cidades, transformam-se na arte de narrar de situações cotidianas, contornando os sentidos que a rua tem para cada pessoa que nela habita.

Figura 10 - Rua nossa de cada dia, aniversário na rua.

Fonte: Autoria própria/acervo pessoal, 2019.

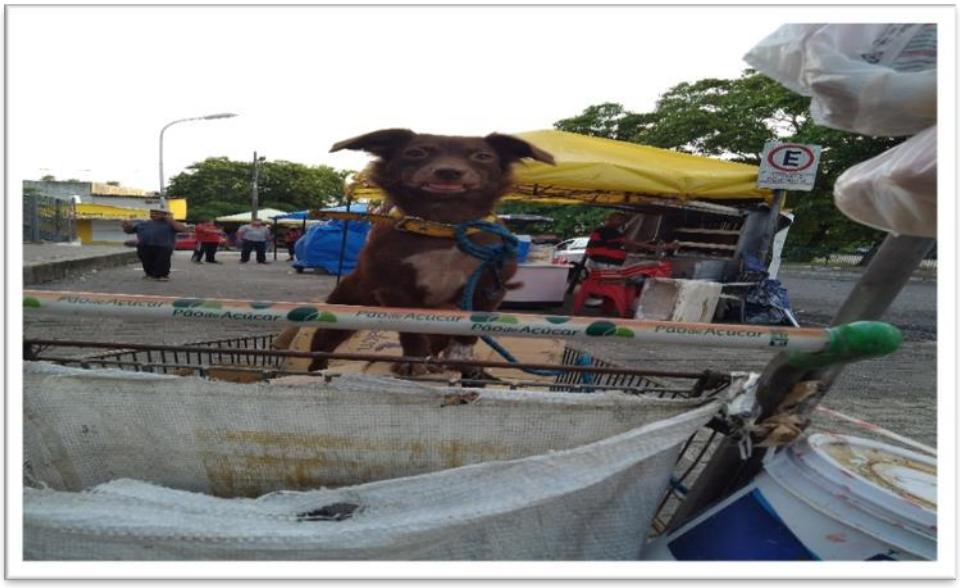
Nesta reminiscência acima, a figura 10 ilustra a realização de um aniversário na rua. Muitas pessoas nas ruas não recordam ou até mesmo não sabem suas datas de nascimento, e tem prejuízos ao nível de orientação do tempo. Assim, rememorar e demarcar a presença destas pessoas no mundo, se coloca enquanto ferramenta de integração social. Estas memórias que permanecem adormecidas afetam essas trajetórias de vida, deixando lacunas que marcam a impossibilidade do direito de reconhecimento da própria história.

Figura 11 – A rua e as afetividades possíveis.

Fonte: Autoria própria/acervo pessoal, 2019.

As ruas, suas afetividades e ligações de manutenção com a vida através de conexões com o mundo são ilustradas na figura 11, acima, destacando os pertences de uma pessoa em situação de rua, que se organizam para buscar sentidos de pertencimentos nos locais onde habitam, constroem relações de lar, com objetos dispostos nos espaços.

Figura 12 - Companheiros.



Fonte: Autoria própria/acervo pessoal, 2019.

É muito comum que as pessoas em situação de rua tenham a companhia de animais de estimação, como o cachorro da Figura 12, acima. Uma parceria que ameniza as dores dispostas pelo caminho.

4.4 Esta conga é um grito de revolta contra as injustiças sociais: propostas para uma Educação em Direitos Humanos emancipatória

"Ninguém ouviu
Um soluçar de dor
No canto do Brasil

Um lamento triste
Sempre ecoou
Desde que o índio guerreiro
Foi pro cativeiro
E de lá cantou

Negro entoou
Um canto de revolta pelos ares
No Quilombo dos Palmares
Onde se refugiou
Fora a luta dos Inconfidentes
Pela quebra das correntes
Nada adiantou

E de guerra em paz
De paz em guerra
Todo o povo dessa terra
Quando pode cantar
Canta de dor

E ecoa noite e dia
É ensurdecedor
Ai, mas que agonia
O canto do trabalhador
Esse canto que devia
Ser um canto de alegria
Soa apenas
Como um soluçar de dor"

(Clara Nunes)[44]

Rumo a liberdade louca![45]

(Felinto)

Liberdade, construção, conexão, sentidos e significados. O que esse jogo de palavras soltas nos diz sobre a perspectiva emancipatória da Educação em Direitos Humanos? Será que estamos atuando através de uma práxis libertadora construída coletivamente neste emaranhado de significâncias do cotidiano e da vida dos grupos excluídos? Há de se pensar sob qual

[44] Letra da música "O canto das três raças", interpretada por Clara Nunes.
[45] Felinto, artista e usuário do CAPS AD David Capistrano de João Pessoa. Entusiasta da arte, poeta e militante do cuidado em liberdade (*In memorian*).

perspectiva está nossa atuação: estamos sob o viés da epistemologia do sul ou pensando a partir de realidades distantes da nossa e tem outra forma de ater as singularidades de realidades extremamente opostas ao que vivemos? São estas indagações que movem o presente tópico, buscando, a partir de vivências junto à População em Situação de Rua, propor alternativas a EDH que se proponham a pensar com e para os excluídos.

Ao indagarmos ou questionarmos sobre contextualizações e significados acerca dos Diretos Humanos para a população no geral, nos deparamos com conceitos e percepções errôneas, reducionistas e estigmatizantes sobre este conceito. Portanto, educar em Direitos Humanos, para além de um ato político, se faz de suma importância na garantia de que estas, tão mal disseminadas, atuem de modo a tecer práticas para além dos arcabouços teóricos na perspectiva de atuação junto aos mais diversos grupos, ressaltando sempre a importância das escutas sensíveis para que esta construção não se ancore em práticas verticalizadas, desabonando o verdadeiro sentido de produzir uma educação de via popular.

Neste sentido, compreender a importância de suscitar estas reflexões operam no sentido de envolver setores diversos, inclusivos, rompendo as barreiras separatistas que muitas vezes se erguem no meio acadêmico, dando margem aos processos que potencializam discursos contra os defensores dos Direitos Humanos, disseminando para além de discursos, atos de violência que se fortalecem e descredenciam as lutas por justiça social.

A EDH enquanto política pública no país, atravessou condições de criticidade, principalmente nos últimos quatro anos, onde o Ministério da mulher, da família e dos Direitos Humanos, atuou no ataque às minorias, priorizando pautas conservadoras, violando direitos e deslegitimando a diversidade humana, sendo um período marcado por desrespeito às conquistas de grupos historicamente marginalizados. Portanto, o fortalecimento de práticas que gerem sentidos e significados para as camadas populares, atuarão no desenvolvimento de uma cultura reivindicatória de direitos, orientando e potencializando a articulação da construção de coletividades que se consolidem enquanto objeto de transformações sociais.

Cabe, neste sentido, ressaltar que há no país grandes desafios, principalmente no que tange aos novos olhares e novas práticas para uma educação que tem força histórica e está ancorada em um presente de lutas e desafios. Neste sentido, as proposituras para o fomento de práticas para a população de rua devem considerar as possibilidades de difusão de experiências de forma horizontalizada, ampliando a participação das pessoas que vivem nos espaços públicos.

Diante de tantos ataques aos Direitos Humanos, a EDH se coloca enquanto promotora na constituição de novos olhares acerca destes, principalmente para as gerações que estão em

formação, salientando que diante do sistemático desserviço de falaciosas argumentações de doutrinação ideológica, ideologia de gênero, além das depreciações sobre as instituições de ensino superior público, desqualificando os avanços conquistados ao longo do tempo. (Mendonça, 2021).

O desafio não está apenas na reconstrução de práticas educativas, mas nas novas formas de fazer com que a população compreenda que garantias não se efetivam sem processos mobilizatórios. Para isso, aproximar-se das massas não é apenas fenomenologia física, mas um grande encontro com a realidade, sem tecnicismos, mas com a força do potencial humano enquanto objeto de transformações sociais. Assim, a grande aposta no diálogo com as massas, se dá em uma relação de trocas de experiências, sem sobreposição de saberes por parte das lideranças revolucionárias e adoção de posturas de dominação contra os oprimidos, fazendo-se necessário problematizar as artimanhas lançadas pelas elites para opressão (Freire, 2020).

Cabe ressaltar que a compreensão acerca da garantia de direitos enquanto fundamentação do estado democrático, no entanto, apenas uma parte da população é assegurada destes direitos, isso também reafirma a negação de uma cidadania plena. Sendo assim, é crucial que se aplique a conscientização mediante sentimentos de como se fossem em si próprios tais processos violadores (Mendonça, 2021).

A importância da implementação do PNEDH atuando no estímulo das articulações intersetoriais para o estreitamento do diálogo acerca das práticas adotadas sobre Educação em Direitos Humanos no país, tem sido fundamental para o seu fortalecimento, porém há necessidade de se ater aos processos críticos reflexivos, que enxergam uma problemática nas discussões ao nível teórico-prático. Há um caminho de descompassos e contradições nas composições de proposituras didático-metodológicas e estratégias articuladas com distintas vertentes pedagógicas na elaboração de concepções acerca dos Direitos Humanos (Candau; Sacavino, 2010).

Assim, ao alinharmos as pautas sobre os Direitos Humanos em direção às camadas populares, desvencilharemos as velhas formas de opressões já instaladas em nossa sociedade que, mediante proposituras reflexivas, não apenas manifeste desejos de mudanças, mas se façam presentes nas discussões sobre estas, movendo-se na luta contra as iniquidades. Para isso, urge a necessidade deste (re)nascimento de uma cultura voltada para sairmos de nossas posições de óticas passivas e, como bem reitera Freire (2009, p. 115), “sempre recusei os fatalismos. Prefiro a rebeldia que me confirma como gente e que jamais deixou de provar que o ser humano é maior que os mecanismos que o minimizam”.

Adotar esta postura rebelde, revolucionária e contra hegemônica, nos coloca em posição de trilharmos novos caminhos para a adoção de uma pedagogia para a Educação em Direitos Humanos que se manifeste em ações que, em sua concretude, promovam novas formas de pensar sobre a vida daqueles que não participam das discussões acerca de sua própria existência e incluí-los no processo de aproximação aos direitos que muitas vezes estão postos no campo do inatingível, considerando que problematizar nossas práticas é fundamental para as mudanças necessárias serem adotadas e que os Direitos Humanos não sejam vistos enquanto um enquadramento institucional e sim, movimento (apesar de algumas contradições) de corpo coeso, visível e autônomo.

A produção cientifica também atravessa o campo de construção da EDH, e esta depende de seu desenvolvimento e valorização em um processo que emerge da importância de potencializar a tomada de consciência acerca da historicidade das problemáticas sociais e neste enraizamento de posturas contrárias aos moldes de educação fragmentários propor a formação humana em sua integralidade (Bittar, 2007).

Tais premissas operam no sentido de ampliação de olhares para a EDH enquanto instrumento de compreensão da complexidade em que se complementam e se conectam os Direitos Humanos que, mesmo diante de garantias conquistadas, ainda há um longo caminho para que iniquidades sejam diminuídas.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2018) reitera a urgência de educar para os Direitos Humanos na perspectiva indispensável da promoção, respeito e defesa destes, principalmente ao nos situarmos nas questões da América do Sul, historicamente marcada por inúmeras violações a grandes grupos populacionais, em um Estado de Direito frágil e precário.

Silveira *et al.* (2007) destaca que o surgimento da EDH tanto no Brasil quanto na América Latina, que emerge das lutas sociais e populares como marco de um processo de fortalecimento em defesa dos direitos humanos, fundamentado em processos emancipatórios e de abordagem metodológica crítica, que se insere enquanto objeto transformador e de resistência cultural às violações.

A adoção de proposituras de base popular se coloca enquanto via possível de aproximação com grupos vulneráveis, apontando caminhos sensíveis de produção de vida em coletividade na formação de um olhar crítico, ampliando a concepção sobre temáticas sensíveis que se naturalizam cotidianamente, afetando existências e colocando-as em posição de subserviência. Para Freire (2022), uma sociedade exerce justiça quando oportuniza às massas condições para que estas se coloquem enquanto detentoras do poder decisório, não aquelas

colocadas pelas elites, que atuam muitas vezes reproduzindo práticas coloniais: “Para que haja revolução das massas, é necessário que estas participem do poder” (Freire, 2022, p. 49).

Portanto, o poder dado neste processo revolucionário advém de práticas emancipatórias que coloquem grupos populares em posição de desenvolver competências que colaborem em princípios autônomos e opositores à colonialidade do saber e a submissão a condições inferiorizantes.

Assim, rememorar acerca da historicidade de grupos subalternizados pode se apresentar enquanto prática educativa em Direitos Humanos, atuando não apenas enquanto demarcadora de lutas da coletividade, mas também enquanto ato reflexivo do educar, compreender e lutar que nunca mais aconteça. O que nos remete ao ato político e educativo de manter vivos os fios de memória e história, principalmente advindas de povos silenciados: “todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje. De modo que o nosso futuro baseia-se no passado e se corporifica no presente. Temos que saber o que fomos e o que somos, para saber o que seremos” (Freire, 2022, p. 42).

Reafirma-se, então, o compromisso dos saberes do sul com a educação libertadora e na constituição de sujeitos sociopolíticos através de práticas de EDH que corroborem para ações no campo da vivência e especificidades das problemáticas latino-americanas, assim como Silva, Basílio e Menezes (2021) apontam as discrepâncias de comprometimento no que diz respeito a disseminação do conhecimento, onde o continente europeu voltava suas forças para a colonização de territórios e sujeitos, a América Latina investia forças na descolonização destes saberes com princípios emancipatórios.

Assim, educar para os Direitos Humanos se coloca enquanto instrumento de instituir uma sociedade que entenda como agem os mecanismos em defesa, porém é preciso se ater a uma questão importante: que linguagem será adotada neste fomento de direitos? A adoção de uma clara e manifesta pedagogia voltada aos grupos populares, pode colaborar no fortalecimento das políticas de Estado, minimizando as inúmeras segregações que afetam o bem-estar da população brasileira, quando estas são apenas políticas de governo.

Para Benevides (2017) os princípios basilares da EDH consistem em mudanças culturais que se fortalecem através de práticas de respeito à dignidade humana, vinculada e imersa a realidades sociais distintas, com conteúdo não somente sobre marcos conceituais dos Direitos Humanos, mas de um processo de conexão de saberes diversos.

Contextualizando sobre como fortalecer as práticas de EDH para os grupos que vivem nas ruas, calçadas e ocupações, uma das premissas mais importantes neste processo é o respeito ao campo ético, do olhar sensível, compreendendo que realidades imersas em complexidades

não se ordenam de forma simples: é preciso ir ao encontro do real, lançar mão de uma práxis que, para além de lidar com a realidade, possa compreendê-la e lutar na perspectiva de mudanças. A partir disso, como mover tais sujeitos, que em seus contextos tão dilacerados tem inúmeros direitos cessados?

O fortalecimento dos processos dialógicos pode nos apontar jogos de forças atuantes no constructo de relações estreitas, respeitosas e que nos auxiliem a pensar com este grupo, sem deixar de considerar a importância de conexões entre outros setores sociais, a fim de compreender as questões da urbe, construindo ações para a emancipação destas pessoas através da potencialização dos movimentos organizados que são de extrema importância para a efetivação e ampliação de políticas públicas.

> Os Direitos Humanos, em sua indivisibilidade, representam exatamente as bandeiras que possibilitaram a luta contra o Estado autoritário e a reorganização da sociedade civil. Deveriam ser constantemente ensinados e vivenciados para, através da educação, criar raízes entre as novas gerações (Viola; Zenaide, 2010).

A EDH, também se coloca enquanto fio condutor de experiências múltiplas e, nesta perspectiva de ampliação de direitos, poderá atuar enquanto propositora de criação de núcleos educativos para grupos que sobrevivem em meios públicos. Para isso, lançando mão das perspectivas territoriais como aliados neste processo coletivo, afinal, as relações concretas que se estabelecem com os espaços, equipamentos existentes e sujeitos, formam, nesta junção, o corpo da rua, que não deambula apenas, mas sobrevive.

Manifesta-se, então, a importância do fomento à coletividade e à mobilização social, a exemplo do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), como viabilizador de estratégias de EDH que desaguam em lutas de cunho popular e implementação de políticas públicas. Neste sentido, são trazidas as concepções de Arroyo (2003) acerca destas pedagogias móveis, a exemplo dos movimentos sociais que, em sua atuação educativa, se mobilizam neste contexto de lutas por condições básicas de ser e existir.

Medeiros *et al.* (2020) destacam a importância dos movimentos organizados para a População em Situação de Rua do país, a exemplo do MNPR, propondo o fortalecimento deste coletivo que se fez presente nas pressões exercidas para que a maioria das conquistas fossem implementadas e garantidas para este grupo.

A expressão de contemporaneidade dos DH, se dá a partir da assunção dos movimentos sociais enquanto via de (re)construção de princípios de igualdade, liberdade e fraternidade, vias a garantir dignidade aos cidadãos através de conquistas sociais e econômicas que sem estas cria-se a impossibilidade de construção de vias igualitárias decorrentes dos direitos sociais que

tem, enquanto produto deste processo, a ameaça da justiça e paz, ampliando diferenças, limitando direitos civis e políticos (Viola; Zenaide, 2010).

Destacam-se as premissas sugeridas em documento pelo MNPR (2010) para que o trabalho de mobilização das pessoas com trajetória de rua aconteça efetivamente: clareza acerca das políticas públicas, opinião pública favorável à causa para que as mobilizações se coloquem enquanto instrumentos de pressão junto aos gestores públicos, além da reafirmação das lutas contra o preconceito.

Assim, a mobilização de coletivos, através das concepções e princípios da EDH, pode fazer-se presente em espaços de controle social, instituições de ensino superior, ONGs, associações de moradores, coletivos culturais, dentre outros. Nestes espaços em que a educação não-formal é praticada:

> Quando estimulam os grupos sociais a refletirem sobre as suas próprias condições de vida, os processos históricos em que estão inseridos e o papel que desempenham na sociedade contemporânea. Muitas práticas educativas não formais enfatizam a reflexão e o conhecimento das pessoas e grupos sobre os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Também estimulam os grupos e as comunidades a se organizarem e proporem interlocução com as autoridades públicas, principalmente no que se refere ao encaminhamento das suas principais reivindicações e à formulação de propostas para as políticas públicas (PNEDH, 2018, p. 28).

Organizar-se, dialogar e mover-se são premissas importantes do trabalho com EDH a partir de proposituras formativas que teçam uma leitura do real, com a força da criticidade que mobiliza e dá sentido às lutas que se travam no campo dos direitos humanos e que necessitam de atores que se impliquem no processo e sejam protagonistas no cenário de lutas.

Santos (2021) discorre acerca das ilusões e desafios dos Direitos Humanos, contestando a marca deste enquanto eficaz nas lutas dos excluídos, já que, segundo o autor, “a grande maioria da população mundial não é sujeito de Direitos Humanos” (Santos, 2021, p. 42). Apontando ainda que podemos nos deparar com as contradições internas ao nível teórico, além da deficitária proteção dos direitos de cidadania na grande maioria dos países.

Portanto, ao nos colocarmos diante das problemáticas de efetivação de direitos, podemos nos colocar no cerne da criticidade de como estão sendo realizadas tais propostas de educação em e para os direitos humanos e adentramos responsavelmente ao processo de autocrítica: será que tais propostas educativas estão de fato chegando aos grupos colocados à margem da sociedade formal? Estamos nos propondo a pensar em novas formas de educar para avanços de processos democráticos, participação das coletividades populares em defesa de suas problemáticas, estamos tecendo a formação de sujeitos conscientes de direitos? Quais nossos

mecanismos de defesa contra as forças que nos colocam contra boa parte da população que não consegue ao menos definir/caracterizar o que são Direitos Humanos para além da defesa de sujeitos descritos em frases feitas a exemplo da clássica falácia “defensor de bandido”.

Ademais, a construção destas novas perspectivas educacionais perpassa por um processo de reinvenções cotidianas na construção de uma pedagogia autônoma que se referencie também das experiências populares e nestas caminhadas com a coletividade de gerir ações, repensar estratégias se faz essencial em um momento em que o país se reergue de uma verdadeira deslegitimação e ataques aos Direitos Humanos.

Há, portanto, a importância de uma implicação no sentido de deslocamento conforme as práticas pedagógicas pautadas na perspectiva do “descortinar de horizontes” (Bittar, 2007, p. 324), estimulando o pensamento e nutrindo processos autônomos. Para isso, mobilizar e tocar as pessoas, lançando mão de práticas criativas que aproximem os sujeitos dos processos de conscientização (Bittar, 2007).

Assim, as propostas lançadas aqui para que a práxis da EDH seja de via transformadora, e que requer um processo adaptativo à contemporaneidade, versando sobre novas formas do fazer educacional e contribuindo para que sujeitos de realidades diversas possam compreender a relevância de existirem enquanto sujeito de direitos, sem que tal condição pareça algo distante da realidade concreta. Para isso, educadores devem compreender que revisitação de conceitos deve ser compreendida como uma ferramenta potente, com foco em novas formas de fazer educação, contribuindo para a transformação de indivíduos e realidades.

Carbonari (2007) compreende que as proposituras de EDH carecem de novas formas pedagógicas, para isto, desenvolve premissas que devem constituir e nortear a construção destas inovações. Dentre as expostas pelo autor, destaca-se a inserção responsável enquanto consequência do comprometimento concreto com os cenários onde se dão os processos educativos, além do entendimento acerca dos processos conflituosos e desarmoniosos intrínsecos à convivência humana.

Diante das contribuições descritas, o diálogo com novos horizontes no que concerne as práticas educativas em e para os Direitos Humanos, na atualidade, devem atuar na capilarização e recriação de conceitos para que estes possam fazer-se presentes no cotidiano popular de forma que gerem possibilidades de aproximação com o real.

Educar se coloca enquanto processo de respeito aos saberes dos educandos, no estabelecimento de aproximação com a concretude de vivências atravessadas por problemáticas diversas, como aponta Freire (2009), que também nos coloca a refletir sobre o estabelecimento

de pessoalidade entre experiências sociais e saberes curriculares indispensáveis a formação dos sujeitos.

As propostas aqui dispostas se colocam enquanto possibilidades de reinvenção do nosso fazer enquanto educadores em Direitos Humanos. Assim, cabe discuti-las brevemente e pensá-las não quanto ao seu ineditismo e sim, no seu processo de (re)construção de conceitos, perspectivas e saberes.

A partir destes aspectos, a relevância da colaboração dos atores que conduzem os processos da EDH nos coloca a refletir sobre as características deste educador/educadora: quem fomenta os processos dialógicos, deve atuar também na perspectiva de formar sujeitos que disseminem saberes e atuem em outros espaços, tecendo uma rede em que se costura a reciprocidade e a potencialização de experiências que se colocam no mundo enquanto compromissadas com as reais transformações sociais.

Gohn (2013) enfatiza a relevância dos indivíduos engajados nos sistemas democráticos por meio das mobilizações sociais, uma vez que sem a presença deles nos espaços, a trajetória das lutas torna-se mais difícil e lenta. Assim, o meio facilitador na formação destes atores se deu, no Brasil, através da construção de lideranças, gerando iniciativas de cunho popular, cooperando na estruturação das massas populares, principalmente as urbanas.

Formar educadores em Direitos Humanos é ampliar a força do fomento aos processos identitários de sujeitos que se colocam no mundo não apenas enquanto defensores de causas específicas, mas também imersos em vias de desconstruções diárias, em movimentos fraternos de resistências e lutas por minimização de injustiças.

Convém aludirmos à obra Freireana enquanto atemporal e instigadora de nossas capacidades sensíveis e atuantes junto ao povo oprimido, marca trazida nas obras que colaboram junto as ponderações aqui expostas, e de grande contribuição para o trabalho em EDH, que se coloque enquanto facilitadora da compreensão de mundo e dos atravessamentos que afetam a caminhada nestas encruzilhadas urbanas.

Diante das reflexões expostas, pensar nas perspectivas de EDH para as populações viventes nas ruas se dá na tomada de ações ao ar livre, considerando o meio urbano enquanto meio de problematizar experiências vividas, apontando caminhos de reintegração, na contramão de uma ordem higienista que se estabelece diariamente contra este grupo.

Portanto, a práxis da rua, deve lançar mão da sapiência de seu povo, considerando que diversas culturas surgem e circulam nestes espaços, como considerado por Brandão (1983) acerca da educação popular enquanto prática social:

> Cuja especificidade é lidar com o *saber*, com o *conhecimento*. Com relações de intercâmbio de saberes entre educadores eruditos e sujeitos populares, não através do "saber em si", mas através da prática de classe que o torna, finalmente mais do que um *saber necessário*, aquilo a que pode ser dado o nome um *saber orgânico* (Brandão, 1983, s/p).

Enraizar práticas da educação popular aos processos que fomentam a EDH para a rua, coloca-se enquanto iniciativa promissora, considerando que estas partilhas colaboram na compreensão não apenas das problemáticas do espaço urbano, mas trazem a possibilidade de estruturação de novas formas de pensar sobre atuações em espaços não convencionais e que podem ser geradores de impactos positivos na trajetória de vida da População em Situação de Rua.

A radicalidade das lutas por mudanças no mundo, se dá na diminuição das fronteiras perversas em que vivem os explorados, "quando aderindo realmente aos sonhos de justiça, luto pela mudança radical do mundo e não apenas espero que ela chegue, porque se disse que chegará" (Freire, 2009, p. 138). Assim, não nos limitaremos na perspectiva de amortização das dores dos excluídos e esfarrapados do mundo, lutaremos com estes para que as marcas trazidas nos corpos daqueles que compõem a vida nos espaços urbanos sejam sinônimos de uma nova forma de tratar a vida tecida na urbe.

Por uma pedagogia que não limite existências, mas que se indigne, se rebele, se faça presente, saia das salas acadêmicas e encontre o povo, fale para o povo, mova-se com ele e com ele, faça as revoluções necessárias, sejam armados de afeto ou ira, mas que estes possam assumir-se enquanto (re)criadores da própria história. Por travessias que se façam autônomas, solidárias e que acreditem nas capacidades do "ser mais" e na vida de inéditos viáveis.

Assim, a reconstrução que se espera está alinhada aos propósitos históricos dos Direitos Humanos, considerando também as perspectivas constituídas no meio popular. Neste entrelaço, o caminhar junto às pessoas com trajetória de vida nas ruas requer aparatos de sensibilidade, coerência entre discurso e prática, sobretudo respeito aos históricos que se constituem enquanto identidade dos habitantes da rua.

5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES: TODOS ESSES QUE AÍ, ESTÃO ATRAVANCANDO O MEU CAMINHO, ELES PASSARÃO, EU PASSARINHO!

"Atenção ao dobrar uma esquina
Uma alegria, atenção menina
Você vem? Quantos anos você tem?
Atenção, precisa ter olhos firmes
Pra este Sol, para esta escuridão
Atenção
Tudo é perigoso
Tudo é divino maravilhoso
Atenção para o refrão
É preciso estar atento e forte!
Não temos tempo de temer a morte
É preciso estar atento e forte
Não temos tempo de temer a morte
Atenção para a estrofe e pro refrão
Pro palavrão, para a palavra de ordem
Atenção para o samba exaltação
Atenção
Tudo é perigoso
Tudo é divino maravilhoso
Atenção para o refrão:
É preciso estar atento e forte
Não temos tempo de temer a morte
É preciso estar atento e forte
Não temos tempo de temer a morte
Atenção para as janelas no alto
Atenção ao pisar o asfalto, o mangue
Atenção para o sangue sobre o chão
É preciso estar atento e forte
Não temos tempo de temer a morte
É preciso estar atento e forte
Não temos tempo de temer a morte
Atenção
Tudo é perigoso
Tudo é divino maravilhoso"

(Gal Costa)[46]

Chego à conclusão deste ciclo de imersões e aprendizados que carrego enquanto possibilidades de (re)pensar sobre os modos de ser e existir no espaço urbano. Para além desta questão, discutir acerca de direitos em uma sociedade que nos coloca em posição de execução de deveres cotidianos, aponta para direção de novos rumos no fomento as lutas por direitos.

Assim, o caminhar na estrada militante se faz na aproximação diária com os grupos excluídos, tecendo uma rede costurada com proposituras que emancipem sujeitos e os coloquem enquanto agentes de transformação de suas realidades.

[46] Letra da música "Divino maravilhoso", interpretada por Gal Costa.

É sabido, que há uma força motriz que opera na contramão destes ideais, enquanto mantenedora de situações de exclusão, fortalecendo práticas que colocam os sujeitos em condições vulneráveis, permanecendo sob o julgo dos opressores. Portanto, há de se descortinar acerca destes processos violentos deflagrados contra as populações que vivem nas ruas, desmistificando estigmas depreciativos que tem como alvo ataques contínuos contra este grupo.

As narrativas e memórias da rua trouxeram novas perspectivas acerca da dinâmica do sobreviver nos espaços públicos e o conjunto de conexões possíveis que permitem a manutenção da vida, mesmo que de forma precária, das pessoas que nela habitam. A rua, para alguns, escancara suas encruzilhadas e, num abraço acolhedor, acolhe os que desviam da convencionalidade, os que desejam ou não permanecer nesta rede (des)protegida. Essa ambiguidade é o que torna complexa a tarefa da compreensão da manutenção da privacidade das relações destas vidas a céu aberto.

Estes vínculos, que são para além de cunho territorial, podem ser facilitadores nos processos de (re)aproximação com os espaços escolares, mesmo que a estadia no urbano estenda-se para além do desejado/esperado. A educação pode representar, na trajetória das ruas, reordenamento das condições de vida, emancipação e construção de novas significações de suas existências que não estão contabilizadas, mas que compõem a estética vulnerável da urbe.

As contribuições Freireanas foram imprescindíveis para as reflexões trazidas na construção desse estudo, que adquiriu contornos críticos que sustentam também a crítica aos processos do ensino bancário e de uma educação que não atue sob o cerne da dialogicidade e da busca por práticas que libertem sujeitos das amarras que os prendem e os que impedem de construção de projetos significativos de vida.

Para além da ótica enviesada e moralista sobre as pessoas em situação de rua, visamos fazer nestas andanças uma via de aprendizado com os diversos saberes aqui expostos pelos colaboradores da pesquisa, produzindo sentidos e elaborando significados sobre as questões da educação enquanto direito humano fundamental.

Neste processo de escrita e produção, as narrativas e memórias da rua foram fundamentais para a compreensão de como estas pessoas se colocam perante temáticas que atravessam seus cotidianos e que por inúmeras questões rompem-se no decorrer da vida.

A rua, enquanto espaço de produção de identidades e manifestação de desejos, se coloca também no centro de grandes mobilizações populares históricas, que deixaram seu legado de lutas e que nos implicam a permanecer no ativismo pelo direito a ter direitos. Assim, nestes

acordes dissonantes da urbe, histórias nos foram gentilmente contadas por essa "gente espelho da vida doce mistério"[47].

No que concerne a refletir sobre a educação enquanto via de emancipação, verifica-se que não basta que se tenham escolas e oferta de vagas, mas que os espaços estejam preparados para lidar com a diversidade humana e, no caso das pessoas em situação de rua, com especificidades cotidianas que garantam a permanência nestes espaços.

Vivemos em uma sociedade em que muitas vezes os discursos não são colocados em prática, ou são deflagrados para erradicar grupos minoritários. São nestas frestas que os que resistem e insistem em defender os Direitos Humanos se encontram: nas cisões com o que se coloca enquanto ameaça às liberdades individuais e às diversas formas de estar no mundo.

Os encontros com as ruas se apresentam enquanto produções de vida no que tange o direito à cidade como possibilidade de (re)afirmação de outros direitos, inclusive de apostarmos nos vínculos territoriais como sendo estratégicos para a manutenção da vida e da dignidade das pessoas deste grupo populacional.

> O tempo no qual estamos vivendo certamente não é o das certezas; mas também não é o da completa incerteza, que dá vazão ao cinismo do "não tem saída" ou do "qualquer saída" diferente da atual nunca será melhor que ela. O tempo que vivemos é do tempo da construção de opções- para não sucumbir à ideia de que há uma só opção, o que é sinônimo de sua inexistência. Ora, se já não há certezas (absolutas), resta ao menos a certeza de que a incerteza é exatamente a abertura para várias possibilidades (Carbonari, 2007, p. 185).

As práticas voltadas aos Direitos Humanos carecem de reformulações no sentido de aproximação com a população no desenvolvimento de uma práxis que se coloque presente no cotidiano e atue para pensar com a coletividade, considerando o experienciar singular de vida e com estas, construir uma nova cultura de luta por direitos.

São muitas Marias, muitos Josés, Pedros e Severinas, sem lenço, sem documento, invisíveis perante as contagens oficiais, vivendo sob o julgamento de um sistema que se apodera de corpos em uma tentativa de docilizá-los e sucumbi-los na manutenção de uma ordem que encarcera a céu aberto, em sistemáticas ações higienistas e de silenciamentos contínuos, mas que se reinventam cotidianamente, adotando táticas de sobreviver em meio ao descompasso urbano.

Assim, nestas andarilhagens urbanas, observando os cenários que se modificam diariamente, passamos a pensar nestas composições destoantes da sociedade formal, mas que de alguma forma criam conexões para lidar com o desenrolar da vida.

---

[47] Trecho em referência à música "Gente", interpretada por Caetano Veloso.

É importante destacar que não se trata de exaltar a pobreza ou situações de extrema miséria, mas sim problematizar as maneiras com que o Estado lida com a questão da rua e de suas demandas que se transformam ao longo da história e são debatidos por diversos setores da sociedade. Apesar da existência de uma política nacional para as pessoas que vivem nos espaços públicos, as propostas apresentadas já não dão conta das problemáticas que emergiram, principalmente no período pandêmico, levando famílias inteiras a viverem nas ruas.

As lutas continuarão, o esperançar permanece enquanto combustível das lutas que se travam em nosso caminhar desejante de uma sociedade que ouça as vozes que reverberam das ruas, afinal "a existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo" (Freire, 2020, p.108).

(Carta ao povo da rua)

"É proibido, mas se quiser pode!"[48]

Salve os encontros nestas encruzilhadas urbanas, salve os ensinamentos que me colocam no lugar de eterna aprendiz. Salve os sorrisos, os choros, as lições de vida, os desafios que me colocam a refletir, a sair do lugar, mover-me e ir de encontro às possibilidades de atuar enquanto profissional que se coloca para fora das caixas, das salas, atravessando os muros institucionais, nesta existência que pulsa por desafiar uma órbita que está posta e tenta nos colocar em posição de conformidade. Foi com vocês que aprendi que posso dizer não, por mais que isso seja estranho aos olhos de quem espera um sim. Que hora e tempo não são as mesmas coisas para todo mundo e que é preciso retroceder em situações que exigem o exercício do pensar, e que amar para alguns pode ser simples, ou apenas um afago para lidar com a solidão da rua, com a violência e rupturas dos sentidos e significados de família e eu precisei compreender e respeitar tais modos de se colocar perante a vida. Aprendi que o céu, para alguns, é teto, a calçada, sala de estar e que a casa é a representação de onde guardamos partes significativas e afetuosas do nosso existir, e que é necessário "um olho no peixe e outro no gato" para lidar com as adversidades em nosso caminho, afinal, é preciso estar "ligeiro" e "meter a mola" pra sobreviver. E nós, com nossos rebuscados acadêmicos, com nossas formalidades, vamos aprendendo que a simplicidade também nos deixa grandes lições, ensinamentos daqueles que nunca estarão dispostos nos livros, mas que compõem uma ética para lidar com a vida e suas

[48] Frase do Redutor de Danos e músico João Cassiano, atuante em defesa da luta antimanicomial em João Pessoa.

adversidades. Agradecer, e deixar aqui registrado, é apenas uma das maneiras de reconhecimento. O que espero é continuar em defesa das possibilidades de existir, resistir, e agir com coerência com as premissas das lutas das ruas, destas caminhadas que se manifestam enquanto modo de ir na contramão de um sistema que tenta silenciar, deslegitimar e anular. A luta não acaba com a entrega desta pesquisa, ela apenas se insere em mais um local em que possamos ocupar, dialogar e fazer destas deambulações do urbano, um compromisso ético com a rua e com as reais possibilidades de mudança da realidade. Felizes sejam os encontros que nos colocam a desafiar nossas convicções e felizes sejam aqueles que tem a humildade em aprender com quem tem a sabedoria das experiências da rua. Rebelar-se, revolucionar, reivindicar, pois "a vida não parou, a vida não para aqui. A luta não acabou e nem acabará, só quando a liberdade raiar!"[49] Aos que já se foram, gratidão. Aos que aqui estão, força!

[49] Trecho da música de Edson Gomes: Lute.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? **Outra Travessia**, n. 5, p. 9-16, Santa Catarina, 2005.

ALÉCIO, Suelen Maiara dos Santos; FERMENTÃO, Cleide Aparecida Gomes Rodrigues. A Ausência do Direito à Educação e de Políticas Públicas na Tutela de uma Vida Digna dos Grupos em Situação de Rua. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas**, v. 9, n. 3, 2021.

ALMEIDA, Sara Ferreira de. Andarilhos da esperança: estudo sobre a luta política impulsionada pela vida na rua e seus processos educativos sistematizada na experiência do Fórum da População de Rua de São Carlos/SP entre 2016 e 2017. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, p. 376, 2018.

_____. **O retorno da população em situação de rua à educação escolar:** entre dificuldades e possibilidades. 2011. Monografia (Especialização em Educação de Jovens e Adultos). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, p. 182, 2011.

ANDRADE, Fábio Santos de; PEREIRA, Reginaldo Santos. Dossiê Pessoas em situação de rua: a luta pelo direito de viver. **RIDH**, v. 10, n. 1, p. 13-15, Bauru, 2022.

ANDRADE, Luana Padilha; COSTA, Samira Lima da; MARQUETTI, Fernanda Cristina. A rua tem um ímã, acho que é a liberdade: potência, sofrimento e estratégias de vida entre moradores de rua na cidade de Santos, no litoral do Estado de São Paulo. **Saúde e Sociedade**, v. 4, p. 1248-1261, São Paulo, 2014. DOI: 10.1590/S0104-12902014000400011.

ARROYO, Miguel G. **Passageiros da noite do trabalho para a EJA**: itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

_____. Pedagogias em movimento: o que temos a aprender dos movimentos sociais? **Currículo sem Fronteiras**, v. 3, 2003.

_____. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. **Educ. Soc.**, v. 31, n. 113, p.1381-1416, Campinas, 2010,

_____. O direito à educação e a nova segregação social e racial - tempos insatisfatórios? **Educação em Revista**, v. 31, Belo Horizonte, 2015.

_____. Reafirmação das lutas pela educação em uma sociedade desigual? Educação & Sociedade, v. 39, 2018.

Delgado, Lucilia de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. História Oral, v. 6, 2003.

AZEVEDO, Darana Carvalho de; BURLANDY, Luciene. Política de combate à pobreza no Brasil, concepções e estratégias. Katál, v. 13, n. 2, p. 201-209, Florianópolis, 2010.

BACHELARD, Gastón. **A Poética do Espaço**. 5ª ed., WMF Martins Fontes, 2008.

BANDEIRA, Manuel. Poesias completas. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

BELLOC, Márcio Mariath. **Homem-sem-história**: a narrativa como criação de cidadania. 1. ed. Porto Alegre: Rede Unida, p. 168, 2021.

BENEVIDES, Maria Vitória. Educação em Direitos Humanos: do que se trata? In: **Formação de educadores**: desafios e perspectivas. BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (org.). São Paulo: Editora UNESP, p. 309-318, 2007.

BENJAMIM, Valter. **Magia e técnica, arte e política**: Obras Escolhidas. Editora Brasiliense, 2017.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A educação como cultura: Memórias dos anos sessenta. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 23, n. 49, pág. 377-407, set./dez. 2017. DOI: 10.1590/S0104-71832017000300014.

_____. **Lutar com a palavra**: escritos sobre o trabalho do educador. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

_____. **O que é educação popular**. Brasiliense, 1983.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Escala, 2012

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, Brasília, 2022.

_____. **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Diário Oficial da União, p. 16, Brasília, 2009.

_____. **Decreto nº 9.894, de 27 de junho de 2019**. Dispõe sobre o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 jun. 2019. Seção 1, p.3.

_____. **Decreto nº 11.472, de 6 de abril de 2023**. Altera o Decreto nº 9.894, de 27 de junho de 2019, que dispõe sobre o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 abr. 2023. Seção 1, p.1.

_____. **Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005**. Altera a Lei de nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento as pessoas que vivem em situação de rua. Diário Oficial da União, Brasília, 2005.

_____. **Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua. Diário Oficial da União, Brasília, 2005.

_____. **Manual sobre o cuidado à saúde junto a população em situação de rua**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Brasília, 2012.

_____. **Rua**: Aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2009.

_____. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP SUAS e População em Situação de Rua. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social, v. 3, Brasília, 2011.

_____. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**: Linha de Base Diretoria de Estudos Educacionais (DIRED). Ministério da Educação, Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino, Brasília: MEC, 2015.

_____. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004**: Norma Operacional Básica - NOB/SUAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasília, 2005.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 2005.

CARBONARI, Paulo César. **Democracia e direitos humanos**: aprendizagens para a educação em direitos humanos. Revista Interamericana de Direitos Humanos, Bauru, v. 9, n. 2, p. 35-45, 2021.

CASA de papelão. Intérprete: Criolo. Compositor: Criolo, Daniel Ganjaman, Marcelo Cabral, Guilherme Held. In: CONVOQUE seu Buda. Intérprete: Criolo. São Paulo: Daniel Ganjaman, Estúdio El Rocha, 2014. Disponível em: https://www.letras.mus.br/criolo/casa-de-papelao/. Acesso em: 25 out. 2022.

CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a "desfiliação". **Caderno CRH**, n. 26/27, p. 19-40, Salvador, 1997.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CIDH - Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Situação dos Direitos Humanos no Brasil**. 9ª ed, OEA, Brasília, p. 207, 2021.

COMIDA. Intérprete: Titãs. Compositor: Arnaldo Antunes, Marcelo Fromer, Sérgio Britto. In: JESUS não tem dentes no país dos banguelas. Intérprete: Titãs. [S. l.]: WEA, 1987. Disponível em: https://www.letras.mus.br/titas/91453/. Acesso em: 3 jun. 2023.

CORTINA, Adela. **Aporofobia, a aversão ao pobre**: um desafio para a democracia. Tradução: Daniel Fabre. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

COSTA, Ana Paula Motta. População em Situação de Rua: contextualização e caracterização. **Revista Virtual Textos & Contextos**, n. 4, 2005.

CUNDA, Mateus Freitas; SILVA, Rosane Neves. Me chamo rua, população, uma situação: os nomes da rua e as políticas da cidade. **Psicologia & Sociedade**, v. 32, 2020.

DANTAS, Lucas Eduardo Lima. População de rua e cidade: uma análise da ressignificação dos espaços urbanos. **Cadernos Metrópole**, v. 51, p. 651-675, São Paulo, 2021. DOI: 10.1590/2236-9996.2021-5109 .

DEUS lhe pague. Intérprete: Chico Buarque de Hollanda. Compositor: Chico Buarque de Hollanda. In: A ARTE de Chico Buarque. Intérprete: Chico Buarque de Hollanda. [S. l.]: Phonogram/Phillips, 1975. Disponível em: https://www.letras.mus.br/chico-buarque/72896. Acesso em: 17 set. 2022.

DORNELAS, K. C. S. Nessa rua, nessa rua, têm educandos da EJA com narrativas para nos contar. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, p. 163, 2019.

DUBET, François. As desigualdades multiplicadas. **Revista Brasileira de Educação**, n. 17, p. 5-18, 2001.

ESCOREL, Sarah. **Vidas ao léo**: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

EVARISTO, C. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FERNANDES, Yrama Siqueira; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Direitos Humanos, Diferenças e Educação: desafios para o cotidiano escolar. **Revista Momento – Diálogos em Educação**, v. 1, p. 40-56, 2022. DOI: 10.14295/momento.v31i01.13436.

FERRARO, Alceu Ravanello. Direito à Educação no Brasil e dívida educacional: e se o povo cobrasse? **Educação e Pesquisa**, v. 2, p. 273-289, São Paulo, 2008

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, v. 5, p. 314-332, Rio de Janeiro, 2002.

FERRO, M. C. T. **Desafíos de la Participación Social: Alcances y Límites de la Construcción de la Política Nacional para la Población en Situación de Calle de Brasil**. 2011. Tese (Doutorado em Ciência, Política e Sociologia). Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, p. 229, 2011.

FERRO, M. C. T. A Política Nacional para a população em situação de rua no Brasil: avanços e limites da participação social. In: **Congresso da Associação de Estudos Latino-Americanos**. São Francisco, Califórnia. p. 23-26, 2012.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a Liberdade**. 5 ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **Direitos Humanos e educação libertadora**. 2 ª. ed. Rio de Janeiro-São Paulo: Paz e Terra, p. 351, 2020.

_____. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 39 ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 2009.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 74 ª ed., Rio de Janeiro-São Paulo: Paz e Terra, p. 256, 2020.

GAGNÉBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

GALEANO, Eduardo**. Os filhos dos dias**. Tradução: Eric Nepomuceno. L&PM, 2012.

_____. **O Livro dos Abraços**. Tradução: Eric Nepomuceno. L&PM, 2005.

GENTE. Intérprete: Caetano Veloso. Compositor: Caetano Veloso. In: OFERTÓRIO. Intérprete: Caetano Veloso. [S. l.]: Universal Music, 2018. Disponível em: https://www.letras.mus.br/caetano-veloso/44729. Acesso em: 19 nov. 2022.

GODINHO, J. M. **A escola de quem não tem escola: os desafios da escolarização para jovens em situação de rua**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação Pontifícia da Universidade Católica do Rio Grande do Sul , Porto Alegre, p. 91, 2015.

GOHN, Maria da Glória. "Educação popular e movimentos sociais". In: **Educação Popular**: Lugar de construção social coletiva. STRECK, Danilo R.; ESTEBAM, Maria Teresa (org.). Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

_____. Sociedade Civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs. **Meta:avaliação**, v. 5, n. 14, p. 238-253, Rio de Janeiro, 2013.

GOMES, Rita de Cassia Maciazeki. **Gente Caracol**: a cidade contemporânea e o habitar as ruas. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social Institucional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

GUIMARÃES, Nadya Araújo; PAUGAM, Serge; PRATES, Ian. Laços à brasileira: desigualdades e vínculos sociais. **Tempo Social**, v. 32, n. 3, p. 265-300, 2020.

HARVEY, D. **O direito à cidade**. Tradução: Jair Pinheiro. New Left Review, 2008.

HOBSBAWM, E. **Tempos Interessantes**: uma vida no século XX. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Educação 2022**. Rio de Janeiro, 2023.

JABUR, Pedro de Andrade Calil; CONCEIÇÃO, Cássio Henrique Oliveira da; SOUSA, Tâmara Rios de. Encontro na cidade: práticas de se habitar como vínculos para a produção de cuidado pelas ruas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 1, p. 17-26, 2022.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 9. ed. São Paulo: Ática, 2007.

KLAUMANN, Alexandre da Rocha. **Moradores de rua** – Um enfoque histórico e socioassistencial da população em situação de rua no Brasil: a realidade do Centro POP de Rio do Sul/ SC. UNIEDU, 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução: Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2010.

LEMÕES, Tiago. "Sempre tem notas na minha vida": sobre a produção técnica, política e discursiva de assuntos (in)capazes. **Revista de Antropologia da UFSCar**, p. 275-299, 2018.

_____. O sangue nas ruas: sobre agência e normatividade na mobilização política de pessoas em situação de rua. **Cadernos de Campos**, n. 24, p. 315-336, São Paulo, 2015.

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, v. 1, p. 13-28, São Paulo, 2012.

LILI. Intérprete: Edson Gomes. Compositor: Edson Gomes. In: RECÔNCAVO. Intérprete: Edson Gomes. Salvador: EMI-Odeon, 1990. Disponível em: https://www.letras.mus.br/edson-gomes/322653/. Acesso em: 14 jul. 2023.

LIMA, Natália Potiguara Moraes. **Movimento Nacional da População em Situação de Rua do RN: Formação Política**. 2018. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Psicologia, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, p. 155, 2018.

LOPES, A. M. C. **As Populações em Situação de Rua e o acesso à educação escolar: desafios e perspectivas para a Educação de Pessoas Jovens e Adultas**. 2017. Monografia (Graduação em Pedagogia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, p. 55, 2017.

MACHADO, Ricardo William Guimarães. A construção da política nacional para População em Situação de Rua. **Temporalis**, v. 20, n. 39, p. 102-118, 2020. DOI: 10.22422/temporalis.2020v20n39p102-118

MACIEL, Fabrício. Exclusão ou desfiliação social? Robert Castel e uma sociologia política para a periferia do capitalismo. **Terceiro Milênio**: Revista Crítica de Sociologia e Política, v. 12, n. 1, 2019.

MAY, V. A. **Trajetórias de escolarização de sujeitos em contextos de rua**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, p. 104, 2010.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução: Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 71 p., 2018,

MEDRADO, B; SPINK, M. J; MÉLLO, R. P. **Diários como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas**. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, Rio de Janeiro, 2014.

MEIHY, J. C. S. B. Desafios da História Oral Latino-Americana: o caso do Brasil. In: **História Oral**: Desafios para o século XXI. FERREIRA, M. M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

MELO, Mônica Santos de Souza. O debate sobre aporofobia promovido pelo Padre Júlio Lancellotti nas redes sociais: uma análise semiolinguística. **SOLETRAS**, n. 43, 2022.

MELO NETO, João Cabral de. **Obra completa**: volume único. Marly de Oliveira (Org.). Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

MENDONÇA, Erasto Fortes. A educação em direitos humanos como política pública no Brasil. **RIDH**, v. 9, n. 2, p. 19-33, Bauru, 2021.

MISTÉRIO do planeta. Intérprete: Novos Baianos. Compositor: Luiz Galvão, Moraes Moreira. In: ACABOU Chorare. Intérprete: Novos Baianos. [S. l.]: Som Livre, 1972. Disponível em: https://www.letras.mus.br/os-novos-baianos/122202/. Acesso em: 1 set. 2023.

MNPR - Movimento Nacional da População de Rua. **Cartilha de formação do movimento nacional da população de rua**. 2010.

NASCIMENTO, E. P. Hipóteses Sobre a Nova Exclusão Social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. **Cadernos de Pesquisa**, n. 21, p. 29-47, Salvador, 1994.

NASCIMENTO, R. C. D. **Representações sociais dos (as) profissionais da educação sobre a escolarização da população em situação de rua em Brasília**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, p. 232, 2022.

NATALINO, M. A. C. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil**. IPEA, Brasília, 2016.

_____. **Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil**. IPEA, Brasília, 2020.

NEGRO Drama. Intérprete: Racionais MC's. Compositor: Edi Rock, Mano Brown. In: NADA como um dia após o outro. Intérprete: Racionais MC's. [S. l.]: Costa Nostra, 2002. Disponível em: https://www.letras.mus.br/racionais-mcs/63398. Acesso em: 17 set. 2022.

NERI, Marcelo. **Novo mapa da pobreza**. Rio de Janeiro: FGV Social, Fundação Getúlio Vargas, 2022.

NONATO, D. N.; RAIOL, R. W. G. Invisíveis sociais: A negação do direito à cidade à população em situação de rua. **Revista Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade**, v. 2, n. 2, p. 81-101, Curitiba, 2016.

NOVAES, Edmarcus Carvalho; SOUZA, Sandra Aparecida Barbosa; PEREIRA, Wanderson. O direito à educação e as possibilidades de ressignificação: um relato de experiência com pessoas em situação de rua. **InSURgência**, v. 5, n. 2, Brasília, 2019.

O CANTO das três raças. Intérprete: Clara Nunes. Compositor: Mauro Duarte, Paulo César Pinheiro. In: O CANTO das três raças. Intérprete: Clara Nunes. [S. l.]: Odeon, 1976. Disponível em: https://www.letras.mus.br/clara-nunes/83169/. Acesso em: 11 ago. 2023.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948.

PEQUENA memória para um tempo sem memória (A Legião dos Esquecidos). Intérprete: Gonzaguinha. Compositor: Gonzaguinha. In: A VIAGEM de Gonzagão e Gonzaguinha. Intérprete: Gonzaguinha e Luiz Gonzaga. [S. l.]: EMI Records Brasil Ltda, 1981. Disponível em: https://www.letras.mus.br/gonzaguinha/1772122. Acesso em: 13 ago. 2023.

PETRUS, Antoni; ROMANS, Marcé; TRILLIA, Jaume. **Profissão: Educador social**. Tradução: Ernani Rosa, Porto Alegre: Artimed, 2003.

PINHEIRO, Paulo César. Toque de Cavalaria. Quitanda In: **Besouro de Capoeira**. Cordilheiras, Sony/ATV, 2010. Disponível em: < https://www.letras.mus.br/paulo-cesar-pinheiro/toque-de-cavalaria/>. Acesso em: 22 out. 2022.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista estudos históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PRATES, Jane Cruz; NUNES, Rodrigo dos Santos. As refrações da questão social expressas nos processos de ruralização no Brasil. In: **População em situação de rua**: abordagens interdisciplinares e perspectivas intersetoriais. NUNES, Nilza Rogéria de Andrade; SENNA, Mônica de Castro Maia; CINACCHI, Giovanna Bueno (org.). Porto Alegre: Editora Rede UNIDA, 2022.

PRIORI, Josimar. De mendigos a população: transformações nos modos de compreender a vida nas ruas. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 219, p. 109-118, 2019.

QUINTANA, Mário. **Apontamentos de história sobrenatural**. Globo, 1976.

REIS, E. P. Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, p. 141-152, Rio de Janeiro, 2000.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro e a formação social do Brasil**. 3 ª ed. São Paulo: Global, 2015.

ROCHA, S. M. R. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. Editora Companhia das Letras, 2019.

ROZENO, V. **Antagonismos da educação escolar de Pessoas em Situação de Rua**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituto de Educação da Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, p. 205, 2020.

SANGRANDO. Intérprete: Gonzaguinha. Compositor: Gonzaguinha. In: DE VOLTA ao começo. Intérprete: Gonzaguinha. [S. l.]: EMI Records Brasil Ltda, 1980. Disponível em: https://www.letras.mus.br/gonzaguinha/46287/. Acesso em: 28 set. 2022.

SANTANA, M. V. O. As pessoas em situação de rua e a bio-necropolítica como política de Estado. **Revista Apoena**, v. 2, n. 4, 2020.

SANTI, Wanderson da Silva. Educação de jovens e adultos: reflexões teóricas sobre seus sujeitos. In: **XIX Encontro de História da Anpuh**, 2020.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. **Território**: globalização e fragmentação. 4 ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6 ª ed. Rio de Janeiro-São Paulo: Editora Record, 2001.

SANTOS, R. F. D. **O acolhimento da População em Situação de Rua: a experiência do núcleo de trabalho educativo da EPA**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 125, 2018.

SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

SCALON, Celi. **Imagens da desigualdade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Carla Regina. et al. Estratégias criativas e a população em situação de rua: terapia ocupacional, arte, cultura e deslocamentos sensíveis. **Cadernos Brasileiros de Terapia ocupacional**, v. 26, n. 2, p. 489-500, São Carlos, 2018.

SILVA, Maria Clara Fernandes. A Influência do neoliberalismo na efetivação do direito à educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista de Filosofia do Direito, do Estado e da Sociedade**, Natal, 2019.

SILVA, Cristovão Teixeira Rodrigues; MENEZES, Antonio Basílio Novaes Thomaz de. Educação em direitos humanos na América Latina: fundamentos para uma prática democrática educativa. **RIDH**, v. 9, n. 1, p. 231-254, Bauru, 2021.

SILVA, R. B.; COSTA, A. P. Direitos humanos da população em situação de rua? Paradoxos e aproximações a uma vida digna. **Revista Direitos Humanos e Democracia**, n. 6, 2015.

SILVA JUNIOR, D. V.; BELLOC, M. M. Invisible dwelling: life production and care in the urban experience. **Interface**, v. 22, n. 67, p. 1065-1075, Botucatu, 2018.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; DIAS, Adelaide Alves; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; ALENCAR, Maria Luiza Pereira de; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. **Educação em Direitos Humanos**: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, Kleyne Cristina Dornelas de. **Nessa rua, nessa rua, têm educandos da EJA com narrativas fotográficas para nos contar.** 2019. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Brasília, Brasília, p. 163, 2019.

SOUZA, Kleyne Cristina Dornelas; VIEIRA, Maria Clarisse. Pobreza e Resiliência nas Narrativas de Educandos da EJA em Situação de Rua. **Educação & Realidade**, v. 47, Porto Alegre, 2022. DOI: 10.1590/2175-6236108942 .

SOUZA NETO, João Clemente de; BARBOSA, Orlando Coelho; LOPES, Leandro Alves. População em situação de rua, expressão da desigualdade social. **RIDH**, v. 10, n. 1, p. 17-39, Bauru, 2022.

TABORDA, Marcia. **Cidadania na escola de Porto Alegre**: Processos de formação e (re)conhecimento de sujeitos em situação de rua. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, p. 191, 2020

VIECELI, A. P. **Lugares da loucura**: Arquitetura e cidade no encontro com a diferença. 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

VIOLA, S. E. A.; ZENAIDE, M. N. T. Reflexões históricas sobre a Educação em Direitos Humanos. In: **Direitos Humanos na Educação Superior**: subsídios para a Educação em Direitos Humanos nas Ciências Sociais. FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares, PEREIRA, Célia Maria da Costa; SILVA, Itamar Nunes da (Org). João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

WATTE, Franciele Beatriz; ROMANINI, Moisés. "Você é um homem ou um rato?": percepções sobre saúde mental em um grupo de pessoas em situação de rua. **Revista Diversidade e Educação**, v. 7, p. 159-177, 2019.

ZEROVINTEUM. Intérprete: Planet Hemp. Compositor: Marcelo D2, BNegão, Black Alien. In: OS CÃES Ladram Mas a Caravana Não Pára. Intérprete: Planet Hemp. [S. l.]: Sony Music, 1997. Disponível em: https://www.letras.mus.br/planet-hemp/79173/. Acesso em: 8 jul. 2022.

ANEXO I

Carta de Brasília Aberta ao Presidente da República Federativa de Brasil

(20 de maio de 2009)

Carta de Brasília Aberta ao Presidente da República Federativa do Brasil

Vem vamos embora que
esperar não é saber,quem sabe
faz a hora não espera
acontecer..."

(Para não dizer que não falei das flores)

Geraldo Vandré

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Como é do vosso conhecimento, o fenômeno população em situação de rua é antigo. Sua história remonta ao surgimento das sociedades pré-industriais da Europa, no processo de criação das condições necessárias à produção capitalista. No contexto da chamada acumulação primitiva, os camponeses foram desapropriados e expulsos de suas terras e nem todos foram absorvidos pela indústria nascente. Isso fezcom que a maioria desses camponeses vivenciasse a amarga experiência de perambular pelas ruas exposta à violência da sociedade opressora, que acabara de nascer. Assim surgiu o pauperismo que se generalizou pelaEuropa Ocidental, ao final do século XVIII e forjou o fenômeno população em situação de rua.

Com o desenvolvimento do capitalismo, sua produção e reprodução ocorrem no contexto da produção do chamado exército de reserva que mantém a oferta e a procura de trabalho e também os salários em sintonia com as necessidades de expansão do capital. Desse modo, esse fenômeno é inerente à sociedade capitalista. Todavia, pode ser inibido pela ação de políticas sociais, ainda que as condições que lhe dão origem permaneçam, dado que as políticas sociais não são capazes de eliminar a estrutura de classes da sociedade capitalista.

No Brasil, não se tem conhecimento de estudos sobre a origem e o resgate histórico do fenômeno, o que não permite comparações entre os períodos anteriores à década de 1990. Entretanto, a realização dos primeiros estudos sobre o fenômeno no curso da década de 1990 e a ampliação das iniciativas de enfrentamento da problemática em algumas cidades brasileiras[50] são reveladores da dimensão

[50] O "I Seminário Nacional Sobre População de Rua" no Brasil, ocorrido em São Paulo entre os dias 3 e 5 de junho de 1992, organizado por organizações não governamentais e pela Prefeitura de São Paulo contou com representantes de 17 municípios do País e registrou as primeiras iniciativas de trabalhos e esforços de configuração de perfis da população em situação de rua no Brasil na década de 1990. Cf.: ROSA, C. Moreno Maffei (org.). *População de Rua Brasil e Canadá*. São Paulo: Hucitec, 1995.

alcançada pelo fenômeno, neste período recente da história do País, coincidente com as mudanças provocadas pelo capitalismo em escala mundial, a partir da segunda metade do decênio de 1970, manifestas no Brasil, sobretudo, a partir de 1995. Nesse período, percebeu-se a expansão do exército de reserva no mundo e no Brasil, em decorrência do aprofundamento do desemprego, do trabalho precarizado e do *pauperismo* crescente, o que ajuda a explicar a expansão da população em situação de rua.

Ainda na década de 1990 o avanço do projeto neoliberal no País, imprimiu às políticas sociais uma conformação seletiva e residual, com profundos limites de cobertura e abrangência. Nesse quadro, a relação da população em situação de rua com as políticas sociais é de completa exclusão. Não existem políticas sociais no País capazes de alcançá-la plenamente. Seja pelos próprios limites destas políticas, pelo formato que possuem ou pelo preconceito social e ação discriminadora que atinge essa população.

Estudos revelam que no período transcorrido entre 1995 e 2005, o Brasil foi marcado pelo aprofundamento do desemprego, do trabalho precarizado, pela fragilização das políticas sociais e pela expansão do fenômeno população em situação de rua. Fortes sinais inferem que esse fenômeno é multideterminado, porém, nesse período, sofreu aguda determinação das mudanças no mundo do trabalho associadas à precária proteção social pelas políticas sociais[51].

Todavia, é importante ressaltar que o seu governo inaugurou um inédito tempo de esperança para este segmento populacional. Esperança que impulsionou mobilizações que envolveram entidades da sociedade civil, universidades, movimentos, personalidades políticas, agentes públicos (gestores e técnicos)e religiosos, em defesa da ampliação do acesso desse grupo populacional às políticas sociais, resultando em conquistas, entre as quais se destacam:

- a realização do I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, organizado pelo governo federal, em 2005, que contou com representantes de 12 cidades e teve como principal objetivo traçar estratégias e diretrizes para a construção de políticas nacionalmente articuladasdirigidas a esse público;

- a realização do segundo censo de população em situação de rua, em Belo Horizonte e Recife, em 2005, com financiamento e sob orientação técnica do governo federal, com a participação do governo local, organizações não governamentais que atuam junto ao segmento, universidades eóruns e de pessoas com trajetória de rua;

- e edição da Lei 11.258, de 30 de dezembro de 2005, que obriga a criação de programas paraa população em situação de rua na organização da assistência social;

---

[51] Cf.: SILVA, Maria Lucia Lopes da. Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005**.** Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, 2006. 220 f.

- a contagem da população em situação de rua em 71 municípios, incluídas as capitais que ainda não haviam realizado contagem e cidades com mais de 300 mil habitantes, cujos resultados foram divulgados em março de 2008; e
- a edição do Decreto sem número, de 25 de outubro de 2006, que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial – GTI, com a finalidade de apresentar propostas de políticas públicas para a população em situação de rua, cujo resultado foi dado neste evento.

É indispensável ressaltar que essas iniciativas são inéditas e expressivas para o enfrentamento do fenômeno. Elas buscam combinar a produção de dados e informações sobre este grupo social com a proposição de políticas públicas. Além disso, desenvolveram-se com a participação de sujeitos sociais que atuam nessa área e com a representação do movimento organizado da população em situação de rua, que desde setembro de 2005 ganhou expressão nacional, com o lançamento do Movimento Nacional de População de Rua - MNPR. Mas, são iniciativas insuficientes para a superação das desvantagens sociais enfrentadas por este grupo social.

Como resultado mais precioso do processo que produziu essas medidas temos o inconteste fortalecimento da capacidade mobilizadora do Movimento Nacional da População de Rua sustentado na esperança de superação do *apartheid* social que atinge este grupo populacional. Uma esperança aguçada diretamente pelo Excelentíssimo Presidente da República nas diversas oportunidades de interlocução direta com representantes da sociedade civil que atuam junto a esse segmento e com os representantes do Movimento Nacional da População de Rua. Foi esta esperança que nos moveu a percorrer o Brasil debatendo as propostas que conformam o que ora foi apresentado ao País e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República pelo GTI como *Política Nacional para a População em Situação de Rua*. É também essa esperança que nos faz ratificar a proposta apresentada pelo GTI, como legítima e representativa da opinião dos representantes da sociedade civil, com três importantes ressalvas: é preciso que seja transformada em direito por meio dos instrumentos regulatórios adequados (leis, decretos, portarias, etc.); é imprescindível que todos os programas, projetos, benefícios e serviços em que ela se transforme tenham fontes de financiamento assegurados; e, finalmente, esta proposta **só manterá a qualidade com a qual a apresentamos nesta carta, se for preservada na íntegra, com absoluta prevalência de importância e urgência no atendimento das seguintes proposições**:

1- Constituição de grupo de trabalho para discutir formas de indenização da população em situação de rua pelas desvantagens sociais a que foi submetida historicamente;
2- Implantação do Centro de Referência Nacional em Direitos Humanos da população em situação derua, com objetivo de promoção e defesa dos direitos humanos dessa população mediante: a) aprodução e divulgação de conhecimentos sobre o tema da população em situação de rua, contemplando a diversidade humana, em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de

gênero, geracional, dentre outras; b) incentivo e criação de fóruns e/ou comitês regionais para acompanhar e monitorar a implantação desta Política, nos Estados, no Distrito Federal e municípios; c) incentivo à criação e divulgação de serviços, programas e canais de comunicação para denúncias e sugestões, garantindo o anonimato dos usuários; d) elaboração e divulgação de indicadores sobre a população em situação de rua para subsidiar as políticas públicas; e) pesquisas sobre processos instaurados, decisões e penas aplicadas a acusados de crimes contra a população em situação de rua;

3- Federalização dos crimes de lesa-humanidade ou de grande repercussão cometidos contra a população em situação de rua, bem como a inclusão das pessoas em situação de rua no Programa de Proteção Especial às Vítimas e Testemunhas, estendendo-lhes todas as prerrogativas legais;

4- Alteração de leis sobre direitos trabalhistas e previdenciários para contemplar: a) incentivo às formas de economia solidária e atividades cooperadas e associadas de trabalho, com proteção previdenciária;

b) garantia de ações que visem à reserva de cotas de trabalho para população em situação de rua; c) garantia de que os contratos de aprendizagem para a população em situação de rua não exijam limite de idade máxima; e d) garantia de contratação de trabalhadores em situação de rua nos contratos da Administração Pública, nos projetos básicos e projetos executivos de obras e serviços, em percentual não inferior a 2% do pessoal contratado, garantida a contratação de pelo menos uma pessoa, sempre que o objeto da obra ou serviço for compatível com a utilização de mão-de-obra de qualificaçãobásica, alterando, para tanto, a Lei nº. 8666 de 21 de julho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que institui normas para licitações e contratos da Administração Públicae dá outras providências;

5- Garantia do acesso da população em situação de rua aos Programas de Habitação de Interesse Social existentes ou que venham a ser criados, financiados e/ou subsidiados pelo Governo Federal, articulados ou não aos governos Estaduais e Municipais, respeitando suas condições e características;

6- Implementação de política de Locação Social em áreas centrais que garanta à população em situação de rua moradias dignas adequadas às suas necessidades e às de sua família, com valores de aluguéis compatíveis com as suas possibilidades, no contexto de priorização do acesso aos programas de moradia definitiva;

7- Estruturação e reestruturação da rede de acolhida temporária de acordo com a heterogeneidade e diversidade da população em situação de rua e, em consonância, com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com os conceitos preconizados na Política Nacional de Assistência Social e com as demais políticas, particularmente, trabalho, habitação, saúde e educação, tendo como referência um padrão básico de qualidade, segurança e conforto que contemple critérios,

tais como:

a. Limite máximo de usuários, entre 20 e 50, por cada unidade de acolhida, respeitando o perfildos usuários a que se destina;
b. Limite máximo de quatro pessoas por quarto, resguardada a privacidade de cada um no uso dosequipamentos para atender as necessidades individuais;
c. Regras de convivência e de funcionamento das unidades construídas com a participação dosusuários dessas unidades, conforme sejam os seus perfis;
d. Acessibilidade, segurança e conforto e condições de salubridade nas unidades de acolhidatemporária, respeitando a legislação e regulamentos normativos federais existentes sobre o

   assunto, especialmente o Estatuto do Idoso, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o DecretoLegislativo Nº 186, de 2008, que aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoascom Deficiência e de seu Protocolo Facultativo;

e. Distribuição espacial democrática das unidades de acolhida temporária, respeitando o direitode permanência e usufruto da cidade e do solo urbano, com segurança e igualdade de condições de acesso aos serviços públicos;
f. Informação sobre os direitos e garantias ofertadas pelo SUAS;
g. Promoção do acesso aos programas de saúde de redução de danos pelo uso de álcool e outras drogas.

8. Redução da idade para 50 anos para fins de acesso ao BPC para pessoas idosas em situação de rua;
9. Inclusão do tema população em situação de rua no contexto dos direitos humanos e das políticas públicas no currículo das escolas de modo transversal na rede pública tendo em vista o enfrentamentode práticas discriminatórias;
10. Implantação de Restaurantes-Escolas, como projeto de geração de trabalho e renda para a populaçãoem situação de rua**;**
11. Criação de Casas de cuidado com o desenvolvimento de metodologia específica em todas as capitais;
12. Adoção imediata por todas as políticas sob coordenação e responsabilidade do governo federal do procedimento referente ao endereço da população em situação de rua já adotado para fins de acesso ao Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social estabelecido pelo Decreto 6214 de 26 de outubro de 2007 e alterado pelo Decreto 6564 de 12 de setembro de 2008;
13. Adoção de uma noção de território para fins da universalização das políticas públicas que se desenvolva a partir da ênfase nos aspectos político, econômico e simbólico, fugindo às restrições conceituais limitadas ao território físico.

Além dessa imprescindível priorização, cuja materialidade dos treze pontos possa ser confirmada no intervalo de tempo máximo de 365 dias contados da entrega da proposta de Política Nacional para a População em Situação de Rua ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República ou a seus representantes, torna-se premente a adoção das seguintes medidas estratégicas para a plena implementação desta política como instrumento da realização dos direitos sociais, com vistas a assegurar a universalização do acesso da população em situação de rua a esses direitos, assegurada a igualdade de condições para esse acesso:

1- Instituição e composição imediata de um Comitê Nacional de composição tripartite com representantes da sociedade civil, usuários da política e representantes dos ministérios responsáveis pelas políticas que serão aprofundadas pela Política Nacional para a População em Situação de Rua, com o objetivo de subsidiar a regulação e monitorar a implementação da dessa

   Política Nacional, pelo período de um ano, a contar da data de sua instalação, podendo ser renovado, se for considerado necessário pela maioria de seus membros.

2- Ampla campanha publicitária sobre os direitos ampliados e adquiridos pela população em situaçãode rua, com vista ao seu pleno usufruto e superação do estigma social e preconceito contra a população em situação de rua.

3- Para fins da Política Nacional para a População em Situação de Rua adotar a seguinte noção de população em situação de rua por ser uma noção, ainda em construção, mas que procura contemplar os diferentes recortes conceituais já adotados em pesquisas censitárias e na elaboração de políticas públicas conforme reconhece a pesquisadora que a adota:
   considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo, que tem em comum a pobreza absoluta, os vínculos familiares fragilizados ou interrompidos, a inexistência de moradia convencional regular para uso privado e faz da rua espaço de moradia e sustento por contingência temporária ou de forma permanente, podendo utilizar albergues para pernoitar e abrigos, repúblicas, casas de acolhida temporária ou moradias provisórias, no processo de construção de saída das ruas (Silva, 2006)[52].

Por fim, Senhor Presidente, nos cabe reiterar o nosso mais veemente compromisso com a implementação da política que lhe estar sendo entregue, por acreditar que ela possibilitará o alargamentoda cidadania, o fortalecimento e a concretização dos direitos humanos, a redução da pobreza e das desigualdades sociais, com respeito à diversidade humana no Brasil. A nossa aposta é

[52] SILVA, Maria Lucia Lopes da. Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005**.** Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, 2006. 220 f.

que as políticas que congregam o documento, *Política Nacional para a População em situação de rua*, se forem implementadas consoante aos princípios e diretrizes que lhe dão sustentação, com certeza abrirão uma travessia fecunda na direção da felicidade de milhares de brasileiros e da concretização do Brasil como um País de Todos!

É o nosso desejo e o nosso compromisso!

Movimento Nacional da População de Rua e demais representantes da sociedade civil presentesneste II Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua.

Brasília, 20 de maio de 2009.

ANEXO II

7. COMO ORGANIZAR O MNPR EM SUA CIDADE

Um bom começo é reunir as pessoas que estão nas ruas e aquelas com trajetória de rua para refletir sobre os problemas e as violações de direitos e, juntos, encontrar caminhos para resolvê-los.

Desta organização que vem da rua, da base, nasce a força para uma organização maior nos estados e no Brasil. É importante ainda que a organização local esteja sempre em sintonia com a coordenação nacional do MNPR. A cidade que assim se organiza garante mais visibilidade e força à luta da população em situação de rua.

Para se estruturar, o movimento precisa necessariamente:

- **Organizar grupos de base com participação efetiva**
- **Formar lideranças**
- **Ter instâncias de decisão**
- **Fazer formação política**
- **Definir princípios, objetivos e bandeiras de luta**

APÊNDICE I

Tabela 02 – Publicações contendo a sistematização do estado da arte.

Título	**Autor (a)**	**Instituição/área/Linha de pesquisa**	**Ano/trabalho**
Trajetórias de escolarização de sujeitos em contexto de rua.	Viviane Ayroso May	Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina. Linha de Pesquisa: História e Historiografia da Educação	2010 (dissertação)
População em Situação de Rua e o retorno à educação escolar: entre dificuldades e possibilidades**.**	Sara Ferreira de Almeida	Mestrado em Educação (PPGE/UFSCar)	2012 (dissertação)
A escola de quem não tem escola: os desafios da escolarização para jovens em situação de rua	Josiane Machado Godinho	Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.	2015 (dissertação)
A influência do neoliberalismo na efetivação do direito a educação de jovens e adultos no Brasil	Maria Clara Fernandes Silva	Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN) Curso: Direito	2016 (artigo)
As Populações em Situação de Rua e o acesso à educação escolar: desafios e perspectivas para a educação de pessoas jovens e adultas	Anita Mayra C. Lopes	Universidade Federal da Paraíba (UFPB) Curso: Pedagogia	2017 (monografia)
População em situação de Rua e teoria crítica de Theodor Adorno na educação: algumas interlocuções	Aline Cristina A. Vargas	Pós- Graduação em Filosofia da Educação da Universidade Federal do Paraná	2017 (dissertação)

Andarilhos da Esperança: estudo sobre a luta política impulsionada pela vida na rua e seus processos educativos sistematizada na experiência do Fórum da População de Rua de São Carlos/SP entre 2016 e 2017	Sara Ferreira de Almeida	Programa de Pós Graduação em Educação do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos.	2018 (tese)
O acolhimento da População em Situação de Rua: a experiência do núcleo educativo da EPA	Renato Farias dos Santos	Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2018 (dissertação)
Por onde andam os direitos à saúde, educação e assistência social para a População de rua no Distrito Federal em 2017?	Guilherme Augusto Pires Gomes; Larissa Alencar Rodrigues; Tâmara Rios de Sousa	Trabalho de Conclusão de Curso apresentada à Escola Fiocruz de Governo como requisito para obtenção do título de especialista em Saúde Coletiva.	2018 (Trabalho de Conclusão de Curso)
Nessa rua, nessa rua, têm educandos do EJA com narrativas fotográficas para nos contar	Kleyne Cristina D.de Souza	Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília – UnB Área de concentração: Escola, Aprendizagens, Práticas Pedagógicas e Subjetividade na Educação.	2019 (dissertação)
O direito à educação e as possibilidades de ressignificação: um relato de experiência com pessoas em situação de rua	Edmarcus Carvalho Novaes; Sandra Aparecida Barbosa Souza; Wanderson Pereira		2019 (artigo)
Antagonismos da educação escolar de pessoas em situação de rua	Valdir Rozeno	Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso	2020 (dissertação)

Cidadania na escola de Porto Alegre: Processos de formação e (re)conhecimento de sujeitos em situação de rua	Marcia Taborda	Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS	2020 (dissertação)
O acolhimento como diretriz político pedagógica na educação de jovens e adultos	Renato Farias dos Santos/Maria Clara Bueno Fisher		2020 (artigo)
A ausência do direito à educação e de políticas públicas na tutela de uma vida digna dos grupos em situação de rua	Suelen Maiara dos Santos Alécio; Cleide Aparecida Gomes Rodrigues Fermentão		2021 (artigo)
Representações sociais dos (as)profissionais da educação sobre a escolarização da população em situação de rua em Brasília.	Rosilene Conceição Nascimento	Universidade de Brasília/Educação	2022 (dissertação)
Pobreza e Resiliência nas Narrativas de Educandos da EJA em Situação de Rua	Kleyne Cristina Dornelas Souza; Maria Clarisse Vieira		2022 (artigo)

Fonte: Autoria própria, 2023.

APÊNDICE II

Sistematização textual do estado da arte

Seguindo na trilha acerca dos estudos que versam sobre os processos de educação em âmbito escolar para as pessoas em situação de rua, May (2010) aborda a trajetória de escolarização deste grupo e suas peculiaridades e, ressaltando os poucos estudos que privilegiem esta temática e as pesquisas, que em sua maioria, enfocam outras questões, ampliando o desafio de realização de estudos neste âmbito serem relevantes. No capítulo intitulado: "Construindo significados na trajetória escolar" a autora aborda o percurso escolar dos pesquisados, afirmando que "o abandono escolar, acontece não por escolhas dos sujeitos e sim: condição imposta por necessidades sociais de sobrevivência" (p. 60).

Em monografia intitulada "As Populações em Situação de Rua e o acesso à educação escolar: desafios e perspectivas para a educação de pessoas jovens e adultas", a autora destaca o déficit de trabalhos do campo da pedagogia, além de objetivar a ampliação das discussões sobre a temática para que as políticas em destaque e analisadas em seu estudo, a exemplo da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, sejam de fato efetivadas. Neste estudo, datado do ano de 2017, são destacadas pela autora suas aproximações com EJA e as possibilidades trabalho junto a este grupo sob uma perspectiva do campo da pedagogia, abordando brevemente as concepções de educação bancária[53] e os impactos desta abordagem para grupos marginalizados, além das dificuldades dos grupos vulneráveis ao acesso e permanência à educação.

A tese intitulada "Andarilhos da esperança: estudo sobre a luta política impulsionada pela vida na rua e seus processos educativos sistematizada na experiência do Fórum da População de Rua de São Carlos/SP entre 2016 e 2017" colabora com os estudos acerca da temática educacional a partir das perspectivas de Paulo Freire e Enrique Dussel no sentido transformador de realidades severamente impactadas por violências diversas e principalmente nos processos educativos que reverberam enquanto luta política e práxis libertadora, rompendo com iniquidades sociais. Destaco as ponderações da pesquisadora acerca da essência potencializadora da educação para a ação e reflexão cotidianas, enquanto molas propulsoras da transformação: "E, ao ter clareza sobre sua própria atuação no mundo pelo processo de reflexão, insurge como ator político, construtor de projetos e ações estratégicas" (p. 81).

[53] Termo criticado por Paulo Freire que coloca os educandos enquanto meros depositários de conteúdos.

Apesar da pesquisa citada anteriormente não tratar especificamente do campo da educação escolar, ela traz elementos importantes para se pensar na construção de políticas libertadoras com e para a rua, a partir da ótica de quem está ancorado nas narrativas dos que habitam e sobrevivem no espaço urbano, assim como o presente estudo.

Ainda na perspectiva do direito humano à educação, Novaes, Souza e Pereira (2019) dialogam sobre como esta pode ser contributiva nos processos de ressignificação de vida e emancipação das pessoas em situação de rua, dando destaque à Educação Popular de Rua, reafirmando que os processos educativos, não ocorrem apenas sob a ótica do ambiente escolar e que este não deve ser desvalorizado em sua potência transformadora, mas que as "educações" e o exercício de valorização das experiências podem acontecer nos mais diversos espaços.

As percepções acerca da Política Nacional de Inclusão Social da População em Situação de Rua, através das narrativas de pessoas vivendo em Cuiabá-MT, são trazidas nos estudos de Rozeno (2020), que objetivou compreender os processos de exclusão escolar deste grupo. Os protagonistas desta pesquisa apontam as dificuldades em seu cotidiano e o descrédito com as políticas apresentadas pelo pesquisador e, neste mergulho da desesperança, as ofertas por parte do Estado e as investigações sem retorno por parte dos acadêmicos, são vistas com desconfiança.

Com um discurso totalmente engessado em alguns trechos de seu trabalho, o autor infere atravessamentos de caráter meritocrático, destoando de uma perspectiva de respeito ao trajeto que cada um que se encontra naquela situação e colaboraram para o seu estudo, afirmando que "na fala de todos observa-se que há desculpas por não terem a conclusão dos estudos, porém a culpa tem um misto de irresponsabilidade, pois a cada um foi destinado o direito ao estudo" (p. 127); "os três jovens entrevistados, na pesquisa, demonstram a ausência da vontade"; (...) "as oportunidades são como agulha no palheiro, em que a determinação é que prevalece para o alcance de objetivos" (p. 131).

Observa-se no discurso do autor supracitado que os ataques depreciativos e culpabilizantes fazem parte das existências das pessoas que sobrevivem nos espaços públicos. O intuito de trazer esta pesquisa foi justamente apontar que os ataques e julgamentos não escapam às suas existências nem enquanto colaboradores do processo formativo de sujeitos, que se utilizam das pessoas em situação de rua como meros objetos de pesquisa, sem considerar suas trajetórias.

Taborda (2020) também tem como campo de seu estudo o núcleo educativo da Escola de Porto Alegre, analisando os processos participativos de seus educandos no acompanhamento da rotina pedagógica, na qual buscam-se rompimentos com os moldes tradicionais de ensino,

propondo uma via libertária aos excluídos, levando em consideração as especificidades daqueles que frequentam aquela escola, facilitando o acesso e permanência, além de contar metodologia própria.

Investigando a ausência do direito à educação, Alécio e Fermentão (2021) concluem que os processos educativos não se fazem presentes apenas no âmbito escolar, mas também em espaços abertos, potencializando saberes e transformando caminhos. Além disso, discorrem sobre os direitos à personalidade, estando estes diretamente ligados aos demais, sendo ainda neste percorrer, necessária uma análise mais apurada das efetividades das políticas para este grupo na contemporaneidade.

As representações sociais dos (as) profissionais da educação sobre a escolarização da população em situação de rua em Brasília foram abordadas no trabalho de Nascimento (2022) propondo um estudo na educação formal, uma vez que tais representações interferem na práxis de trabalhadores (as) da Escola Meninos e Meninas do Parque (EMMP) e nas análises realizadas. Conclui-se que, para estes profissionais, a escola é um espaço garantidor de direitos e inclusão. Em contraponto a trabalhos anteriormente citados, a autora afirma acerca do EJA não contemplar o grupo das ruas, que "não se encontra na classe trabalhadora, mas sim, vive uma realidade de extrema pobreza e invisibilidade social" (p. 103).

Um aspecto que é pertinente destacar, é que, nestas experiências, os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) destas escolas tomam como premissas-base Freirenas não apenas em seus conteúdos, mas na forma de lidar com existências e experiências diversas. Com isso se reitera a importância destes princípios para a construção de bases pedagógicas de perspectivas emancipatórias: "Todo projeto pedagógico é político e se acha *molhado* de ideologia. A questão é saber é a favor de quê e de quem, contra quê e contra quem se faz política de que a educação jamais prescinde" (Freire, 2020, p. 97).

APÊNDICE III

TERMO DE CONSENTIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O(A) Sr.(a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada: **ENTRE NARRATIVAS E MEMÓRIAS: viventes nas ruas e a negação do direito à educação (2005-2023)** desenvolvida por **FRANCISMARA GOMES DE SOUSA ,** aluna regularmente matriculado no **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS** da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da professora **MARIA ELIZETE GUIMARÃES CARVALHO** Os objetivos da pesquisa são: Objetivo Geral: Analisar os impactos da negação do direito à educação a luz das narrativas de viventes nas ruas do municipio de João Pessoa-PB,no período de 2005 à 2023

E tem como objetivos específicos: Identificar nos dispositivos (saúde e assistência) e nas ruas o perfil e a localização das pessoas que nela permanecem como forma de moradia; analisar as memórias das pessoas em situação de rua acerca dosprocessos de negação dos direitos humanos à educação; Problematizar a vida nas ruas, sugerindo possibilidades de educação em direitos humanos para as populações viventes nas ruas.

A participação do(a) sr.(a) na presente pesquisa é de fundamental importância, mas será voluntária, não lhe cabendo qualquer obrigação de fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelos pesquisadores se não concordar com isso, bem como, participando ou não, nenhum valor lhe será cobrado, como também não lhe será devido qualquer valor.

Se você decidir participar, você será submetido(a) ao procedimento de **entrevista** nos fornecendo informações importantes sobre as experiências do cotidiano nas ruas e os impactos da negação do direito à educação. Existe a possibilidade de utilização de fontes iconográficas, como fotos, mapas, entre outras. Caso decida não participar do estudo ou resolver a qualquer momento dele desistir, nenhum prejuízo lhe será atribuído, sendo importante o esclarecimento de que os riscos da sua participação são considerados mínimos, limitados à possibilidade de eventual desconforto psicológico ao responder o questionário que lhe será apresentado, enquanto que, em contrapartida, os benefícios obtidos com este trabalho serão importantíssimos e traduzidos em esclarecimentos para a população estudada.

Se sentir-se constrangido(a) de alguma forma, em qualquer momento poderá se recusar a responder a alguma pergunta ou solicitar a suspensão parcial ou total da gravação por nós

realizada. Obedeceremos a critérios técnicos adequados de forma a não prejudicar a qualidade e autenticidade das informações, utilizando a técnica de análise do discurso.

Em todas as etapas da pesquisa serão fielmente obedecidos os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução nº. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que disciplina as pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil. Solicita-se, ainda, a sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos científicos ou divulgá-los em revistas científicas, assegurando-se que o seu nome será mantido no mais absoluto sigilo por ocasião da publicação dos resultados.

Caso a participação de vossa senhoria implique em algum tipo de despesas, as mesmas serão ressarcidas pelo pesquisador responsável, o mesmo ocorrendo caso ocorra algum dano. Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

APÊNDICE IV

CONSENTIMENTO APÓS O ESCLARECIMENTO

Eu, _____, declaro que fui devidamente esclarecido (a) quanto aos objetivos, justificativa, riscos e benefícios da pesquisa: O(A) Sr.(a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada: **ENTRE NARRATIVAS E MEMÓRIAS: viventes nas ruas e a negação do direito à educação (2005-2023)** e dou o meu consentimento para dela participar e para a publicação dos resultados. Estou ciente de que receberei uma cópia deste documento, assinada por mim e pelo pesquisador responsável.

_____, ____ de _____ de _____

_____
Francismara Gomes de Sousa
Pesquisadora responsável

_____
Participante da Pesquisa

OBSERVAÇÃO: No caso do pesquisado ser analfabeto, deverá ser colocado o quadrículo para colocação da impressão datiloscópica, assim como deverá ser inserido o espaço para colocação da assinatura de uma testemunha.

_____
Francismara Gomes de Sousa
Pesquisador responsável

_____
Testemunha

APÊNDICE V

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE GRAVAÇÃO E IMAGEM

Eu,_____,
autorizo a gravação em áudio e imagem (fotografias) das informações que prestarei à pesquisadora responsável durante a entrevista que faz parte do processo de coleta de informações da pesquisa: **ENTRE NARRATIVAS E MEMÓRIAS: viventes nas ruas e a negação do direito à educação (2005-2023)** Permito que as informações que prestei sejam utilizadas para o desenvolvimento da mesma. Elas poderão ser gravadas e fotografadas em meio digital, e armazenadas em mídias eletrônicas, transcritas a partir de critérios técnicos adequados de forma a não prejudicar a qualidade e autenticidade das informações, bem como poderei solicitar a leitura das transcrições a qualquer momento. Se sentir-me constrangido(a) de alguma forma em qualquer momento, poderei me recusar a responder qualquer pergunta ou solicitar a suspensão parcial ou total da gravação realizada. Certo de que as informações serão utilizadas apenas para fins científicos de análise da realidade social, permito que sejam utilizadas para o desenvolvimento da referida pesquisa.

_____, _____de _____de _____

_____

Assinatura do participante da pesquisa

_____

Francismara Gomes de Sousa

(Pesquisadora responsável)

APÊNDICE VI

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

NOME:
DATA DE NASCIMENTO:
IDENTIDADE DE GÊNERO:
LOCAL E TEMPO DE PERMANÊNCIA:
GRAU DE INSTRUÇÃO:
NATURALIDADE:

QUESTÕES NORTEADORAS

CONTE UM POUCO DE SUA HISTÓRIA DE VIDA...
O QUE É VIVER NA RUA? O QUE VOCÊ ACHA DO TERMO “POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA?”
VOCÊ JÁ FOI À ESCOLA? COMO FOI ESSA EXPERIÊNCIA E QUAIS AS LEMBRANÇAS TENS DESTE PERÍODO?
VOCÊ ACREDITA QUE MESMO EM SITUAÇÃODE RUA, PODERIA FREQUENTAR A ESCOLA?
VOCÊ ACHA QUE É IMPORTANTE TER UMA FORMAÇÃO? CONTE-ME A RESPEITO EDUCAÇÃO? É DA MESMA COISA QUE TODOS FALAM QUANDO DIZEM ESSA PALAVRA?
VOCÊ SE CONSIDERA QUE A BAIXA ESCOLARIDADE AFETA AS PESSOAS NEGATIVAMENTE?
O QUE VOCÊ ENTENDE POR DIREITOS HUMANOS?

Poema na lata

Pés descalços

Atravessando a selva de concreto e aço

O medo, o descompasso

A incerteza, o corre diário

O julgamento a anunciar

A perversidade a invisibilizar

Comida, abrigo

Anda a pé

Direito? Sabe nem o que é!

As estrelas pra contar no céu

O cachimbo pra acompanhar

Solta o preso, delegado!!!

Batimentos acelerados

A mente entra naquele “castelado”

Baseado em quê, ficou bolado?

Será por ser julgado?

Injustiçado

Pejorativamente chamado,

Noiado?

Corpo já massacrado

De um sistema arraigado

Do ódio pelo marginalizado

Tragado, fumado

Esse corpo tem cor

Os que se dizem da fé

Dizem que lhe falta amor

Dor? ele nem sabe mais se sente

Bolado, já tá da mente

E como confidente de sua vida

O sol quente

A guerra não é contra a droga

A guerra é contra sua existência

Persistência em existir seria?

Preto, Puta, Travesti

da rua, da periferia

Aí é que a revolta bate nessa gente

Saber que o baculejo nem chega

Quando a boa tá em avião de presidente.

Francismara Gomes de Sousa